

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS**

ELCIO GUSTAVO BENINI

**ECONOMIA SOLIDÁRIA EM QUESTÃO: ESTUDO SOBRE
AS POSSIBILIDADES E LIMITES DE INSERÇÃO E
EMANCIPAÇÃO SOCIAL NO CAPITALISMO, A PARTIR DE
UM ESTUDO MULTICASOS.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS

**CAMPO GRANDE/MS BRASÍLIA/DF GOIÂNIA/GO
MARÇO/2008**

ELCIO GUSTAVO BENINI

**ECONOMIA SOLIDÁRIA EM QUESTÃO: ESTUDO SOBRE
AS POSSIBILIDADES E LIMITES DE INSERÇÃO E
EMANCIPAÇÃO SOCIAL NO CAPITALISMO, A PARTIR DE
UM ESTUDO MULTICASOS.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTIINSTITUCIONAL EM AGRONEGÓCIOS (CONSÓRCIO ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS), COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM AGRONEGÓCIOS NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO.

ORIENTADOR: LEONARDO FRANCISCO FIGUEIREDO NETO

**CAMPO GRANDE/MS BRASÍLIA/DF GOIÂNIA/GO
MARÇO/2008**

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

BENINI, Elcio Gustavo. **Economia solidária em questão: estudo sobre as possibilidades e limites de inserção e emancipação social no capitalismo, a partir de estudo multicasos.** Campo Grande: Departamento de Economia e Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2008, 156 p. Dissertação de Mestrado.

É concedida a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade de Brasília e Universidade Federal de Goiás permissão para reproduzir cópias desta dissertação de mestrado e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva-se a outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Ficha Catalográfica

Benini, Elcio Gustavo

Economia solidária em questão: estudo sobre as possibilidades e limites de inserção e emancipação no capitalismo, a partir de um estudo multicasos/ Elcio Gustavo Benini. – Campo Grande: UFMS, 2008.
156p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2008/
Departamento de Economia e Administração, 2008.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Francisco Figueiredo Neto

1. Economia Solidária. 2. Burocracia. 3. Alienação. 4. Emancipação Social. I. Título. II. Figueiredo Neto.

ELCIO GUSTAVO BENINI

**ECONOMIA SOLIDÁRIA EM QUESTÃO: ESTUDO SOBRE
AS POSSIBILIDADES E LIMITES DE INSERÇÃO E
EMANCIPAÇÃO SOCIAL NO CAPITALISMO, A PARTIR DE
UM ESTUDO MULTICASOS.**

APROVADO POR:

ORIENTADOR: DR. LEONARDO FRANCISCO FIGUEIREDO NETO

NOME DO EXAMINADOR INTERNO: DR^a ÉLCIA ESNARRIAGA ARRUDA

NOME DO EXAMINADOR: DR. CANDIDO GIRALDEZ VIEITEZ

NOME DO EXAMINADOR SUPLENTE: DR^a DEISE GUADALUPE

**CAMPO GRANDE/MS BRASÍLIA/DF GOIÂNIA/GO,
MARÇO/2008**

DEDICO MEU TRABALHO:

À minha família, principalmente a minha mãe, Matilde Hernandes Medina, meu pai,

Augusto Benini, e ao meu irmão, Edi Augusto Benini.

Dedico também, à minha namorada, Juliana Ipólito e a todos meus amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, que acreditou no meu potencial e ajudou-me de todas as formas possíveis, com muita “garra” e “sacrifício”.

Agradeço a Fundect – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul –, que me concedeu bolsa, e possibilitou um mestrado livre de complicações financeiras.

Agradeço ao meu amigo Lucas Rasi, que mostrou o “caminho” para Campo Grande, e pelas diversas ajudas que prestou.

Agradeço ao meu orientador, Leonardo Francisco Figueiredo Neto, por todas as orientações, amizade e, principalmente, por ter acreditado no meu trabalho.

Agradeço também, a todos os professores do Mestrado, principalmente à professora Élcia Esnarriaga Arruda, pelas discussões teóricas e caminhos apontados, ao professor Leandro Sauer, pela amizade e carinho e, à secretária Rosali, que em muitos momentos atendeu-me com muito carinho e paciência.

Agradeço ao professor Candido Giraldez Vieitez, por ter participado da banca examinadora e por todos os apontamentos e contribuições feitas ao trabalho.

Agradeço ainda, a todos os colegas e amigos da turma, que “agüentaram” todas as minhas intervenções e posições teóricas durante o curso. Ao Fábio, Frank, Flávio e Lucas, amigos que dividiram despesas nas duas “repúblicas” que morei, e agüentaram todos os meus “tocs”.

Ao pessoal do “ead”, tutores e professores e, principalmente, à secretária Ferdinanda, pela enorme paciência e dedicação.

Agradeço também ao carinho dos meus grandes amigos, Silvino, Puff, Ronaldo, Tião, Ricardo e Carlos, pelos grandes momentos que passamos discutindo e bebendo, sonhando juntos com um mundo melhor e com uma sociedade para além do capital. Galera, viva à revolução!

Um especial agradecimento à minha grande amiga e namorada Juliana Ipólito, pelo carinho, amor e paciência. *Mi amor*, te amo!

Ao Lenivaldo, Marivaldo e Cleymerson, que me receberam em Catende, e me ajudaram no que foi possível. À Miriam e ao Ary, da ITCP, pelos bons momentos e contribuições. Por fim, agradeço a todos que ajudaram, direta e indiretamente para a realização deste trabalho.

*Imagine que não existe paraíso
É fácil se você tentar
Nenhum inferno abaixo de nós
E acima apenas o céu
Imagine todas as pessoas
Vivendo para o hoje*

*Imagine não existir países
Não é difícil de fazê-lo
Nada pelo que lutar ou morrer
E nenhuma religião*

*Talvez você diga que eu sou um sonhador
Mas não sou o único
Desejo que um dia você se junte a nós
E o mundo, então, será como um só*

*Imagine não existir
Surpreenderia-me se você conseguisse
Sem necessidades e fome
Uma irmandade humana*

*Imagine todas as pessoas
Compartilhando o mundo*

*Talvez você diga que eu sou um sonhador
Mas não sou o único
Desejo que um dia você se junte a nós
E o mundo, então, será como um só*

**Imagine
John Lennon**

RESUMO

O presente trabalho teve como propósito tecer algumas reflexões sobre as possibilidades e os limites de inserção e emancipação social de trabalhadores associados inseridos no capitalismo, constituindo o que vem sendo conceituado como economia solidária. Nesse sentido, devido ao fato da economia solidária ser considerada uma alternativa de geração de renda e de trabalho, as reflexões levantadas buscam entender a essência da sua proposta, especialmente as determinações objetivas e subjetivas que a colocam em movimento. Para tanto, o caminho aqui seguido foi aquele que considera a totalidade concreta, saturada de determinações historicamente constituídas. Assim, algumas categorias, como a totalidade e a centralidade do trabalho, foram balizas fundamentais no caminho metodológico escolhido. Com efeito, a investigação sobre a economia solidária buscou as inter-relações e conexões desta com a totalidade, com o modo de produção predominante, que é o capitalismo. Os resultados dessas reflexões consideram que essa proposta surge em um momento de crise estrutural, sendo, por isso, considerada uma dupla alternativa: como organizações funcionais ao sistema, logo, um alternativa produtiva de geração de renda e de trabalho; e/ou como uma forma de resistência dos trabalhadores. Sobre sua funcionalidade, a principal causa é o fato de se tratar de um movimento fragmentado, não articulado, atendendo às atuais determinações objetivas de produção material, sendo, grosso modo, constituída por organizações que atendem às demandas da atual acumulação flexível. Nesse sentido, a qualidade da autogestão realizada é restrita; pois uma autogestão, a rigor, precisa, necessariamente, transcender os muros da fábrica. Não obstante, por se tratar de um movimento que surge em meio a uma crise estrutural, e que possibilita a gestão aos trabalhadores, considera-se aqui que ela consegue romper com algumas facetas da alienação, apontando para uma consciência coletiva em construção e colocando em pauta novas contradições, mas também novas possibilidades históricas.

Palavras-chave: Economia solidária, autogestão, alienação, mudança social.

ABSTRACT

The aim of this paper is to make some reflections about the possibilities and limits of insertion and social emancipation of associated employees inserted into capitalism, accounting for what has been called solidary economy. Thus, as solidary economy is regarded as an alternative of work and income generation, these reflections seek to understand the essence of the proposal of solidary economy, especially its objective and subjective determinations. The path followed here was that which considers the concrete totality saturated with historically constituted determinations. Some categories like work totality and centrality represented fundamental support in the methodology chosen. In fact, the investigations about solidary economy searched for its inter-relations and connections with totality, with the predominant way of production, namely, capitalism. The reflections made here consider that this proposal arises in a moment of structural crisis, being accordingly regarded as a double alternative: as organizations functional to the system, consequently a productive alternative of work and income generation; and/or as a form of the employees' resistance. The main reason of its functionality is the fact that it is a fragmented, non-articulate movement, meeting the current objective determinations of material production, roughly made up by organizations that meet the demands of current flexible accumulation. So, self-management quality is restrict, as self-management must necessarily transcend the factory's walls. However, because it is a movement arising in a structural crisis moment, providing management for the employees, it is here considered to break some facets of alienation, pointing to a novel collective awareness which enhances not only new contradictions, but also new historical possibilities.

Key words: solidary economy, self-management, alienation, social change

LISTA DE SIGLAS

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão.

CCQ's – círculo de controle de qualidade.

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas.

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

COOPERJU – Cooperativa dos Produtores Assentados de Juncal.

DRE – Delegacia Regional do Trabalho.

EES – Empreendimento de Economia Solidária.

EES – Empreendimentos de Economia Solidária.

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

ITCP – Incubado Tecnológica de Cooperativas Populares.

MTE – Ministério do Trabalho.

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil.

ONGs – Organizações Não Governamentais.

PAEs – Programa de Ajuste Estrutural.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária.

SIES – Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária.

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Formas de Organização.....	103
Figura 2 – Motivos para a criação dos EES no Brasil.....	103
Figura 3 – Forma de organização dos empreendimentos da Feira.....	134
Figura 4 – Motivo para criação do empreendimento de economia solidária.....	135
Figura 5 – Principais dificuldades na formação inicial dos empreendimentos de economia solidária.....	135
Figura 6 – Principais dificuldades que os empreendimentos vêm passando depois de sua formação.....	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gastos governamentais dos Estados Unidos (Em bilhões de dólares)...	44
Tabela 2 – Quantidade e percentual de EES por unidade da Federação/Região.....	101
Tabela 3 – Resumo das variáveis verificadas nos casos estudados.....	110
Tabela 4 – Síntese metodológica.....	113
Tabela 5 – Distribuição das terras na Usina de Catende.....	126
Tabela 6 – Receitas operacionais.....	128
Tabela 7 – Despesas operacionais.....	128
Tabela 8 – Quadro comparativo.....	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
i) Objetivos.....	16
ii) Estrutura do trabalho.....	17
PRIMEIRA PARTE	19
REFERENCIAL TEÓRICO	19
1. Da revolução industrial à acumulação flexível: considerações iniciais.	19
1.1 Da subsunção formal à subsunção real: compreendendo a “emancipação do capital”, sua gênese e a revolução industrial.....	21
1.1.1 A questão da alienação inscrita na produção capitalista: a “mediação da mediação” do homem com a natureza.	31
1.2 A exploração do trabalho e as primeiras associações: o socialismo utópico x socialismo científico.....	36
1.3 A Grande Depressão e a crise do <i>laissez faire</i> : buscando as raízes do fim do Estado Liberal.....	40
1.4 Fordismo e o Welfare State: os anos dourados do capitalismo.....	43
1.5 Crise do Fordismo e do Welfare State: o toyotismo em voga.....	46
1.5.1 O Estado neoliberal e a produção capitalista: Estado mínimo ou máximo?	50
2. O (re) surgimento da economia solidária.	53
2.1 Discussão preliminar: “terceiro setor” X economia solidária.....	53
2.2 Conceitos e princípios da economia solidária: a busca por uma identidade própria.	59
2.2.1 As origens da economia solidária: o cooperativismo enquanto resistência.	64
2.2.2 A “autogestão” e o cooperativismo: suas identidades e seu movimento de degeneração.	68
2.2.3 Tendências e estratégias: da função social para a função capitalista	70
2.3 O dilema de Rosa Luxemburgo: “a troca domina a produção”.	73
2.4 Na busca por uma conceituação de autogestão <i>lato sensu</i> : as suas principais congêneres.....	77
3. Participação e participações: os caminhos e descaminhos de uma nova organização social – a autogestão lato sensu.	82
3.1 A Comuna de Paris: os 71 dias que marcaram a França.	84

3.2 Os conselhos operários de 1917-1923: o poder de decidir em disputa.....	87
3.3 As colonizações Espanholas de 1936-1939: lições.....	89
3.4 A experiência lugoslava de autogestão: outras lições.....	92
3.5 Síntese das experiências e/ou tentativas de autogestão: as lições e o conceito de autogestão.	95
4. A economia solidária na agenda das Políticas Públicas: instituições, fomento e marco jurídico no Brasil.	96
4.1 Os números da economia solidária.	101
SEGUNDA PARTE.....	105
METODOLOGIA DE PESQUISA.....	105
1. Método de abordagem.....	106
2. Métodos de procedimento.	108
3. Casos estudados.	109
4. Instrumentos de coleta de dados.	111
5. Análise dos dados.....	112
6. Síntese metodológica.	112
7. Discussão sobre as categorias fundamentais.....	113
TERCEIRA PARTE	118
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS CASOS ESTUDADOS EMPIRICAMENTE.....	118
1. Catende-Harmonia: da massa falida ao controle pelos trabalhadores.....	118
1.1 História da usina Catende-Harmonia: sucesso, falência e luta.	122
2. A cooperativa no assentamento de Juncal: a identidade coletiva em construção.	130
3. Os empreendimentos da I Feira de economia solidária da UFMS: uma outra economia?	133
QUARTA PARTE.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
1. Considerações finais: o novo começa no velho.....	138
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	145
ANEXOS.....	151

INTRODUÇÃO

*Nem Deus nem a mente, senão
o carvão, o ferro e o petróleo (...).*
(ATILA JÓZSEF *apud* MÉSZÁROS, 2007).

O que coloca o tema “economia solidária” no cerne de discussões teóricas e na dimensão concreta de atividade humana, como movimento situado na busca pela geração de trabalho e renda, no atual momento histórico, é sem dúvida a questão social, em especial, o desemprego e a precarização do trabalho. Assim, vista como uma alternativa de inserção social no capitalismo e, sendo considerada por alguns teóricos do tema como um modo de produção alternativo e revolucionário, a economia solidária cada vez mais vem conquistando espaço e despertando interesse no ambiente acadêmico.

Mas o que é economia solidária? Para responder a essa pergunta, cabe antes refletir sobre a seguinte indagação correlata: o que faz surgir a economia solidária? Ou ainda: como um movimento pode ser econômico e solidário ao mesmo tempo?

Antes que o leitor não fique ainda mais confuso com as outras perguntas que vão ser feitas durante esse trabalho, faz-se aqui o convite de tentar responder a tais questionamentos usando simplesmente os fatos históricos, as mudanças que vêm ocorrendo em várias dimensões, levando em consideração os aspectos tecnológicos, organizacionais e políticos. Enfim, que leve em consideração a história concreta como referência chave em suas reflexões.

Outro aspecto relevante para entender o sentido e o significado da proposta de economia solidária, é discutir, sobretudo pelo seu entorno, o contexto na qual está inscrita, ou seja, é necessário antes mapear as grandes questões sociais e econômicas latentes no presente período histórico na qual surge sua agenda de ações.

Dessa forma, fazendo uma leitura do atual contexto e tendo como referência alguns autores, que vêm se dedicando ao estudo sobre as mudanças na produção e reprodução material e, conseqüentemente, social, chega-se aqui a reflexão (ou constatação) que o mundo do trabalho está mudado, e as relações sociais dos sujeitos envolvidos também, e como resposta, novas relações estão sendo desencadeadas.

Trata-se de um momento no qual o trabalho assalariado seguro, protegido legalmente, vem sendo paulatinamente substituído por um tipo de trabalho precário, incerto, escasso. Mas o que vem determinando ou causando essa mudança? Por que falar em desemprego estrutural e não mais conjuntural, ou seja, um tipo de desemprego que não é apenas momentâneo, cíclico, ou ainda, apenas um momento de anormalidade.

Uma resposta rápida para tal pergunta seria que a tecnologia está mudando, que a máquina está substituindo o homem, enfim, que existe um avanço nas forças produtivas e que este avanço está provocando algumas mudanças no mundo do trabalho, ou ainda, nas relações sociais de produção.

Assim, tendo em vista essa preliminar contextualização, pode-se ir para as questões supracitadas que envolvem o entendimento do que vem a ser a “economia solidária”. Num primeiro plano, pode-se situá-la como sendo uma reação ao atual momento de desemprego estrutural, pautada pela busca de uma outra forma de organização da produção, e que vem se legitimando como uma alternativa de geração de renda e trabalho, face às dificuldades de atender a demanda da população por emprego assalariado nos termos tradicionais.

Levando em consideração o contexto em que surge, a economia solidária pode ser entendida como um fenômeno desencadeado pelas condições materiais, ou seja, pelo avanço das forças produtivas. Mas o que vem a ser essa reação, esse tipo de economia que é colocada como uma resposta ao desemprego?

Embora seja um termo complexo para ser explicado brevemente neste espaço introdutório, pode-se entender como um conjunto de ações e de atores que visam (re) produzir materialmente com princípios específicos, com organizações específicas e com relações específicas.

Entre os princípios, o que pode ser visto como referência chave de todo o movimento é o princípio da autogestão. Neste breve espaço, o que pode ser entendido por autogestão é a gestão de empreendimentos realizada pelos próprios trabalhadores. Grosso modo, pode-se dizer que se trata da busca pela não separação entre concepção e execução, do total compartilhamento do poder de decisão entre os participantes.

Sobre a especificidade desses empreendimentos ou organizações, a grande diferença é que os trabalhadores, passam a ser os detentores dos meios de

produção, são os donos dos produtos suscitados por meio do trabalho, sendo que este que é organizado, distribuído e realizado por eles próprios.

Como será visto, a organização dos empreendimentos de economia solidária tem uma configuração muito parecida com a das cooperativas, salvo que estas – as cooperativas – podem pertencer ao rol de empreendimentos de economia solidária, ou se distanciar deles.

Uma outra diferença que pode ser observada nos empreendimentos de economia solidária, é a relação entre os participantes. Uma vez que os trabalhadores são os donos do empreendimento, uma nova relação, pautada na solidariedade, no mutualismo e na cooperação surge, coisa que não é possível em uma empresa capitalista, salvo os diversos discursos ideológicos, visto que neste tipo de empresa – capitalista –, todos estão em competição por melhores cargos e salários.

Conhecido algumas dimensões chave da economia solidária, e tendo em vista o contexto na qual ela surge, outros elementos de análise precisam ser considerados. Assim, se a economia solidária surge em uma crise, e é vista por muitos estudiosos e trabalhadores envolvidos como uma alternativa não somente ao desemprego, mas potencialmente ao próprio modo de produção capitalista, foi necessário fazer uma ampla revisão teórica sobre essas categorias, para que o caráter de alternativa fosse devidamente questionado.

Apenas para incitar o leitor, uma reflexão aqui levantada e que vai percorrer o trabalho é a seguinte: se a economia solidária é uma resposta, e surge em um momento de crise, convivendo pacificamente como o modo de produção predominante – o capitalismo –, não seria ela apenas uma forma de manutenção?

Como pode ser visto até o momento, estudar a economia solidária a partir de uma perspectiva histórica desencadeia a difícil tarefa de entender as suas determinações e inter-relações, ou seja, somente é possível refletir sobre as possibilidades e os limites do fenômeno aqui estudado com uma perspectiva de totalidade.

E é justamente por essa necessidade que o trabalho aqui desenvolvido remete o leitor a uma interpretação do mundo, a uma abordagem na qual algumas categorias são fundamentais, e tendo em vista a crítica do atual modo de produção, enquanto tese, deve ser historicamente estudado. Pois se a economia solidária é

colocada como alternativa sistêmica, como antítese, somente por meio dessa tarefa que as reflexões podem aqui ser desenvolvidas.

i) Objetivos.

O presente trabalho tem como objetivo geral, analisar e entender as possibilidades e os limites de inserção e emancipação social de trabalhadores associados no capitalismo, por meio de empreendimentos solidários.

Partindo de que a economia solidária é colocada por alguns dos principais interlocutores – entre eles, é central a posição do economista Paul Singer – do tema como uma alternativa ao capitalismo, pretende-se entender até que ponto a economia solidária pode ser considerada como uma alternativa efetivamente revolucionária ao modo capitalista de produção, no sentido de provocar mudanças qualitativamente diferentes.

Nesse sentido, devido à posição de alternativa em que a economia solidária vem sendo colocada, faz-se necessário também investigar e refletir sobre do que se trata essencialmente o termo “alternativa”, ou a que essencialmente se trata de uma alternativa e/ou uma resposta.

Especificamente, têm-se como objetivos:

- Entender as principais mudanças ocorridas no mundo do trabalho;
- Buscar entender as relações entre base material e superestrutura;
- Levantar alguns aspectos referentes à história dos empreendimentos analisados, grosso modo, qual o motivo do surgimento dos empreendimentos solidários;
- Analisar o processo de gerenciamento dos empreendimentos econômicos solidários – a autogestão;
- Analisar o processo de organização dos empreendimentos econômicos solidários – a autogestão;
- Analisar como a atividade produtiva está organizada internamente, como o processo de trabalho está dividido – a autogestão;
- Identificar como são tomadas as decisões mais estratégicas – a autogestão;

- Levantar quais são os fatores que determinam a participação dos trabalhadores em empreendimentos econômicos solidários;
- Levantar como são feitas as vendas e as compras;
- Analisar se existe cooperação econômica entre os empreendimentos de econômica solidária – formação de cadeias e/ou redes;
- Refletir sobre limites de inserção econômica dos empreendimentos econômicos solidários nos mercados;
- Refletir sobre a questão da emancipação, sua qualidade, possibilidade e limite.

ii) Estrutura do trabalho.

No que diz respeito à estruturação do presente trabalho, à exposição da pesquisa, esta está composta de quatro partes, quais sejam: uma revisão teórica; a metodologia de pesquisa; a exposição e análise dos estudos de casos e; as considerações finais.

Ao pensar a exposição, tentou-se dar um caráter histórico e lógico para primeira parte, “revisão teórica”, buscando entender o movimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, assim como suas determinações e implicações, sempre observando as relações dessas com a superestrutura, ou seja, com o Estado e suas instituições mais visíveis.

Nesse sentido, não obstante seja extremamente complicados ter informações imparciais sobre determinados fatos históricos, principalmente aqueles onde o interesse e o poder político tinham grande influência, e por se tratar de um período longo e de mudanças significativas na formação e na reprodução social, o principal objetivo do capítulo é demonstrar como as mudanças ocorridas foram determinadas por condições objetivas, pelas necessárias reestruturações determinadas pela queda crescente da taxa de lucro.

Na segunda parte, apresenta-se a abordagem aqui perseguida assim como os procedimentos seguidos. Apresenta-se ainda quais foram as principais aspectos observados e investigados, bem como os instrumentos de coleta e análise de dados.

Na terceira parte, intitulada de “análise e discussão dos casos estudados empiricamente”, a qual se analisa e discute os casos estudados – sempre em

interconexão com a totalidade –, tratou-se de relatos, dados e impressões observadas diretamente, ou seja, de dados objetivos e impressões subjetivas do objeto de estudo no atual momento histórico, contendo em alguns momentos, dados obtidos por fontes secundárias, mas com origem recente, sendo então somados às reflexões aqui expostas. Assim, a relação com o primeiro capítulo é que este apresenta o objeto no presente, e aquele, busca as raízes e determinações históricas, no passado.

Por fim, considerou-se a última parte do trabalho como “considerações finais” por considerar a história em aberto, ou seja, em um contínuo processo de mudança e, principalmente, por ser o objeto de estudo um fenômeno recente e que vem ganhando cada vez mais espaço de forma geral – tanto nos movimentos sociais como nas esferas e/ou instituições mais formais –, ou seja, que ainda está sendo processado, o que não caberia conclusões definitivas.

PRIMEIRA PARTE

REFERENCIAL TEÓRICO

1. Da revolução industrial à acumulação flexível: considerações iniciais.

Se por um lado o avanço das forças produtivas, a saber, os elementos que exercem na sociedade o poder de modificar a natureza, trouxeram uma série de benefícios à humanidade, tais como controles de epidemias e avanços tecnológicos de proporções variadas, por outro lado, uma situação de ameaças constantes de barbárie e caos social (miséria e violência) atinge grande parte do planeta.

É inegável que o modo de produção capitalista acelerou o processo de avanço das forças produtivas (CATTANI, 2003). Nesse sentido, ao revolucionar continuamente essas forças, pela via de implementação de uma “racionalidade instrumental, agenciando meios e fins, e ao disciplinar as forças sociais do trabalho em moldes produtivistas” (CATTANI, 2003, p. 9), o modo de reprodução sociometabólico sob controle do capital (MÉSZÁROS, 2002), suplantou o limitado feudalismo e abriu possibilidades aparentemente ilimitadas de produção material, de produção de mercadorias.

Não obstante, conforme coloca Mézszáros (2004), apesar de todos os avanços das forças produtivas de nossa sociedade, estas podem ser qualificadas atualmente, dado suas conseqüências sociais e ecológicas, como “forças destrutivas ubiquamente difundidas e irresponsavelmente utilizadas (MÉSZÁROS, 2004, p. 12)”. Levantam-se aqui três problemas decorrentes do aludido sistema sociometabólico, conforme coloca Cattani (2003):

O primeiro diz respeito à própria natureza do sistema, que é a intensificação da sua natureza de acumular: que disciplina toda a criatividade humana em processos de trabalho que resultam na alienação e no estranhamento do trabalhador. Grosso modo, para a grande parte da humanidade, o trabalho é uma atividade estressante e desinteressante, “assegurando a inserção subordinada na esfera social e garantindo acesso à sociedade de consumo alienada (CATTANI, 2003, p. 9)”.

O segundo problema, resultante do primeiro, concerne à agravação das desigualdades. Nunca na história da humanidade “foram produzidos tantos bens e serviços de interesse coletivo, mas nunca houve tamanha injustiça no seu acesso” (CATTANI, 2003, p. 9-10). Apenas para ilustrar, conforme Cattani (2003, p.10), a soma da riqueza de 0,01% da população é equivalente ao que possuem 50% dos habitantes do planeta.

Para justificar essa desigualdade gritante, estas são interpretadas pelas elites dominantes como “naturais e decorrentes de um maior esforço e sagacidade de alguns e de falta de criatividade dos outros” (CATTANI, 2003, p. 10). Nesse sentido, pode-se interpretar como sendo uma visão meritocrata, fundamentada na *concorrência entre desiguais* e na vitória dos mais sagazes.

O terceiro e mais grave de todos, está ligado à própria sobrevivência física do planeta e de sua população, decorrente da expansão do “capitalismo turbinado” (CATTANI, 2003, p. 10). A expansão industrial, depois de explorar os recursos naturais de forma predatória, ameaça o ar, o solo e, enfim, todos os sistemas ecológicos de suporte a vida. Não obstante, a natureza parece estar respondendo, pois nunca foram tão agudos os desequilíbrios ecológicos, que abalam o mundo inteiro (CATTANI, 2003). Cita-se aqui Mészáros (2003) para ilustrar as aludidas considerações:

A insolvência crônica de nossos antagonismos, composta pela incontrolabilidade do capital, pode, por algum tempo ainda, continuar a gerar uma atmosfera de triunfalismo, bem como ilusões enganadoras de permanência, como aconteceu em passado recente. Mas, no devido tempo, os problemas crescentes e destrutivamente intensos terão de ser enfrentados. Pois, se no século XXI ocorrer realmente o triunfo do “século americano” do capital, não haverá no futuro outros séculos para a humanidade, menos ainda milênios (MÉSZÁROS, 2003, p. 16).

Nesse sentido, faz necessário refletir sobre o que pode vir a acontecer se o desejado desenvolvimento econômico, pautado em uma sociedade de consumo no mesmo padrão das nações mais ricas, para quais os países em geral estão concentrando esforços, se concretize ou venha realmente se realizar:

O que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar a efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambigüidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou,

alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso. (FURTADO, 1974, p. 19).

Outra colocação relevante no que diz respeito à preservação da espécie humana e que lança a necessidade de se pensar em outro sistema sociometabólico de reprodução, pode ser visto na citação de Mészáros (2002), que além de situar a desigualdade gritante entre o país onde o consumo de mercadorias está mais avançado com o resto do mundo, também demonstra a necessidade histórica de uma mudança qualitativa no metabolismo social:

Sob as condições de uma crise estrutural do capital, seus conteúdos destrutivos aparecem em cena trazendo uma vingança, ativando o espectro de uma incontrolabilidade total, em uma forma que prefigura a autodestruição tanto do sistema reprodutivo social como da humanidade em geral. Como por exemplo desta tendência, acrescenta o autor: é suficiente pensar sobre a selvagem discrepância entre o tamanho da população dos EUA – menos de 5% da população mundial – e seu consumo de 25% do total dos recursos energéticos disponíveis. Não é preciso grande imaginação para calcular o que ocorreria se os outros 95% restantes adotassem o mesmo padrão de consumo (MÉSZÁROS, 2002, p. 18).

Assim, conforme coloca Cattani (2003), analisando os resultados do modo de produção capitalista nos últimos duzentos anos, tanto as condições objetivas quanto as condições subjetivas, apontam para a necessidade de se pensar em outra economia para atender, de forma sustentável, as demandas de uma sociedade cada vez mais exigente em qualidade do que em quantidade.

Para não correr o risco de uma exposição idealista, todo o referencial teórico buscará analisar as categorias que interessam esse trabalho de forma histórica, partindo das determinações historicamente constituídas para se entender o atual momento histórico e, somente a partir desta tarefa, expor teoricamente sobre o (re) surgimento do objeto de pesquisa deste trabalho – a economia solidária –, como não sendo um fenômeno desprendido da totalidade concreta.

1.1 Da subsunção formal à subsunção real: compreendendo a “emancipação do capital”, sua gênese e a revolução industrial.

Conforme coloca Braverman (1987), a diferença específica que a produção capitalista traz é a compra e venda de força de trabalho. Dessa forma, para que o

capitalismo funcione, é necessário que o trabalhador se torne uma mercadoria como qualquer outra – que seja reificado –, e seja orquestrado pelas leis do mercado e gerenciado pela heterogestão do capital.

Entretanto, “dinheiro e mercadoria em si mesmo não são capital” (MARX, 1985, p. 829), como são muitas vezes confundidos. É necessário que duas espécies diferentes de produtores entrem em contato direto, a saber: de um lado os proprietários de dinheiro e meios de produção, empenhados em aumentar o montante de valores que possuem comprando a força de trabalho alheia e; de outro lado, trabalhadores livres, que vendam sua própria força de trabalho como meio de existência (MARX, 1985).

Para que o capitalismo se instale enquanto modo de produção predominante, deve haver condições históricas prévias, a saber: a acumulação de uma certa soma de um estágio já relativamente elevado de produção de mercadorias e; a existência de trabalhadores livres (LENIN, 2006).

Conforme coloca Marx (1985), os trabalhadores devem ainda ser livres em dois pontos de vista: não sendo parte direta dos meios de produção – como são os escravos e os servos; “e livres porque sem terra e sem meios de produção em geral” (LENIN, 2006, p. 32), “estando assim livres e desembaraçados deles” (MARX, 1985, p. 830).

O sistema capitalista pressupõe a “dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelas quais realizam o trabalho” (MARX, 1985, p. 830). Nesse sentido, quando a produção capitalista se torna independente, “não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior” (MARX, 1985, p. 830).

É importante mais uma vez ressaltar que capitalismo e capital são categorias distintas, sendo que a primeira diz respeito ao atual modo de produção existente, com o predomínio da regulação econômica e da produção de mercadorias. Por capital, deve-se entender como sendo uma *relação social* que tem como base fundamental a *estrutura hierárquica de trabalho*, que tem como objetivo a dominação do trabalho, o poder de decisão e a extração de trabalho excedente, por uma classe distinta, ou seja, que não seja a classe trabalhadora (MÉSZÁROS, 2007).

Contudo, para entender o movimento de transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista – da regulação política para econômica –, assim como se formaram as condições básicas necessárias para a formação do capitalismo – a

constituição de duas classes antagônicas e de condições materiais específicas –, é necessário entender um movimento anterior à acumulação capitalista¹, “uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é o seu ponto de partida” (MARX, 1985, p. 828), conhecida como acumulação primitiva. Conforme coloca Marx (1985), a acumulação primitiva pode ser entendida como:

(...) a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, levada a cabo com o terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos (MARX, 1985, p.850).

Não obstante os métodos “*idílicos*” de acumulação, conforme coloca Marx (1985), a acumulação primitiva apresenta na economia política um papel análogo ao pecado original disseminado na teologia, levando a humanidade a “pagar” pelos pecados cometidos durante toda a sua existência.

Quando Adão comeu a maçã proibida e contaminou toda a humanidade, condenou todos os homens a comerem o pão “com o suor de seu trabalho” (MARX, 1985, p. 829). Da mesma forma, havia em tempos muito remotos duas espécies de homens: sendo a primeira formada de uma elite trabalhadora e inteligente, e que poupava seu ganho, e “uma população constituída de vadios, trapalhões que gastavam mais do tinham” (MARX, 1985, p. 829).

Assim, esse seria o pecado original da economia política, onde uma classe poupadora foi acumulando cada vez mais riqueza e a outra – formada de trapalhões e vadios – ficou sem nada para vender além de sua própria pele (MARX, 1985).

Dadas as condições pelas quais se constituiu a base material para a produção capitalista, grosso modo, a expropriação dos meios de produção por meio da violência, sendo esta muitas vezes apoiada pelos estados nacionais², o que restaria ao proletário senão a venda de sua força de trabalho como única opção de sobrevivência?

Não é preciso muito esforço para compreender então o famoso lema da revolução francesa “liberdade, igualdade e fraternidade” como apenas ideológico ou

¹ “*Previous accumulation*” segundo Adam Smith *apud* Marx (1985, p. 828).

² Como pode ser observado nos cercamentos das terras comuns, somente na Inglaterra, entre 1810 e 1831, foram desapossados “3.511.770 acres de terras comuns, com as quais, através do Parlamento, os landlords presentearam os landlords” (MARX, 1985, p. 845).

superficial. Engels (1847) coloca e enfatiza com clareza o que realmente mudou na passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista:

O escravo está vendido de uma vez para sempre; o proletário tem de se vender a si próprio diariamente e hora a hora. O indivíduo escravo, propriedade de um senhor, tem uma existência assegurada, por muito miserável que seja, em virtude do interesse do senhor; o indivíduo proletário – propriedade, por assim dizer, de toda a classe burguesa -, a quem o trabalho só é comprado quando alguém dele precisa, não tem a existência assegurada. Esta existência está apenas assegurada a toda a classe dos proletários. O escravo está fora da concorrência, o proletário está dentro dela e sente todas as suas flutuações. O escravo vale como uma coisa, não como um membro da sociedade civil; o proletário é reconhecido como pessoa, como membro da sociedade civil. O escravo pode, portanto, levar uma existência melhor do que a do proletário, mas o proletário pertence a uma etapa superior do desenvolvimento da sociedade e está ele próprio numa etapa superior à do escravo. O escravo liberta-se ao abolir, de entre todas as relações de propriedade privada, apenas a relação de escravatura e ao tornar-se, assim, ele próprio proletário; o proletário só pode libertar-se ao abolir a propriedade privada em geral (ENGELS, 1847, acesso 20/03/2007).

Conhecido o processo de formação da produção capitalista, dadas as condições materiais necessárias para sua constituição, torna-se necessário compreender como se dá o seu funcionamento, buscando entender algumas situações e categorias fundamentais para a reprodução capitalista.

Assim, para que o dinheiro e/ou os meios de produção se tornem capital, é necessário que se incremente uma parte variável em sua composição, que é a força de trabalho, agora livre e regulada pelas leis de mercado – oferta e demanda – como qualquer outra mercadoria.

Compreendendo o capital como uma composição orgânica, sendo uma parte constante – os meios de produção – e outra variável – força de trabalho –, sendo então “uma *relação social* historicamente determinada” (LENIN, 2006, p.30, grifos meus), é necessário entender duas fórmulas fundamentais: $M - D - M^3$; e $D - M - D^4$.

A primeira diz respeito à circulação simples de mercadorias, ou a simples troca de valores de uso, mediadas por meio de um valor de troca que seja equivalente geral às duas mercadorias, o qual se possa atribuir uma função quantitativa. Assim, o circuito $M - D - M$ parte de um extremo, de uma mercadoria, e termina em outra mercadoria, encerrando o seu movimento (MARX, 1990).

³ Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria.

⁴ Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro acrescido de mais valor.

Na primeira fórmula não está presente à intenção de reprodução de riqueza, mas sim a simples troca de valores de usos, com qualidades diferentes, sejam estes produzidos em excedente ou por meio da divisão social do trabalho, sendo o dinheiro apenas um meio de troca entre os produtores.

No que diz respeito à essência que torna possível mensurar quantitativamente duas ou mais mercadorias, aquilo que elas têm de comum, tornando-se iguais na hora da troca, “o seu segredo” (MARX, 1990, p. 86), este pode ser entendido, conforme coloca Marx (1990, p. 92) como sendo “a corporização geral de trabalho humano abstrato” socialmente necessário.

Assim, a grandeza do valor é “determinada pela quantidade de trabalho socialmente necessário ou pelo tempo de trabalho socialmente necessário” (LENIN, 2006, p. 29), pelo trabalho abstrato objetivado, cristalizado. Nesse sentido, como valores, abstraindo todas suas qualidades, as mercadorias são meras gelatinas de trabalho humano em abstrato, dispêndio de força de trabalho humana. (MARX, 1990).

A partir do momento que se tem a intenção de utilizar mercadorias e dinheiro para conseguir mais dinheiro, algumas mudanças essenciais ocorrem no processo de circulação. O valor de troca passa “a servir para gerar mais valor de troca” (MARX, 1978, p. 07).

Conforme coloca Marx (1978), para que as grandezas de valor não apenas se conserve – como fluente –, mas tenha um acréscimo, um valor a mais, uma mais-valia – como fluxão – (Marx, 1978), esta não pode provir da circulação de mercadorias, porque a circulação de mercadorias só se refere apenas à troca de equivalentes (LENIN, 2006).

Torna-se então necessário acrescentar ao processo de trabalho – que nada mais é que a mediação entre o homem e natureza –, um processo de valorização, que como já foi colocado intrinsecamente, só pode ocorrer por meio de uma mediação de segundo grau, por meio da “*mediação da mediação*”, que é a propriedade privada (MÉSZÁROS, 2006). Conforme Marx (1990):

Enquanto unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor, **o processo de produção** é o processo de produção de mercadorias; enquanto unidade de processo de trabalho e processo de valorização, ele é **processo de produção capitalista**, forma capitalista de produção de mercadorias (MARX, 1990, p. 227, grifos meus).

Com isso, para que haja aumento e/ou valorização, esta só é possível dentro da produção, por meio da criação da mais-valia. Contudo, como seria criar um valor a partir da compra e/ou consumo de mercadorias, expresso na primeira parte da segunda fórmula, $D - M$?

Seria necessário apenas que o possuidor de dinheiro tivesse a felicidade de comprar uma mercadoria capaz de criar valor, que fosse fonte de valor, uma mercadoria cujo valor de uso tivesse a capacidade de ser fonte de valor, “uma mercadoria cujo processo de consumo fosse ao mesmo tempo um processo de criação de valor” (LENIN, 2006, p. 30). E essa mercadoria é a força de trabalho humano. “O seu consumo é trabalho e trabalho cria valor” (LENIN, 2006, p. 31).

Assim, o capitalista, comprando a força de trabalho, por meio de um contrato onde as partes são “livres”, tem o direito de consumi-la, de obrigar o trabalhador a trabalhar durante toda a jornada. Nesse sentido, se durante 6 horas o trabalhador produzir um produto que cubra os gastos de seu sustento, as demais horas de trabalho são trabalhadas exclusivamente para o capitalista, onde ele “cria um produto suplementar não retribuído pelo capitalista” (LENIN, 2006, p. 31).

O aumento e/ou criação de mais-valia, ou criação adicional de valor, pode ainda se dar de duas formas, a saber: pelo prolongamento da jornada de trabalho, conhecida como mais-valia absoluta e; pela redução do tempo de trabalho necessário, por meio do avanço das forças produtivas – desenvolvimento da técnica –, conhecida como mais-valia relativa (MARX, 1990).

Não obstante, para entender o capitalismo em suas fases iniciais, faz-se necessário compreender os três grandes momentos de aumento da produtividade do trabalho, de produção de mais-valia relativa, que de acordo com Lênin (2006), são: a cooperação simples; a divisão do trabalho e a manufatura e; as máquinas e a grande indústria.

Em termos gerais, conforme coloca Romero (2005), essas fases se diferenciam, além do aumento de produtividade do trabalho que é incorporado na produção de mercadorias, “pela forma como o processo de trabalho se subsume ao processo de valorização” (ROMERO, 2005, p. 71).

Assim, conforme coloca o mesmo autor (ROMERO, 2005), embora sejam métodos de extração de mais-valia relativa, os trabalhadores não estão subsumidos da mesma forma nas três fases pelo capital, na relação social que estão inseridos.

A cooperação simples, que não é uma invenção do capitalismo, pode ser entendida simplesmente como uma combinação social do trabalho. Assim, a cooperação simples esteve presente em outros modos de produção, como o Asiático, nas construções das pirâmides do Egito, nos sistemas de irrigação, etc. Com efeito, conforme coloca Motta (1981), se refere a “todas aquelas operações que não permitem por natureza a decomposição em partes, mas que, por outro lado, só pode ser realizada por muitas mãos” (MOTTA, 1981, p. 18). Como exemplo, pode-se citar o transporte de um grande tronco de árvore.

Vale ressaltar que a cooperação simples, utilizada na produção capitalista, assume uma forma peculiar⁵. Conforme Marx (*apud* ROMERO, 2005, p. 73) o que muda é “a coação que se exerce, isto é, o método pelo qual o sobretrabalho é extorquido”. Dessa forma, a partir da cooperação simples no capitalismo, “configuram-se, sobre uma mesma base material, novas relações de poder e dominação” (ROMERO, 2005, p. 74).

Nesse sentido, a subsunção no estágio da cooperação simples no capitalismo, representa a emergência de novas relações de poder, de dominação e subordinação, caracterizada pela substituição “das relações pessoais de dominação pelas relações mercantis de dominação” (ROMERO, 2005, p. 75).

Para que se possa compreender corretamente a segunda fase, a saber, a divisão do trabalho e a manufatura, faz-se necessário fazer uma incursão sobre a categoria divisão do trabalho, uma vez que se trata de uma das categorias chave para analisar, *a posteriori*, o objeto de pesquisa deste trabalho – a economia solidária – e, para que essa seja claramente definida no capitalismo.

Muito diferente da atual divisão do trabalho, da divisão do trabalho na manufatura e/ou na indústria, enfim, da divisão do trabalho no capitalismo, é a *divisão social do trabalho*. Esta sempre existiu, “é característica de todas as sociedades conhecidas” (BRAVERMAN, 1987, p. 72), é a divisão da sociedade em “ocupações, cada qual apropriada a certo ramo de produção” (BRAVERMAN, 1987, p. 72).

Logo, a divisão do trabalho no capitalismo, na manufatura, “é o parcelamento dos processos implicados na feitura de um produto em numerosas operações

⁵ É importante lembrar que as bases materiais da produção capitalista já estão dadas, nesse sentido, o trabalhador não tem outra opção se não vender sua força de trabalho ao possuidor dos meios de produção.

executadas por diferentes trabalhadores” (BRAVERMAN, 1987, p. 72). Conforme coloca ainda Braverman:

A divisão do trabalho na sociedade é características de todas as sociedades conhecidas; a divisão do trabalho na oficina é produto peculiar da sociedade capitalista. A divisão social do trabalho divide a sociedade ente ocupações, cada qual apropriada a certo ramo na produção; a divisão pormenorizada do trabalho destrói ocupações consideradas neste sentido, e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção. No capitalismo, a divisão social do trabalho é forçada caótica e anarquicamente pelo mercado, enquanto a divisão do trabalho na oficina é imposta pelo planejamento e controle. (...). Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão parcelada do trabalho subdivide o homem, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade (BRAVERMAN, 1987, p. 72).

Sobre a manufatura, esta pode se originar de duas formas e também se constituir de duas formas distintas. Sobre as origens, uma delas ocorre quando vários ofícios diferentes (pintor, serralheiro etc.) e autônomos são reunidos num mesmo local para produção de um produto final. O outro modo de origem da manufatura ocorre quando a divisão do trabalho incide apenas em um ofício, sendo este dividido em atividades parciais as quais os trabalhadores são vinculados (ROMERO, 2005).

Para ilustrar tal situação – no caso da divisão do ofício em atividades parciais –, cita-se aqui o seminal exemplo de Adam Smith (*apud* BRAVERMAN, 1987) na fabricação de alfinetes. Assim:

Um homem estica o arame, outro o retifica e um terceiro o corta; um quarto faz a ponta e um quinto prepara o topo para receber a cabeça; a cabeça exige duas ou três operações distintas; colocá-la é uma função peculiar, branquear os alfinetes é outra e até alinhá-los num papel é uma coisa separada; e o importante na fabricação de um alfinete é deste modo dividido em cerca de dezoito operações que, em algumas fábricas, são executadas por mãos diferentes, embora em outras o mesmo homem às vezes execute duas ou três delas (SMITH *apud* BRAVERMAN, 1987, p. 75).

No que concerne à sua constituição, esta também se dá de duas formas distintas, que “são determinadas pela natureza do produto fabricado” (ROMERO, 2005, p. 91). Nesse sentido, conforme coloca Marx (*apud* ROMERO, 2005), existem casos onde uma manufatura fornece matéria-prima para outra, sendo então fases de

trabalho conexas. Neste caso, Marx (*apud* ROMERO, 2005) conceitua como manufatura *orgânica*.

Porém, em alguns casos, não existia a conexão entre os produtos de trabalho, de forma que um seja matéria prima para o outro (não reciprocamente), mas os trabalhos são realizados de forma independente, e somente no final, são entregues ao trabalhador que monta o produto final. A esse tipo de manufatura, Marx (*apud* ROMERO, 2005) denominou de manufatura *heterogênea*.

Conforme ressalta ainda ROMERO (2005), a manufatura pode ser entendida como uma forma intermediária entre a cooperação simples e a grande indústria. A principal mudança que a manufatura traz em relação à cooperação simples é a divisão entre a concepção e a execução, contudo, em ambos os casos, se trata de uma *subsunção formal*, pois o capital ainda depende da habilidade do trabalhador, assim como o ritmo da produção também depende do trabalhador.

Outra questão que tange à *subsunção formal*, diz respeito à posição entre o trabalhador, seu instrumento de trabalho e objeto de seu trabalho. Como ainda os instrumentos de trabalho não foram reunidos e/ou agrupados, constituindo aquilo que se conhece por máquina⁶, os instrumentos servem como meio entre o trabalhador e o objeto de trabalho – como se fosse uma extensão de seu próprio corpo –, o que, na maquinaria vai ser modificado (ROMERO, 2005).

Assim, conforme colocado que o trabalhador ainda tem um grande controle sobre o ritmo e o jeito de se produzir, pois possui o monopólio do conhecimento (o saber-fazer) do processo de trabalho, o aumento da exploração do trabalho, nessa fase, se dava por meio do aumento da jornada de trabalho, da mais-valia absoluta, não obstante a cooperação simples e a manufatura tenham proporcionado aumento da produtividade, de ganha de mais-valia relativa (ROMERO, 2005).

Para que o capital tivesse mais controle, para que conseguisse subsumir o trabalho de forma *real*, conforme coloca Romero (2005, p. 87, grifos meus) ele tinha dois limites para superar: “a dificuldade de aumentar a extração de mais valia e o *controle do operário sobre o processo de trabalho*”. E é com a maquinaria que esse processo é alcançado.

⁶ “A diferença entre ferramenta e máquina não é suscetível de formulação muito precisa, tampouco é necessário, numa exposição popular desses termos, limitar muito estritamente suas acepções. Uma ferramenta só é mais simples que uma máquina; geralmente se movimenta com a mão, enquanto que uma máquina com freqüência é movida por uma força animal ou por vapor. As máquinas mais simples são muitas vezes só uma ou mais ferramentas numa estrutura, operadas por uma força motriz” (BABBAGE *apud* ROMERO, 2005, p. 146).

Com a máquina, que se caracteriza por não depender da força motriz do homem (MARX *apud* ROMERO, 2005), somada à divisão do trabalho em parcelas cada vez menores, a relação de dominação e subordinação entre o trabalhador e o capitalista toma outra dimensão.

Se antes o ritmo da produção dependia do trabalhador, assim como de sua destreza, a partir da introdução de máquinas cada vez mais complexas, o que ocorre é uma inversão entre o sujeito e o objeto. Nesse sentido, conforme já colocado, se o instrumento de trabalho era visto como sendo uma extensão do homem, agora, na maquinaria, o sujeito troca de lugar com o objeto, o homem torna-se um apêndice da máquina, e esta se transforma em um ser autocrático e hostil. Conforme Marx (2004):

A exteriorização do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa, mas bem, além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele, independente dele e fora dele, independente dele e estranha a ela, tornando-se uma potência autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha (MARX, 2004, p. 81).

Do ponto de vista do capitalista, a maquinaria proporciona a intensificação do trabalho, por meio da diminuição dos tempos mortos, pelo controle objetivo do ritmo de produção, além da combinação de mais-valia absoluta com mais-valia relativa. É importante não perder de vista, que a fase da maquinaria e da grande indústria, é uma fase posterior à manufatura, à divisão sistemática do trabalho.

Nesse sentido, a partir da redução dos vários trabalhos concretos a simples trabalho abstrato⁷, que transforma os trabalhadores em simples autômatos, o capital consegue baixar o valor de troca da força de trabalho ao máximo, uma vez que este se tornou simples e repetitivo. Nesse sentido, Babbage, em seu livro “Sobre a Economia de Maquinaria e Manufaturas”, que veio ao público em 1932 (*apud* BRAVERMAN, 1981), adiantou muitas das conclusões de Marx e da administração científica.

⁷ “No momento em que ainda não ocorreu a introdução de maquinário, o trabalho só se realiza enquanto trabalho abstrato na medida em que seu produto se confronta com outro no mercado, ou seja, o trabalho adquire um caráter abstrato na medida em que se torna social e, para tal, o produto tem de ser levado ao mercado, (...) medido conforme o tempo socialmente necessário. (...) Com a utilização da maquinaria (...) faz com que seja, durante o próprio processo de produção, realizado objetivamente como simples força de trabalho indiferenciada, simples acúmulo de tempo de trabalho” (ROMERO, 2005, p. 192).

Ao dividir o trabalho a ser executado em diferentes processos, cada qual exigindo diferentes graus de perícia ou força, pode comprar precisamente aquela exata quantidade de ambas que for necessária para cada processo; ao passo que, se todo o trabalho fosse executado por um operário, aquela pessoa deve possuir suficiente perícia para executar o mais difícil, a força suficiente para executar o mais laborioso das operações nas quais o ofício é dividido (BABBAGE apud BRAVERMAN, 1981, p. 77).

Uma das conseqüências direta da maquinaria, é que ela proporciona ao capitalista a possibilidade de empregar no processo produtivo pessoas sem nenhuma qualificação, que “em termos de mercado, isto significa que a força de trabalho (...) pode ser comprada mais barato como elementos dissociados” (BRAVERMAN, 1981, p. 79).

Assim, entende-se aqui a revolução industrial, não como um fenômeno divorciado das relações sociais vigentes, da mesma forma como não se entende aqui a tecnologia como uma coisa neutra, e sim, como a passagem de formas de submissão e subordinação distintas, da passagem da *subsunção formal* à *subsunção real*.

1.1.1 A questão da alienação inscrita na produção capitalista: a “mediação da mediação” do homem com a natureza.

Uma vez conhecido os fundamentos da acumulação capitalista, seu funcionamento e a constituição de uma sociedade dividida em classes sociais, a saber, uma classe detentora dos meios de produção e uma classe que vende sua força de trabalho para poder se reproduzir, uma série de conseqüências no que concerne a alienação do ser humano podem ser levantadas.

Não obstante, para compreender o conceito de alienação e suas conseqüências para a classe trabalhadora, é necessário compreender o trabalho com uma dupla possibilidade, quais sejam: enquanto atividade produtiva emancipatória ou enquanto atividade produtiva alienada e/ou estranhada.

Outra consideração que precisa ser feita é que a análise aqui presente, no que diz respeito à alienação, se dá em determinadas condições históricas. Precisamente por ser o capitalismo o atual modo de produção predominante, e historicamente constituído, é que se considera aqui essa base material como ponto de partida para as devidas reflexões sobre a alienação do trabalhador.

Também se faz necessário considerar que a atividade produtiva é um fator sem a qual a existência humana não seria possível. Conforme coloca Mészáros (2006, p. 78), “o modo de existência humano é inconcebível sem as transformações humanas realizadas pela atividade produtiva”. Nesse sentido, a atividade produtiva é o “mediador na relação sujeito-objeto entre homem e natureza” (MÉSZÁROS, 2006, p. 78).

“O trabalho é a propriedade ativa do homem” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2006, p. 144), sendo o produto do trabalho a objetivação do homem. Quando livre, o trabalho possibilita ao ser humano – um ser então objetivo –, manifestar-se e contemplar-se a “si mesmo num mundo criado por ele, objetivado, e não somente no seu pensamento” (MÉSZÁROS, 2006, p. 144).

Assim, uma vez considerado que o trabalho – enquanto atividade produtiva – é a mediação fundamental entre o homem e a natureza (MARX, 2004; MÉSZÁROS, 2006), a partir do momento em que o trabalho se torna uma mercadoria, surgem mediações de segundo grau, a saber, a propriedade privada, divisão do trabalho e o intercâmbio, sendo que essas mediações de segundo grau o “*impedem de se realizar em seu trabalho*, no exercício de suas capacidades produtivas (criativas), e na apropriação humana dos produtos de sua atividade” (MÉSZÁROS, 2006, p. 78, grifos meus).

É necessário antes de admitir a existência das mediações de segundo grau, admitir a existência da “liberdade” para o trabalhador. Assim, estes eram livres desde que “escolhessem livremente celebrar o contrato em questão, alienando voluntariamente aquilo que lhes pertencia” (MÉSZÁROS, 2006, p. 38). Nesse sentido, a alienação humana transforma todas as coisas em:

(...) objetos alienáveis, vendáveis, em servos da necessidade e do tráfico egoístas. A venda é a prática da alienação. Assim, como o homem, enquanto estiver mergulhado na religião, só pode objetivar sua existência em um ser alheio e fantástico; assim também, sob o influxo da necessidade egoísta, ele só pode afirmar-se a si mesmo e produzir objetos na prática subordinando seus produtos e sua própria atividade à dominação de uma entidade alheia, atribuindo-lhes a significação de uma entidade alheia, ou seja, o dinheiro (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2006, p. 39).

Dessa forma, a propriedade privada, uma espécie de “*mediação da mediação*” é um meio de alienação, uma vez que condiciona o trabalhador e sua

potencialidade a funções estritamente determinadas pela lógica da acumulação, pela expropriação de mais-trabalho, pela vontade do comprador da força de trabalho.

O que pode ser observado nas colocações acima, é que a alienação é composta de aspectos políticos, sendo que as relações de propriedade são *conditio sine quo non* para que o aspecto econômico possa operar. Com isso, conforme Mészáros (2006, p. 138), “a apropriação e a redistribuição” pressupõe uma relação politicamente fixa entre “produção e apropriação”.

Assim, para entender o conceito de alienação e seus aspectos tanto políticos quanto econômicos, parte-se aqui das quatro principais dimensões colocadas por Marx⁸ (2004), a saber: a alienação do homem em relação à natureza; a alienação de sua própria atividade produtiva; a alienação de seu ser como membro de sua espécie – de seu ser “genérico” e; a alienação do homem em relação aos outros homens.

A primeira das dimensões colocadas, diz respeito à relação entre o trabalhador e o objeto fruto de sua atividade produtiva, o produto de seu trabalho. Nesse sentido, na produção capitalista, a objetivação do trabalho:

(...) tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é desposado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital (MARX, 2004, p. 80).

Dessa forma, o trabalhador ao se relacionar com o produto de seu trabalho, este lhe aparece como “um objeto estranho”, “uma existência externa”, que se defronta com uma “potência autônoma diante dele” (MARX, 2004, p. 80).

Não obstante, o estranhamento não se dá apenas na relação entre o sujeito-objeto, no resultado da atividade produtiva, mas também, “e principalmente, no ato da produção, dentro da própria atividade produtiva” (MARX, 2004, p. 82).

Dito de outra forma, na relação do trabalhador no interior do processo, na sua relação com sua própria atividade, como uma atividade “alheia que não lhe oferece

⁸ A principal obra na qual se parte aqui as reflexões sobre alienação é uma das obras da juventude de Marx, conhecida como Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, ou simplesmente por Manuscritos de Paris. Conforme coloca Mészáros, trata-se “inquestionavelmente, da obra filosófica mais discutida no século XX” (MÉSZÁROS, 2006, p. 17).

satisfação por si e em si mesma, mas apenas pelo ato de vendê-la a outra pessoa” (MÉSZÁROS, 2006, p. 20).

Nesse sentido, não é a atividade em si que lhe proporciona satisfação, mas uma “propriedade abstrata dela: a possibilidade de vendê-la em certas condições” (MÉSZÁROS, 2006, p. 20). O trabalho se torna apenas um meio de existência, para satisfazer carências fora dele. Conforme Marx (2004):

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si (quando) fora do trabalho e fora de si (quando) no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. (...) O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade aparece para o trabalhador como se (o trabalho) não o pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo (MARX, 2004, p. 83).

Conhecida às duas primeiras dimensões da alienação, que Marx (*apud* MÉSZÁROS, p. 20) chama de “estranhamento da coisa” e a segunda de “auto-estranhamento”, pode-se então entender as outras duas, que são conseqüências das duas primeiras já citadas, quais sejam: a alienação de seu ser como membro de sua espécie – de seu ser “genérico” e; a alienação do homem em relação aos outros homens – na sua sociabilidade.

A terceira dimensão da alienação do ser humano, por meio do trabalho estranhado, faz “do *ser genérico do homem*, tanto da natureza quanto da faculdade espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio de sua *existência individual*” (MARX, 2004, p. 84, grifos meus). Em outras palavras, quando a atividade livre do homem é reduzida a apenas um meio, “ele faz da vida genérica do homem um meio de sua existência física” (MARX, 2004, p. 84). Nas palavras de Mézáros:

O terceiro aspecto – a alienação do homem com relação ao seu genérico – está relacionado com a concepção segundo a qual o objeto do trabalho é a objetivação da vida da espécie humana, pois o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual (mente), mas operativa, efetiva (mente), contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele (MÉSZÁROS, 2006, p. 20).

Com efeito, ao colocar o indivíduo em primeira instância em relação à humanidade, de forma imediata, a própria consciência de ser um “sujeito histórico” é perdida, e a capacidade de “fazer história” é negada, uma vez que a contradição

entre indivíduo e humanidade acaba levando à aparente idéia de que a história já está construída e, desta forma, é limitada aos indivíduos. Isso:

(...) traz a dissecação e a completa eliminação cética do sujeito histórico, com conseqüências devastadoras para as teorias que podem ser construídas no interior desses horizontes. Pois, uma vez que o sujeito histórico é lançado ao mar, não apenas a possibilidade de fazer, mas também de entender a história deve sofrer o mesmo destino, (...). (MÉSZÁROS, 2007, p. 47).

Enquanto Marx levou em consideração a relação do “homem com a humanidade em geral⁹” para formular a terceira característica da alienação (MÉSZÁROS, 2006, p. 2), não obstante, no quarto aspecto, da “relação do homem com os outros homens”, ele agora “está considerando tendo em vista a relação do homem com os outros homens” (MÉSZÁROS, 2006, p. 2). Conforme Marx:

Uma conseqüência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o estranhamento do homem pelo (próprio) homem. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com seu trabalho, produto do seu trabalho e consigo mesmo, vale em relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem (MARX, 2004, p. 85-86).

Assim, o conceito de alienação em Marx expressa a relação do homem com a natureza, com os objetos de seu trabalho – na separação entre o trabalhador e seu objeto e consigo mesmo – na própria atividade produtiva –, de um lado, e “as relações desse processo na relação entre o *homem-humanidade* e *homem e homem*, de outro” (MÉSZÁROS, 2006, p. 21).

Tal processo também foi descrito por Dejours (1999) como a “banalização da injustiça social”, que, grosso modo, explica o mecanismo no qual o homem, alienado no seu trabalho, sublima tal sofrimento, e uma vez que “neutraliza” o seu próprio sofrimento, isso vai implicar na neutralidade de perceber o sofrimento do outro, nessa relação de sociabilidade homem-homem.

Não obstante os apontamentos de Marx (2004) sobre a alienação e suas dimensões, e de nenhuma forma o presente trabalho ter como propósito colocar – ou idealizar – o “caminho da emancipação”, mas, outrossim, apenas suscitar

⁹ “Isto é, a alienação da “condição humana” no curso de seu rebaixamento por meio de processos capitalistas” (MÉSZÁROS, 2006, p. 2).

algumas reflexões sobre a economia solidária e a questão da emancipação, a questão do grupo parece ser ponto de reflexão para o autor no rumo da emancipação. Assim:

Quando os artesãos comunistas se unem, vale para eles, antes de mais nada, como finalidade a doutrina, propaganda etc. **Mas ao mesmo tempo eles se apropriam, dessa maneira, de uma nova carência, a carência da sociedade, e o que aparece como meio, tornou-se fim.** Este movimento prático pode-se intuir nos seus mais brilhantes resultados quando se vê operários (ouvriers) socialistas franceses reunidos. Nessas circunstâncias, fumar, beber, comer, etc., não existem mais como meios de união ou como meios que unem. A sociedade, a associação, o entretenimento, que novamente têm a sociedade com fim, basta a eles; a fraternidade dos homens não é nenhuma frase, mas sim a verdade para eles, e a nobreza da humanidade nos ilumina a partir dessas figuras endurecidas pelo trabalho (MARX, 2004, p. 146, grifos meus).

1.2 A exploração do trabalho e as primeiras associações: o socialismo utópico x socialismo científico.

Durante o período em que se constituiu o capitalismo (final do século XVIII e início do século XIX), a situação da classe trabalhadora era de intensa luta contra as explorações impostas pela classe dominante, possuidora dos meios de produção. Uma das dimensões de luta pode ser vista nas tentativas de aumentar a jornada de trabalho por parte dos proprietários, e a tentativa de diminuir a jornada de trabalho por parte dos trabalhadores.

O dia de trabalho, conforme relatado por Engels (1985), chegava a ter 17 horas. As taxas de mortalidade eram altas e as condições de moradia miseráveis. Na produção, a concorrência ocorria de tal forma que crianças e mulheres eram empregadas no lugar dos homens, pois eram uma força de trabalho mais barata e atendiam às condições necessárias da produção, onde o trabalho concreto cada vez mais cedia lugar para o trabalho abstrato (ENGELS, 1985).

Na produção capitalista, o prolongamento do dia de trabalho significa mais riqueza para aquele que compra força de trabalho. “O capital não pergunta pela duração da vida da força de trabalho” (MARX, 1990, p. 302). A única coisa que interessa é aumentar ao máximo a utilidade dessa mercadoria, a força de trabalho. “*Prolonga o tempo de produção do operário durante um dado prazo por encurtamento do seu tempo de vida*” (MARX, 1990, p. 302, grifos meus).

Na Inglaterra, berço do proletário industrial, somente em 1833 o parlamento publicou uma lei que datasse para indústria moderna um dia de trabalho normal. A lei de 1833, declarava que o dia de trabalho deveria começar as 05h30min (cinco horas e trinta minutos) da manhã e terminar as 20h00min (vinte horas) (MARX, 1990).

Dentro das normas então instituídas, legalmente era permitido contratar jovens entre 13 (treze) e 18 (dezoito) anos, desde que estes não trabalhassem mais de 12 (doze) horas. Deveria ser concedido a cada pessoa não menos de 1h30min (uma hora e trinta minutos) para refeições e estaria proibido contratar crianças menores de 9 (nove) anos, mas as entre 9 (nove) e 13 (treze) poderiam trabalhar 8h (oito horas) durante o dia (MARX, 1990). Não obstante, em resposta ao não cumprimento da lei:

O parlamento determinou que, depois de 1 de Março de 1834, nenhuma criança abaixo dos 11 anos, depois de 1 de Março de 1835, nenhuma criança abaixo dos 12, depois de 1 de Março de 1836, nenhuma criança abaixo dos treze anos deveria trabalhar em uma fábrica **acima de 8 horas!** (MARX, 1990, p. 319, grifos meus).

Nos anos que seguiram, muitas lutas foram travadas, no que concerne ao dia do trabalho. Em todos os lugares existiam greves. Muitas das manifestações terminaram com sangue. Alguns trabalhadores se recusavam a trabalhar, mas a concorrência era crescente, e sempre havia alguém disposto a se vender em troca de sua subsistência. Conforme Engels:

A concorrência é a forma mais acabada da guerra de todos contra todos que caracteriza a sociedade burguesa moderna (...) os trabalhadores concorrem entre si como os burgueses (...) **daí os esforços dos trabalhadores para suprimir esta concorrência, associando-se**; daí a fúria da burguesia contra estas associações, e seus gritos de triunfo a cada derrota que conseguem infringir-lhes (ENGELS, 1985, p. 93-94, grifos meus).

Nesse contexto de exploração, surgiram algumas respostas suscitadas tanto de movimentos operários quando de correntes de intelectuais, preocupados com a liberdade e a situação de exploração dos trabalhadores e com o rumo da sociedade dominada pela produção capitalista.

Uma das correntes, composta de intelectuais de diferentes lugares e com diferentes propostas – dos quais se destacam, Saint-Simon, Charles Fourier, Louis Blanc, Joseph Proudhon e Robert Owen – teve e tem até os dias de hoje grande

repercussão. Conforme coloca Motta (1987), esses intelectuais ficaram conhecidos como “socialistas utópicos¹⁰”, e tiveram grande influência nos movimentos operários, além de serem considerados os percussores do participacionismo.

Saint-Simon (1770-1825), era filho da revolução francesa. Sua crítica era que a sociedade estava dividida entre pessoas ociosas e trabalhadores. Para Saint-Simon, a ciência e a indústria, deveriam ser unidas por um novo laço religioso, um “novo cristianismo”, “forçosamente místico e rigorosamente hierárquico, chamado a restaurar a unidade das idéias religiosas, destruída desde a Reforma” (ENGELS, 1880, acesso 29/08/07).

Um importante precursor do participacionismo foi o francês Charles Fourier (1772-1837). Tendo vivido em um ambiente menos industrializado, “considerava a natureza humana imutável, mas entendia que ela necessitava de um ambiente social adequado para florescer” (MOTTA, 1987, p. 14).

Para tanto, acreditava que seria necessário criar comunidades, conhecidas como *falanstérios*, nas quais 16 mil pessoas cultivariam cerca de 5 mil acres de terra. Nesses falanstérios, a maior parte da renda deveria servir para cobrir os custos de produção e os custos sociais, o restante, deveria ser usado para remunerar o talento, o que seria um incentivo para a produção artística, intelectual e científica. (MOTTA, 1987).

Já Louis Blanc (1811-1882), outro Francês, era descrente em qualquer tipo de revolução violenta, e pensava que o Estado poderia promover reformas sociais. Argumentava que somente o Estado poderia proteger os fracos da sociedade e, por esse motivo, as indústrias-chave deveriam se estatizar. “Na sociedade de Blanc, os interesses individuais fundir-se-iam no bem comum” (MOTTA, 1987, p. 14).

Entre os ideólogos utópicos, Joseph Proudhon foi o único a desenvolver uma crítica econômica e política completa da sociedade capitalista e a propor um sistema completo da sociedade autogerida. Proudhon entendia que o capitalismo era um sistema:

(...) impulsionado por determinadas contradições internas responsáveis pela passagem de um estágio de anarquia negativa, para um estágio de feudalismo industrial (capitalismo de oligopólio). Entendia, também, que

¹⁰ Conforme Engels (1880), Utopia é o título de um livro do inglês Thomas Morus. Escrito em 1516 descreve uma sociedade ideal que possibilita igualdade e justiça para todos. Esse título passou a designar todo pensamento que defendesse a igualdade social, mas sem apontar claramente o caminho para se chegar a ela.

esse estágio deveria evoluir para o império ou Estado industrial (capitalismo de estado) e que, finalmente, o sistema seria destruído, dando lugar à anarquia positiva ou democracia industrial, que seria a sociedade socialista autogestionária (MOTTA, 1987, p. 16).

No sistema de Proudhon (*apud* MOTTA, 1987) as empresas industriais seriam autogeridas e de propriedade dos trabalhadores e deveriam se federar a uma Federação das Indústrias. O mesmo deveria acontecer na agricultura, isto é, ela deveria ser mutualizada, organizada em pequenas comunas e formar uma Federação Agrícola, que junto com a Federação Industrial formariam a Federação Agro-Indústria. O que Proudhon propõe “é um sistema de coordenação em oposição a um sistema de autoridade” (MOTTA, 1987, p. 16).

Outro importante percussor do participacionismo foi Robert Owen. Esse pensador imaginou a sociedade como uma federação de cooperativas governadas pelos próprios produtores. Entre os pensadores citados, Owen foi o que teve maior repercussão prática, sendo que suas idéias influenciaram e inspiraram o movimento cooperativista, que se espalhou em vários lugares do mundo. (MOTTA, 1987).

Para Engels (1880), que fez duras críticas aos “socialistas utópicos”, os sistemas propostos por eles eram fantasias descoladas da realidade. “Pretendia-se tirar da cabeça a solução dos problemas sociais” (ENGELS, 1880, acesso 29/08/07). Nesse sentido, para os socialistas utópicos, tratava-se de descobrir um sistema novo e mais perfeito de ordem social, “para implantá-lo na sociedade vindo de fora, por meio da propaganda e, sendo possível, com o exemplo, mediante experiências que servissem de modelo” (ENGELS, 1880, acesso 29/08/07).

Conforme coloca Engels (1880), a diferença entre o socialismo utópico e o socialismo científico estaria na forma como se daria a transição do modo de produção capitalista para o modo de produção socialista¹¹. Assim:

O primeiro ato em que o Estado se manifesta efetivamente como representante de toda a sociedade - a posse dos meios de produção em nome da sociedade - é ao mesmo tempo o seu último ato independente como Estado. A intervenção da autoridade do Estado nas relações sociais tornar-se-á supérflua num campo após outro da vida social e cessará por si mesma. O governo sobre as pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será “abolido”, extingue-se. É partindo daí que se pode julgar o valor do falado “Estado popular livre” no que diz respeito à sua justificação provisória

¹¹ Conforme Mészáros (2002), a experiência da União Soviética deve ser conceituada como socialismo real, ou realmente existente. Nesse sentido, o socialismo real se diferencia do socialismo científico pois não rompeu com a estrutura hierárquica de trabalho, tornando-se um Estado totalitário.

como palavra de ordem de agitação e no que se refere à sua falta de fundamento científico. É também partindo daí que deve ser considerada a exigência dos chamados anarquistas de que o Estado seja abolido da noite para o dia (ENGELS, 1880, acesso 29/08/2007).

Dessa forma, o Estado, que em ambos os projetos deve ser abolido, é utilizado como uma meio para o fim desejado – o comunismo. Assim, o socialismo científico se caracteriza pela revolução proletária, por uma revolução que deveria ser de início política, pela tomada do poder – do Estado – pelos trabalhadores, tornando os meios de produção públicos e, a partir que se desaparecesse a anarquia social provocada pela produção capitalista, o Estado seria definhado até desaparecer. Conforme as palavras do próprio Engels (1880):

A realização desse ato, que redimirá o mundo, é a missão histórica do proletariado moderno. E o socialismo científico, expressão teórica do movimento proletário, destina-se a pesquisar as condições históricas e, com isso, a natureza mesma desse ato, infundindo assim à classe chamada a fazer essa revolução, à classe hoje oprimida, a consciência das condições e da natureza de sua própria ação (ENGELS, 1880, acesso 29/08/2007).

1.3 A Grande Depressão e a crise do *laissez faire*: buscando as raízes do fim do Estado Liberal.

O capitalismo liberal – caracterizado pela liberdade econômica e não intervenção dos Estados nacionais – seguiu forte até o final do século XIX e início do século XX, quando conheceu sua grande crise em 1929, conhecida como crise da Bolsa de Nova York, ou simplesmente crise de 29. (HOBBSAWM, 1995).

Para entender os motivos que levaram à crise e ao fim do Estado liberal, não obstante, cita-se aqui primeiro o otimismo do Presidente dos Estados Unidos, Calvin Coolidge, em sua mensagem ao Congresso, na data de 4 de dezembro de 1928. Conforme o Presidente Calvin Coolidge:

A grande riqueza criada por nossa empresa e indústria, e poupada por nossa economia, teve a mais ampla distribuição entre nosso povo, e corre como um rio a servir à caridade e aos negócios do mundo. As demandas da existência passaram do padrão da necessidade para a região do luxo. A produção que aumenta é consumida por uma crescente demanda interna e um comércio exterior em expansão. **O país pode encarar o presente com satisfação e prever o futuro com otimismo** (COOLIDGE apud HOBBSAWM, 1985, p. 90, grifos meus).

Conforme coloca Hobsbawm (1985), antes da Grande Depressão – 1929-1933 – havia um consenso entre os homens de negócio esclarecidos, assim como entre muitos economistas e historiadores, que o desenvolvimento econômico se dava por ciclos ou ondas, de expansão e de queda.

Não obstante, com a Grande Depressão – que foi sentida pelo menos em todos os “lugares que homens e mulheres se envolviam ou faziam uso de transações impessoais de mercado” (HOBBSAWM, 1985, p. 91) –, pela primeira vez na história, as flutuações apresentavam grande risco para o sistema capitalista, contrariando a idéia de ciclos “naturais” de desenvolvimento.

Mas quais seriam os motivos que levaram à Grande Depressão? Por que a economia mundial estava estagnada naquela ocasião?

Muitas respostas surgiram para explicar as principais causas da Grande Depressão, que vão de fatores políticos a fatores econômicos. Para Hobsbawm (1985), as principais respostas foram a auto-suficiência da maior economia do mundo – os Estados Unidos – e a insuficiente demanda.

No que concerne à auto-suficiência da maior economia do mundo, a saber, dos Estados Unidos, esta estaria acompanhada de outros países, como Grã-Bretanha e os Estados Escandinavos, o que estaria levando cada Estado a fazer o possível para proteger suas “economias de ameaças externas, ou seja, de uma economia mundial que estava visivelmente em apuros” (HOBBSAWM, 1985, p. 93). Nesse sentido, conforme coloca ainda Hobsbawm (1985, p. 93), “a globalização da economia dava sinais de que parava de avançar nos anos entreguerras”.

A segunda linha explicativa da Grande Depressão, estaria na “não-geração, pelas economias mundiais, de demanda suficiente para uma expansão duradoura” (HOBBSAWM, 1985, p. 104). Nesse sentido, o que ocorreu foi que a demanda de massa não conseguiu acompanhar a produção em massa, já pautada em princípios fordistas, tendo como resultado uma superprodução.

Conforme coloca ainda Hobsbawm, a Grande Depressão, que teve seu momento de maior destaque na crise da Bolsa de Nova York em 1929, foi acentuada pelo remédio dado à crise de demanda, a saber, a expansão do crédito ao consumidor.

Com isso, antes do Grande Crash, os bancos – atingidos pela especulação imobiliária – já estavam sobrecarregados de dívidas não saldadas. De acordo com Hobsbawm (1985), o que tornava a economia tão vulnerável a esse *boom* de crédito

era que os consumidores não usavam seus empréstimos para comprar bens de consumo tradicionais, “que mantêm o corpo e a alma juntos” (HOBSEAWM, 1985, p. 105), que tem pouca variação, e sim para comprarem “bens supérfluos da moderna economia de consumo” (HOBSEAWM, 1985, p. 105).

Sobre a crise vista por essa ótica, ilustra Hobsbawm (1985) as conseqüências diretas da demanda insuficiente:

A produção de automóveis nos EUA caiu para a metade entre 1929 e 1931, ou, num nível mais baixo, a produção de discos para pobres (discos “raciais” e de jazz dirigidos ao público negro) praticamente cessou por algum tempo (HOBSEAWM, 1985, p. 105).

Outra questão levantada por Hobsbawm (1985) sobre o liberalismo econômico, era que na fase da Grande Depressão a economia de livre competição do século XIX, já não existia, sendo esta uma época “em que a economia era cada vez mais dominada por imensas corporações que tornavam balela o termo “perfeita competição”” (HOBSEAWM, 1985, p. 107), caracterizando o que Braverman (1987) chamou de capitalismo monopolista.

“O liberalismo estava morto, ou parecia condenado” (HOBSEAWM, 1985, p. 111), e como resposta, três opções competiam pela “hegemonia intelectual-política” (HOBSEAWM, 1985, p. 111).

Uma delas era o comunismo marxista, pois as previsões de Marx – principalmente sobre sua previsão da crescente concentração de capital – pareciam estar se concretizando, e de maneira impressionante, a URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – parecia inure a crise. (HOBSEAWM, 1985).

A segunda resposta seria um capitalismo privado de sua crença na otimização de livre mercado, do *laissez faire*, “e reformado por uma espécie de casamento não oficial ou ligação permanente com a moderada social-democracia de movimentos trabalhistas não comunistas” (HOBSEAWM, 1985, p. 111).

Uma terceira possível resposta à crise seria o fascismo. De acordo com Hobsbawm (1985, p. 112), “o fascismo se mostrava hostil às teorias neoclássicas do liberalismo econômico”, e queria se livrar do desemprego a qualquer custo. Assim:

(...) à medida em que crescia a maré do fascismo com a Grande Depressão, tornava-se cada vez mais claro que na Era da Catástrofe não apenas a paz, a estabilidade social e a economia, como também as instituições políticas e os valores intelectuais da sociedade liberal burguesa

do século XIX entraram em decadência ou colapso (HOBBSAWM, 1985, p. 112).

Conforme a história demonstrou, no período seguinte à grande crise as três opções se realizaram, cada qual com suas especificidades. Mas uma coisa se manteve presente entre ambas, que foi o controle da reprodução sócio-metabólica pelo capital, pela relação social de subordinação entre dominantes e dominadas. Em suma, a estrutura hierárquica de trabalho continuou a existir, mesmo na URSS, que conforme coloca Mészáros (2007), foi uma estrutura pós-capitalista, mas que de nenhuma forma conseguiu ir para além do capital.

1.4 Fordismo e o Welfare State: os anos dourados do capitalismo.

De acordo com Braverman (1987), o capitalismo monopolista criou uma situação na “qual a expansão das atividades estatais imediatas na Economia não mais podiam ser evitadas” (BRAVERMAN, 1987, p. 243). Conforme o mesmo autor, as razões para a aludida situação podiam ser entendidas sob quatro ângulos gerais.

O primeiro era que o capitalismo monopolista tende a gerar “um excedente econômico maior do que o que pode absolver” (BRAVERMAN, 1987, p. 243). Como consequência desse fato, ele se torna vulnerável a desordem em seu funcionamento geral, ocorrendo “formas de estagnação, grave depressão, assinaladas por desemprego e capacidade ociosa das fábricas” (BRAVERMAN, 1987, p. 243), em suma, são as chamadas crises de “superprodução”.

Assim, diagnosticado uma falta de demanda efetiva, os gastos governamentais deveriam ser ampliados para preencher a lacuna deixada pela falta de demanda. Não obstante, essa política, adotada pelos países capitalistas, só se tornou uma doutrina universalmente aceita quase meio século depois do início do capitalismo monopolista, devido à prolongada depressão dos anos 30, “crise cuja resolução não foi absolutamente espontânea e ameaçou a existência do capitalismo em âmbito mundial” (BRAVERMAN, 1987, p. 243).

A segunda se dava pela internacionalização do capital – no que concerne a mercados, matérias-primas e investimentos –, que criou uma “situação de concorrência econômica que trouxe consigo os confrontos militares entre os países capitalistas” (BRAVERMAN, 1987, p. 243). Conforme ilustra Braverman (1987):

(...) Nessa situação o conceito tradicional de um estabelecimento de paz militar, suplementado por mobilização para a guerra em caso de necessidade, de fato deu lugar, devido às crises intermitentes criadas inerentemente nas necessidades militares, a uma **mobilização permanente para a guerra** como aspecto comum. Isto, misturado com a necessidade de uma garantia governamental da “demanda efetiva”, **proporcionava uma forma de absorção do excedente econômico aceitável pela classe capitalista** (BRAVERMAN, 1987, p. 243, grifos meus).

O terceiro seria que nos países capitalistas, a miséria e a conseqüente insegurança se tornaram aspectos comuns na vida social, e aumentaram de tal forma que as filantropias privadas não conseguiam controlá-las. Nesse sentido, conforme a miséria ia aumentando e se concentrando nas grandes cidades, “ameaçando a estrutura social, o governo intervém para manter a vida e aliviar a insegurança” (BRAVERMAN, 1987, p. 243). Com isso, era necessário conter uma possível agitação política, criando assim uma esfera de bem-estar para a população em geral. (BRAVERMAN, 1987).

A última seria que com a “rápida urbanização da sociedade e o aceleração do ritmo da vida econômica e social, a necessidade de outros serviços governamentais aumentou” (BRAVERMAN, 1987, p. 243), multiplicando também a variedade desses serviços. Assim, muitas das funções, principalmente no que concerne à estrutura ocupacional – como, por exemplo, a educação –, que não eram institucionalizadas, começam a ser institucionalizadas de acordo com as necessidades do próprio capitalismo monopolista. (BRAVERMAN, 1987).

Nesse sentido, a intervenção governamental tornou-se cada vez mais ampla – saúde pública, serviço postal, polícia, assistência social etc. – e com cifras crescentes. Conforme a tabulação (Tabela 01) de Baran e Sweezy (*apud* BRAVERMAN, 1987), o percentual dos gastos governamentais em relação ao PNB chegou a quase 30% em 1961.

Tabela 1 – Gastos governamentais dos Estados Unidos (Em bilhões de dólares).

	Produto Nacional Bruto PNB	Gastos totais governamentais	Percentual dos gastos governamentais em relação ao PNB
1903	23,0	1,7	7,4

1913	40,0	3,1	7,7
1929	104,4	10,2	9,8
1939	91,1	17,5	19,2
1949	258,1	59,5	23,1
1959	482,1	131,6	27,3
1961	518,7	149,3	28,8

Fonte: BARAN e SWEEZY *apud* BRAVERMAN, 1987, p. 246.

Assim, o modelo de produção em massa de Henry Ford espalhou-se para indústrias de todo o globo, sendo também ampliado para novos tipos de produção, “da construção de habitações à chamada *junk food* (o McDonald’s foi uma história de sucesso do pós-guerra)” (HOBSBAWM, 1985, p. 259).

Bens e serviços antes restritos a minorias eram agora produzidos para um mercado de massa, (...). O que antes era um luxo tornou-se o padrão do conforto desejado, pelo menos nos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone. (...) Em suma, era agora possível o cidadão médio desses países viver como só os muitos ricos tinham vivido no tempo de seus pais (HOBSBAWM, 1985, p. 259).

Também é na Era do ouro que a economia transnacional ganha força, transformando assim as fronteiras e os territórios de Estados em “fatores complicadores” (HOBSBAWM, 1985, p. 272). Com isso, passa a existir uma economia mundial que na verdade não tem base ou fronteira determinável.

A partir da transnacionalização, três aspectos surgiram: “as empresas transnacionais, uma nova divisão internacional do trabalho e o aumento do financiamento *offshore*¹² (externo)” (HOBSBAWM, 1985, p. 272).

Outra interpretação sobre o período é dada por Santos (2002). Segundo esse autor existem dois paradigmas de transformação social: por um lado a revolução (contra o próprio Estado) e; por outro lado o reformismo (mudanças pautadas pela lógica da repetição e melhoria).

É importante destacar que para o autor (SANTOS, 2002), o reformismo só ganha sentido e é explicado em relação à revolução. Nesse sentido, a revolução é o

¹² “O termo *offshore* entrou no vocabulário público civil a certa altura da década de 1960, para descrever a prática de registrar a sede legal da empresa num território fiscal generoso, em geral minúsculo, que permitia aos empresários evitar os impostos e outras restrições existentes em seu próprio país” (HOBSBAWM, 1985, p. 272).

meta-suposto do reformismo – sendo que no referente contexto tem-se o chamado socialismo real como meta-suposto do reformismo no ocidente. Tem-se então que, o reformismo pode ser entendido com um duplo propósito: por um lado, reformar o Estado, sendo esta reforma determinada pela crise econômica e, por outro lado, como uma forma de manter o *status quo*, ou seja, de evitar uma possível revolução.

No caso do Brasil, conforme aponta Montanô (2003), não obstante o período varguista desenvolver um certo “Estado social” “por meio de um tipo de “pacto antioligárquico” e “industrialista”” (MONTAÑO, 2003, p. 34) e consolidar alguns avanços para os trabalhadores, como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), somente com a Constituição de 1988 “configurou um pacto social que, pela primeira vez no país, apontava para a construção de uma espécie de Estado de Bem-Estar Social” (NETTO *apud* MONTAÑO, 2003, p. 35).

Assim, a construção de uma sociedade industrial tardia no Brasil, baseada na substituição das importações (principal estratégia de desenvolvimento daquele contexto), fundada no trabalho urbano assalariado, acabou por propiciar também um tardio e inacabado Estado “protecionista” (MONTAÑO, 2003). Nesse sentido, conforme ressalta Montañó (2003):

No entanto, paradoxalmente, o caráter tardio do novo “pacto social” brasileiro (na inspiração do bem-estar público garantido pelo Estado) vem à tona no momento em que internacionalmente ocorriam processos que punham em questão o próprio Welfare State e o chamado “socialismo real”; quer dizer, esse novo “pacto social” surge, no Brasil, num contexto internacional no qual se questiona a intervenção do Estado como sendo o “caminho da servidão”. A corrente neoliberal, consolidada nos países capitalistas centrais na década de 80 com ampla hegemonia internacional, após os triunfos eleitorais de Thatcher e Reagan, e reafirmada na década de 90 com a “queda do muro”, sob uma forma mais “adocicada”, centra-se no feroz ataque aos elementos de conquista sociais e trabalhistas que continua o chamado “pacto keynesiano”, no Estado de bem-estar social (MONTAÑO, 2003, p. 35).

1.5 Crise do Fordismo e do Welfare State: o toyotismo em voga.

Até o início de 1970, o fordismo foi o processo produtivo vigente no mundo capitalista, na medida em que era sustentado pela demanda aparentemente

insaciável do pós-guerra. Porém, a demanda durante os anos 70 diminuiu¹³, o que levou a um rearranjo na estrutura produtiva, para que a taxa de lucro do capital fosse recuperada.

Nesse sentido, a partir da crise do fordismo inicia-se um movimento do capital em duas frentes: uma atuando dentro da empresa visando à reestruturação produtiva por meio do avanço tecnológico e da reorganização e/ou renovação dos métodos de controle e gestão da força de trabalho e, outra atuando externamente, visando à reestruturação formal das conquistas trabalhistas com a flexibilização jurídica-política de leis trabalhistas (ANTUNES, 1995).

O toyotismo¹⁴ surge então como uma resposta do capital em face à crise fordista de produção em massa, tendo como eixo principal a flexibilização. Antunes coloca os principais pontos constituintes:

Podem ser assim resumidos: ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção em série e de massa do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo just in time. O Kanban, placas que são utilizadas para a reposição de peças, é fundamental, à medida que se inverte o processo: é do final, após a venda, que se inicia a reposição de estoques, e o kanban é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos (ANTUNES, 1995, p. 26).

Esses métodos aumentavam a produtividade dos trabalhadores, diminuindo a necessidade de força de trabalho, pois permitiam mais facilmente a inversão tecnológica nos processos produtivos – flexibilização – e facilitam a gestão da empresa.

Com efeito, para que o toyotismo se constitua e opere com flexibilidade, tem-se como uma das principais mudanças no processo produtivo, não obstante as mudanças ocorridas no processo de trabalho, a desverticalização da empresa, constituindo um ambiente de terceirização e relações contratuais (ANTUNES, 1995).

¹³ Conforme coloca Hobsbawm (1985), os anos 70 marcaram o fim da Era do ouro do capitalismo.

¹⁴ A princípio o toyotismo surgiu como um processo isolado, decorrente da “falência” que o Japão vivia no pós-guerra (ANTUNES, 1995). As condições restritas do mercado consumidor japonês pós-guerra impuseram às empresas a necessidade de produzir em pequena quantidade de forma a atender pedidos pequenos e variados (ANTUNES, 1995).

Para Alves (2000), considerando que o toyotismo é o momento predominante do novo “complexo de reestruturação produtivo”, este tende a instaurar, “uma nova captura da subjetividade” (ALVES, 2000, p. 11) do trabalhador, principalmente no que concerne à sua consciência de classe. Sobre isso, coloca Alves (2000):

No taylorismo e no fordismo, a “integralização” da subsunção da subjetividade operária à lógica do capital, a “racionalização total”, ainda era meramente formal, já que, na linha de montagem, as operações produtivas reduziam-se ao “aspecto físico maquinal”. (...) O toyotismo, (...) procura mais do que nunca, reconstituir algo que era fundamental na manufatura: o “velho nexos psicofísico do trabalho profissional – a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho” (ALVES, 2000, p. 40).

Por complexo de reestruturação produtivo, segundo Alves (2000), entende-se como sendo um sistema de inovação tecnológico-organizacionais no campo da produção capitalista. O autor (ALVES, 2000) coloca como exemplo a robótica e a automação microeletrônica aplicada à produção, novas racionalidades da produção, tais como downsizing e a reengenharia e novas modalidades de gestão da produção, tais como os CCQ's – círculo de controle de qualidade – e Programas de Qualidade total.

Conforme coloca ainda o autor (ALVES, 2000), são importantes componentes do complexo de reestruturação produtiva, os vários tipos de descentralização produtiva, tais como a terceirização, ou as realocações industriais, que implicam o fechamento de fábricas num lugar e reabertura em outro.

Além disso, a instauração de novas legislações trabalhistas de “cariz flexível, que criam nova regulação institucional do trabalho assalariado” (ALVES, 2000, p. 11), adaptando-o às necessidades imperiosas do capital na sua reprodução, são marcas cada vez mais freqüentes em todos os cantos do mundo.

Toda essa mudança, que tem sempre como cerne a flexibilização, pode ser vista também como uma reação aos direitos trabalhistas conquistados, sendo a força de trabalho o principal componente da flexibilização.

Dessa forma, o capital utiliza-se de horas extras, de trabalhadores temporários e/ou da subcontratação, que representa a acumulação flexível proporcionada pela aplicação dos princípios organizacionais do toyotismo.

Nas palavras de Bourdie (1998), esse tipo de precarização do trabalho pode ser visto como uma “flexploração” e, implica ainda na redução sistemática do próprio contingente de trabalhadores assalariados, aumentando o número de

desempregados e/ou do trabalho informal, fenômeno também conhecido pela categoria marxiana de aumento do exército industrial de reserva.

Conforme coloca Alves sobre a categoria flexibilidade, como sendo “um ser precisamente-assim do capital” (ALVES, 200, p. 11), não obstante seja a força motriz da atual acumulação flexível, uma das características histórico-ontológicas da produção capitalista é sempre “flexibilizar” as condições de produção – principalmente da força de trabalho”. (ALVES, 200, p. 22). De acordo ainda com Alves (2000):

Desse modo, a categoria da flexibilidade é algo intrínseco à produção capitalista, surgindo, ainda em seus primórdios, quando o capital instaurou o trabalho assalariado e promoveu a despossessão do trabalhador assalariado das condições de vida, a separação entre o trabalhador e seus meios de produção, a separação entre “caracol e sua concha” (ALVES, 200, p. 23).

Ainda no que concerne a flexibilidade do trabalho, esta é ainda colocada por Boyer (*apud* ALVES, 2000), concentrada em cinco dimensões, quais sejam: a flexibilidade inerente à organização da produção; à mobilidade interna dos trabalhadores; aos contratos de trabalho; à relação salarial e à regulamentação trabalhista.

Observa-se ainda que o trabalhador do toyotismo é submetido à lógica do capital mais intensamente que no fordismo, pois era movido por uma lógica mais despótica, enquanto a do toyotismo é “mais consensual, mais envolvente, mais participativa, na verdade mais manipulatória” (ANTUNES, 1995, p.34).

Na lógica da integração toyotista (o trabalhador), deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a aparência da eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho. Aparência porque a concepção efetiva dos produtos, a decisão do que e de como produzir não pertence aos trabalhadores (ANTUNES, 1995, p. 34).

Uma importante mudança que pode ser observada na quebra do paradigma fordista de produção é em relação às “contrapartidas” que surgem no toyotismo. Assim, se no fordismo a autodisciplina e a autocoção eram garantidas com altos salários, principalmente por “salários por antigüidade e empregos vitalícios”, no toyotismo isso “não é o bastante e nem é desejado pela empresa” (OLIVEIRA, 2004, p. 54). Assim, conforme Oliveira:

A empresa troca ganhos salariais por contrapartidas ao envolvimento do trabalhador. Entre estes podemos mencionar as sugestões de boas idéias, os bônus implicitamente negociados, mas que podem ser deletados a qualquer tempo, as melhorias nos locais de trabalho, os treinamentos na empresa. Neste caso, a palavra contrapartida tem sutilezas, realmente, milenares, distantes de quantidades monetárias (OLIVEIRA, 2004, p. 54).

Assim, de acordo com as necessidades estrutural-organizacionais do capital no que concerne à sua reprodução aos moldes da acumulação flexível – flexibilização da força de trabalho –, é que se entendem aqui as mudanças na superestrutura produtiva sendo então determinadas pela estrutura produtiva, ou seja, pelas forças produtivas.

Nesse sentido, da mesma forma que a crise na estrutura produtiva no período da Grande Depressão – 1929-1933 – levou à crise do Estado liberal, dando início a uma nova estrutura produtiva e de um novo papel aos Estados nacionais – Welfare State –, se entende a crise do fordismo como determinação da nova superestrutura de reprodução, a saber, o neoliberalismo.

1.5.1 O Estado neoliberal e a produção capitalista: Estado mínimo ou máximo?

Uma importante discussão no atual contexto é sobre o papel dos Estados nacionais na reprodução social, visto as mudanças estruturais na organização da produção e a sua forma de atuação e intervenção na sociedade e na economia.

Assim, existe uma visão de que os Estados nacionais, a partir do complexo de reestruturação produtiva, estejam cada vez menores, grosso modo, estejam intervindo cada vez menos na reprodução social, na economia, sendo esta economia, então, auto-regulada por mecanismos de mercado.

Nesse sentido, a própria expressão neoliberal, significaria o retorno ao Estado liberal, à ideologia do *laissez-faire*, o retorno da “mão invisível” regulando a economia e a produção de mercadorias. Assim, pode-se rapidamente pensar o papel do Estado nos três momentos aqui colocados, quais sejam, liberal, keynesiano e neoliberal, atuando respectivamente de forma passiva, ativa e passiva.

Não obstante as apologias ao Estado mínimo¹⁵ e a volta à ideologia do *laissez-faire* – que se tornou senso comum –, conforme coloca Prado (2005), no

¹⁵ Conforme coloca Prado (2005) a citação do presidente do Banco Mundial, James D. Wolfensohn, é bem ilustrativa: “longe de oferecer evidência para a defesa de um Estado mínimo, as experiências bem-sucedidas de desenvolvimento mostraram que este requer um Estado efetivo, que possa ter um

neoliberalismo a atuação do Estado não é economicamente passiva, e sim, “ele deve ser um agente econômico *ativamente passivo*” (PRADO, 2005, p. 135).

Mas o que seria um Estado “*ativamente passivo*” e quais suas principais características? Como ele surge e se reproduz mundialmente? Conforme coloca Prado (2005):

Deve ser, pois, um Estado que cria ativamente as condições para a acumulação de capital, que protege os monopólios das crises econômicas, que enfraquece o poder dos sindicatos de trabalhadores assalariados, que despoja os trabalhadores da seguridade social, que privatiza as empresas públicas, que transforma a oferta de bens públicos (como as estradas, os portos, etc.) em serviços mercantis, que não só levanta, enfim, os obstáculos ao funcionamento dos mercados e das empresas, mas é capaz de criar as condições para que estas últimas operem de modo criativo (PRADO, 2005, p. 131-135).

Um dos fatos marcantes desse contexto é a onda de privatizações¹⁶, que se inicia no Chile, de Augusto Pinochet (1915-2006). Conforme coloca Villarroel (2006), em 1973 quando o golpe militar derrubou Salvador Allende (1908-1973), o governo já assumiu com um plano econômico debaixo do braço. De acordo com Villarroel (2006):

Esse documento era conhecido como "El ladrillo" e fora elaborado, secretamente, pelos economistas opositores do governo da Unidade Popular poucos meses antes do golpe de estado de 11 de setembro e estava nos gabinetes dos Generais golpistas vitoriosos, já no dia 12 de setembro de 1973 (VILLARROEL, 2006, acesso 27/09/2007).

Anos depois, os principais países que adotaram políticas neoliberais foram os governos de Margaret Thatcher, na Grã-Bretanha, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. No caso do Brasil, conforme coloca Silva (2007), foi o presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que inseriu o país no Programa de Ajuste Estrutural (PAEs¹⁷), ou seja, que abriu espaço para o avanço de capital estrangeiro e, ao

papel facilitador, catalítico, encorajador e complementador das atividades dos indivíduos e dos negócios privados” (PRADO, 2005, p. 133).

¹⁶ Segundo Drucker, o termo “privatização” foi cunhado por ele em 1969, em seu livro “uma era de descontinuidade”, para se referir ao ato do governo librar-se de empresas estatais e companhias nacionalizadas (DRUCKER, 1997).

¹⁷ Conforme coloca Montañó (*apud* SILVA, 2007), em 1993, Bresser Pereira, que foi o Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado nos quatro primeiros anos do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, se reuniu em Washington, com um grupo de especialistas para debater as regras do denominado Consenso de Washington, ou seja, a estabilidade econômica – por meio de um superávit fiscal, redução do déficit da balança comercial e desmonte da previdência –, e as reformas estruturais – liberalização financeira e comercial, a privatização das empresas estatais e a desregulação dos mercados.

mesmo tempo, criou mecanismo de repatriamento. (SILVA, 2006). Sobre a discussão do papel do Estado no atual contexto neoliberal, escreve Silva (2005):

Es evidente que el denominado Estado Mínimo, defendido por la contra-reforma (pseudo) liberal/mundial, en realidad, es un ataque al Estado Social protector del derecho al trabajo y al de ciudadanía. El modo de producción capitalista exige la presencia de un Estado cada vez más fuerte, centrado en el proceso de acumulación y em la represión de los sindicatos, de los movimientos sociales y de las poblaciones “marginales” que habitan tanto las ciudades del centro cuanto la periferia del mundo, y esa nueva fase de la internalización del capital es denominada “globalización”¹⁸(SILVA, 2007, acesso 27/09/2007).

Para Mészáros, a presença do Estado é tão importante para a reprodução capitalista que o próprio sistema sociometabólico de reprodução do capital não sobreviveria sem a sua presença.

Apesar de todos os protestos em contrário, combinados com fantasias neoliberais relativas ao recuo das fronteiras do Estado, **o sistema do capital não sobreviveria uma única semana** sem o forte apoio que recebe do Estado”. (...) O capital, na fase atual de desenvolvimento histórico, tornou-se completamente dependente da oferta sempre crescente de “ajuda externa”. (MÉSZÁROS, 2007, grifos meus).

Assim, para esse autor, o sistema de reprodução sociometabólico do capital é constituído por um tripé, qual seja, formado pelo capital, trabalho e Estado. Conforme Mészáros (2002):

(...) dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital, que são completamente articulados – capital, trabalho e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e também o Estado (MÉSZÁROS, 2002, p. 16).

No que concerne à superestrutura jurídica, o que se pode perceber é uma reestruturação das instituições de caráter social, uma desregulação mundial das leis trabalhistas e dos direitos e garantias historicamente conquistados pelos trabalhadores, um rearranjo produtivo de cariz flexível. (VASAPOLLO, 2005). Sobre a categoria flexibilidade no neoliberalismo, Vasapollo esclarece:

¹⁸ “É evidente que o denominado Estado Mínimo, defendido pela contra-reforma (pseudo) liberal/mundial, na realidade, é um ataque ao Estado Social protetor do direito ao trabalho e da cidadania. O modo de produção capitalista exige a presença de um Estado mais forte, centrada no processo de acumulação e sem a repressão dos sindicatos, dos movimentos sociais e das populações “marginais” que habitam tanto as cidades do centro quanto a periferia do mundo, e essa nova fase da internalização do capital é denominada “globalização”” (SILVA, 2007, acesso 27/09/2007, tradução minha).

Liberdade por parte da empresa para despedir uma parte de seus empregados, sem penalidades quando a produção e a venda diminuem; liberdade, para a empresa, quando a produção necessite, de reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio; faculdade por parte da empresa de pagar salários reais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para que ela possa participar de uma concorrência internacional; possibilidade de a empresa subdividir a jornada trabalho em dias e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível, etc.); liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas; possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa (VASAPOLLO, 2005, p. 27-28).

Em síntese, a fase neoliberal a qual se presencia no atual contexto, pode ser entendida como uma expansão dos domínios do capital, buscando aumentar sua taxa de lucro em um mundo onde há cada vez menos fronteiras para a circulação e reprodução ampliada do capital, por meio de processos produtivos cada vez mais flexíveis e postos de trabalhos cada vez mais precários.

O sistema fordista nos havia acostumado ao trabalho pleno e de duração indeterminada. Agora, ao contrário, um grande número de trabalhadores tem um contrato de curta duração ou de meio expediente; os novos trabalhadores podem ser alugados por algumas poucas horas ao dia, por cinco dias da semana ou por poucas horas de dois ou três dias da semana (VASAPOLLO, 2005, p. 12).

Na seqüência, conhecido as principais mudanças na organização da produção, nas instituições políticas e econômicas, as fases de avanço e parada do sistema sociometabólico de reprodução do capital, estuda-se o fenômeno da economia solidária, que surge em um contexto de grandes mudanças e desafios – como foi visto – para o mundo do trabalho.

2. O (re) surgimento da economia solidária.

2.1 Discussão preliminar: “terceiro setor” X economia solidária.

Para muitos autores (SINGER, 2000, 2002, 2003; GAIGER, 2007), a economia solidária (re) surge como resposta ao desemprego, que conforme colocado linhas acima no texto, não é um fenômeno apenas conjuntural, e sim

estrutural, decorrente do avanço das forças produtivas e, conseqüentemente, das relações sociais inseridas na lógica da acumulação capitalista. Assim, ao entender a crise do desemprego como estrutural, entende-se aqui o fenômeno da economia solidária – enquanto resposta – como sendo um movimento contínuo, e não apenas cíclico.

Nesse sentido, a questão do trabalho/emprego¹⁹ na atual conjuntura de reestruturação produtiva – de cariz flexível – é o fator determinante no movimento de economia solidária, tanto como resposta da sociedade civil, como do governo, por meio de políticas públicas de geração de trabalho e renda.

No que concerne às iniciativas da sociedade civil na geração de renda – dentro da proposta de economia solidária –, para que estas não sejam confundidas com o chamado “terceiro setor”, faz-se necessário primeiramente fazer uma breve discussão sobre o aludido tema, assim como seu “padrão emergente de intervenção social” (MONTAÑO, 2003), para que depois seja aprofundada a questão do (re) surgimento da economia solidária enquanto resposta ao desemprego.

Nesse sentido, no atual contexto, conforme esclarece Montaño (2003) existe uma reestruturação do capital, por meio de estratégias neoliberais das quais as organizações do terceiro setor são formas funcionais deste processo, assumindo um papel substitutivo em questões do qual o Estado era o ator principal.

Apesar do colocado sobre o terceiro setor integrar o rol das estratégias neoliberais, é preciso primeiramente conceituar o que vem a ser o terceiro setor, assim como seus principais mecanismos de funcionamento, principalmente no que concerne à sua relação com o Estado.

Conforme coloca Montaño (2003), existe uma perspectiva hegemônica que parte de “traços superficiais, epidérmicos do fenômeno” (MONTAÑO, 2003, p. 51) que mistificam o real, criando uma conceituação ideológica sobre o terceiro setor. Assim:

O termo é construído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (“primeiro setor”), o mercado (“segundo setor”) e a “sociedade civil” (“terceiro setor”). Recorte este, (...), que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que portanto, desistoriciza a realidade social. Como se o “político” pertencente à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista (MONTAÑO, 2003, p. 51).

¹⁹ É imperativo ressaltar que emprego é uma construção histórica, enquanto trabalho “é uma condição ineliminável de existência humana” (ORGANICISTA, 2006, p. 10).

Conceitualmente, de acordo com Montaño (2003) o termo terceiro setor foi cunhado nos Estados Unidos, em 1978, por John D. Rockefeller III, e chega ao Brasil em por intermédio de um funcionário da Fundação Roberto Marinho²⁰. Nos termos do próprio Rockefeller:

Nós, americanos, sempre nos orgulhamos da vitalidade de nosso país. No entanto, freqüentemente deixamos de reconhecer uma das principais razões de nossa vitalidade: o fato de que desenvolvemos, no decorrer dos mais de dois séculos de nossa existência, um notável sistema de três setores (three sector system). Dois setores são instantaneamente reconhecidos por todos: o mercado e o governo. Mas o terceiro é tão negligenciado e tão pouco compreendido, que fico tentado a chamá-lo de “setor invisível”. O terceiro setor é o setor privado sem fins lucrativos. Inclui dezenas de milhares de instituições absolutamente indispensáveis à vida da comunidade, através da nação, (...). Todas dependem, para sua sobrevivência, de contribuições voluntárias de tempo e dinheiro por parte dos cidadãos (ROCKEFELLER apud MONTAÑO, 2003, p. 53).

Assim, com o trecho supracitado, fica claro que o termo terceiro setor cunhado por John Rockefeller III nos Estados Unidos, herdeiro então de uma tradição anglo-saxônica está ligado e impregnado à idéia de filantropia. Não obstante, Lisboa coloca (2003):

(...) o terceiro setor compreende qualquer forma de atuação de organizações privadas sem fins lucrativos dirigida a finalidades públicas. Assim, somam-se dentro dele atividades extremamente heterogêneas e até contraditórias: voluntariado, formas tradicionais de ajuda mútua, cooperativas, associações civis, ONGs – Organizações Não Governamentais –, ações de filantropia empresarial e movimento sociais (LISBOA, 2003, p. 253).

Nesse sentido, para esse autor (LISBOA, 2003), o terceiro setor está formado por uma grande diversidade de organizações, o que traz uma série de confusões teóricas sobre o tema. Uma das confusões levantadas aqui, é se os empreendimentos econômicos solidários, que, conforme será visto, se constituem formalmente em muitos casos em cooperativas e associações – que podem ser entendidas como variáveis da economia solidária –, fazem parte desse setor.

Contudo, continua-se aqui a exposição apontando as debilidades conceituais mais discutidas, para em um segundo momento apontar algumas reflexões sobre a questão de que a economia solidária faz parte ou não do terceiro setor.

²⁰ Conforme Montaño (2003), “o conceito “terceiro setor” foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia” (MONTAÑO, 2003, p. 53).

Para Montaño, a primeira debilidade do conceito de terceiro setor estaria no próprio termo “terceiro”, que para esse mesmo autor, poderia ser “primeiro” setor. Pois se historicamente é a sociedade civil que produz as instituições, a saber, o Estado e o mercado, havendo “uma clara primazia da sociedade civil sobre as demais esferas; o “terceiro” setor seria na verdade o “primeiro”” (MONTAÑO, 2003, p. 54).

Já temos aqui uma primeira grande debilidade conceitual. Quando os teóricos do “terceiro setor” entendem este conceito como superador da dicotomia entre público/privado, este é verdadeiramente o “terceiro setor”, após o Estado e o mercado, primeiro e segundo, respectivamente; o desenvolvimento de um “novo” setor que viria dar as respostas que supostamente o Estado já não pode dar e que o mercado não procura dar. Porém, ao considerar o “terceiro setor” como a sociedade civil, historicamente ele deveria aparecer como o “primeiro”. (MONTAÑO, 2003, p. 54-55).

A segunda debilidade teórica – da qual tange a questão da economia solidária, sendo ou não uma organização do terceiro setor – consiste na dificuldade em compor o rol das entidades que fazem parte do terceiro setor. “Tão incerto quanto sua origem é sua evolução conceitual” (MONTAÑO, 2003, p. 55).

Conforme coloca Montaño (2003), em 1998, na Argentina, no IV Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor, definiram-se ali como organizações e/ou entidades que integram o terceiro setor aquelas que são: “privadas, não-governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas, de associação voluntária” (MONTAÑO, 2003, p. 55).

Porém, não parece haver um acordo entre os teóricos e pesquisadores, sobre quais as entidades e/ou organizações fazem parte deste setor, o que confirma a segunda debilidade colocada por Montaño (2003). Nesse sentido:

Para alguns, apenas incluem-se as organizações formais; para outros, contam até as atividades informais, individuais ad hoc; para alguns outros, as fundações empresariais seriam excluídas; em outros casos, os sindicatos, os movimentos políticos insurgentes, as seitas etc. ora são considerados pertencentes, ora são excluídos do conceito (MONTAÑO, 2003, p. 55).

Uma terceira debilidade do conceito, que parece derivar das duas debilidades já levantadas, é que o conceito de terceiro setor é “um conceito que antes confunde do que esclarece” (MONTAÑO, 2003, p. 56). Nesse sentido, ao reunir no mesmo espaço organizações formais e informais, entidades de interesses políticos,

econômicos e singulares – como sindicatos, Green Peace, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra –, coletivos das classes dos trabalhadores e das classes capitalistas, este conceito representa:

(...) um construto ideal, que antes de esclarecer sobre um “setor” da sociedade, mescla diversos sujeitos com aparentes igualdades nas atividades, porém com interesses, espaços e significados sociais diversos, contrários e até contraditórios (MONTAÑO, 2003, p. 57).

Com isso, no que concerne à mistificação, o que aponta ser essencialmente um isolamento por meio da “setorialização”, surge de forma aparente como a homogeneização da sociedade civil – como se esta não tivesse contradições de classe – na busca pelo bem comum, em oposição ao Estado e ao mercado, o que “contribui para facilitar a hegemonia do capital na sociedade” (MONTAÑO, 2003, p. 17).

A quarta debilidade do conceito terceiro setor reside que o caráter “não governamental”, “autogovernado” e “não-lucrativo” não parecem caracterizar verdadeiramente a generalidade das entidades e organizações que atendem pelo termo de terceiro setor (MONTAÑO, 2003, p. 57).

Nesse sentido, o que ocorre hoje, é que as chamadas organizações não governamentais (ONGs), passaram a ser, em muitos casos, financiadas por entidades, muitas destas de caráter governamental, por meio das parcerias, ou ainda, quando são contratadas pelo Estado, para realizar funções atribuídas ao Estado, o que coloca em dúvida o caráter de “não-governamental” e sua condição de “autogovernada”. (MONTAÑO, 2003).

Efetivamente, o Estado, ao estabelecer “parceria” com determinada ONG e não com outra, no financiar uma, e não outra, ao destinar recursos a um projeto, e não a outro, está certamente desenvolvendo uma tarefa seletiva, dentro e a partir da política governamental, o que leva tendencialmente à presença e permanência de certas ONGs e não outras, e determinados projetos e não outros – aqueles selecionados pelo(s) governo(s) (MONTAÑO, 2003, p. 57).

Com isso, a citada “não-governamentalidade” e “autogovernamentalidade” das organizações têm em sua essência o fato de fazerem parte “tendencialmente à política de governo” (MONTAÑO, 2003, p. 58). Da mesma forma, é o caráter de não lucratividade dessas organizações.

Algumas fundações, braços assistenciais de empresas (fundações Rockefeller, Roberto Marinho, Bradesco, Bill Gates), não podem esconder seu claro interesse econômico por meio da isenção de impostos, ou melhoria de imagem de seus produtos (aumentando a venda ou o preço) ou até na função propagandística que essas atividades exercem (...). Têm, portanto, claro fim lucrativo, ainda que indireto. Por seu turno, para o caso das ONGs, pesquisas mostram como grande parte dos recursos repassados do Estado para algumas organizações (por meio de “parcerias”) – ou seja, parte da mais-valia recolhida pelo Estado em forma de impostos, e supostamente dirigida à atividades assistenciais –, não chega a seus destinatários finais, ficando para custear os gastos operacionais destas organizações²¹ (MONTAÑO, 2003, p. 58).

Uma última questão levantada sobre as organizações do terceiro setor, a partir da sua relação com o projeto neoliberal de reestruturação produtiva, e o caráter substitutivo e não complementar das “parcerias” com o Estado, é a questão da descentralização e a conseqüente fragmentação do social, o que por seu turno, coloca o local no lugar do nacional. Assim conforme escreve Laura Tavares Soares:

Ao abandonar-se a constituição de **redes públicas permanentemente** capazes de oferecer bens e serviços justamente onde são mais necessários, ficam evidentes a fragmentação das ações e o seu caráter emergencial e provisório. Substituem-se programas nacionais e regionais por iniciativas “locais” incapazes de dar uma cobertura suficiente e cujo impacto é praticamente nulo quando se trata de grandes contingentes populacionais em situação de pobreza e /ou “exclusão” (SOARES, 2003, p. 12, grifos meus).

Para Mészáros (2006), não obstante seja óbvio que para muitas pessoas – motivadas pelo discurso do “pense globalmente e aja localmente” – as iniciativas locais sejam mais viáveis – pois essas pessoas estão privadas de poder para tomar decisões de maior escala – é preciso considerar que o local não pode ser divorciado do global. Conforme coloca Silva (2007);

Es necesario entender críticamente que el Banco Mundial y otras instituciones totalmente dominadas por los Estados Unidos invierten recursos financieros en varios países con el objetivo de perfeccionar lo “local” a costas de lo nacional²² (SILVA, 2007, acesso 27/09/2007).

Logo, entende-se aqui o padrão emergente de intervenção social das organizações do terceiro setor como estando dentro do “pacote” de reestruturação

²¹ Segundo Petras (*apud* Montaña, 2003, p. 58), “*tratando do caso boliviano, e a partir de estudos das ONU e FAO, mostra que para cada 100 dólares gastos nos projetos de desenvolvimento social realizados pelas ONGs, somente cerca de 15 a 20 dólares chegam até os seus beneficiados finais*”

²² “É necessário entender criticamente que o Banco Mundial e outras instituições totalmente dominadas pelos Estados Unidos investem recursos financeiros em vários países com o objetivo de aperfeiçoar o “local” a custos do nacional” (SILVA, 2007, acesso 27/09/2007).

das instituições governamentais, ou em outras palavras, das organizações da superestrutura produtiva, como uma necessária resposta do capital mundial diante de sua crise estrutural.

2.2 Conceitos e princípios da economia solidária: a busca por uma identidade própria.

Uma primeira conclusão sobre a questão levantada de que a economia solidária integraria o conjunto de organizações do terceiro setor seria afirmativa, pois se trata de um movimento da sociedade civil, porém, mais que isso, é ao mesmo tempo uma resposta às mudanças de cunho estruturais que estão sendo processados a partir da reestruturação produtiva.

Não obstante se tratar de um fenômeno que surge em reação às mudanças estruturais, e ter como principal ator a própria sociedade civil, é preciso entender e refletir sobre os conceitos de economia solidária e sua práxis, assim como sua finalidade teórica e prática, para depois então traçar os limites e as fronteiras teóricas.

Por economia solidária, não obstante se trate de uma categoria complexa, pode-se entender como um conjunto de ações e de atores que visam (re) produzir sócio-metabolicamente com princípios específicos, com organizações específicas e com relações específicas.

Assim, no que concerne aos princípios da economia solidária, o que poderia ser visto como essencial e principal, sendo que não se pode falar em economia solidária sem que este princípio esteja presente, é o princípio da “autogestão”.

O princípio da “autogestão”, pelo menos em seu sentido (re) estrito²³, trata de que os trabalhadores de uma determinada organização são ao mesmo tempo os gestores, grosso modo, são “patrões” e trabalhadores simultaneamente. Segundo Singer (*apud* SATO & ESTEVES, 2002, p. 6):

²³ Como será visto, a autogestão não ocorre no capitalismo. Pois no capitalismo as forças do mercado acabam determinando e limitando o processo de produção e de gestão dos trabalhadores. Assim, para não banalizar o conceito de autogestão, utiliza-se aqui de duas categorias distintas, a saber: autogestão *lato sensu*, ou autogestão sistêmica, e autogestão *stricto sensu*. Assim, toda vez que o termo autogestão aparecer entre aspas, estará se referindo a autogestão *stricto sensu*.

Diz-se autogestionária a empresa cujos sócios são os trabalhadores e cujos trabalhadores são os sócios, sem presença de outros vínculos de trabalho ou de investimento, logo, a autogestão é uma forma específica de democracia industrial, distinta de sistemas de participação, seja acionária, seja nos lucros da empresa (SINGER apud SATO & ESTEVES, 2002, p. 6).

Nesse sentido, pode ser percebido no conceito de “autogestão”, que muitos dos paradigmas da produção capitalista são invertidos, abrindo espaço para a construção de novas relações de trabalho entre os participantes, onde a cooperação, o coletivismo, a solidariedade e o mutualismo surgem como novos valores, no lugar do individualismo e da competição capitalista.

Conforme coloca Singer (2002), “talvez a principal diferença entre a economia capitalista e solidária seja o modo como as empresas são administradas” (SINGER, 2002, p. 16). Assim, a “autogestão”, em seu sentido restrito – autogestão *stricto sensu* –, enquanto princípio fundamental da economia solidária, deve ser plenamente entendida, para que em um segundo momento seja discutida não em seu sentido restrito, e sim sistêmico – a autogestão *lato sensu*. Sobre a diferença entre a administração na economia capitalista e na solidária, Singer coloca (2002):

A primeira aplica a heterogestão, ou seja, a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo. Os trabalhadores do nível mais baixo sabem muito pouco além do necessário para que cumpram suas tarefas, que tendem a ser repetitivas e rotineiras (SINGER, 2002, p. 16-17).

Assim, nas empresas capitalistas, existe uma separação entre as pessoas que tomam as decisões e as pessoas que executam, entre a concepção e a execução, entre a posse e a propriedade, entre o trabalhador e os meios de produção, entre o trabalhador e o produto do seu trabalho, em suma, entre o “caracol e a sua concha”.

Tendo em vista que as divisões do trabalho se fazem necessárias para que o capitalismo funcione, e estabelecido que a “autogestão” já seja uma forma antagonica – ou mais adequadamente, contraditória – a este tipo de organização do trabalho (base do modo de produção capitalista), não é muito difícil imaginar como se dá a administração das organizações autogeridas. Nos empreendimentos solidários:

As ordens e instruções devem fluir de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo. Os níveis mais altos, na autogestão, são delegados pelos mais baixos e são responsáveis perante os mesmos. A autoridade maior é a assembléia de todos os sócios, que deve adotar as diretrizes a serem cumpridas pelos níveis intermediários a altos da administração (SINGER, 2002, p. 16-17).

Nesse sentido, para que exista “autogestão” nos empreendimentos, faz-se necessário a participação de todos os integrantes do grupo nos processos decisórios, fazendo com que todos se informem sobre o que acontece na organização, assim como das alternativas para a solução dos problemas (SINGER, 2002).

No que diz respeito à especificidade de como as experiências e/ou empreendimentos de economia solidária estão organizados, a grande diferença é que os trabalhadores, agora na condição de patrões, são os donos dos meios de produção, são os donos dos produtos suscitados por meio do trabalho, trabalho este que é organizado, distribuído e realizado por eles próprios (SINGER, 2003).

Mas como os trabalhadores se tornam donos dos meios de produção na economia solidária? E em que tipo de organização – formal e/ou informal – as experiências de economia solidária se inscrevem?

Para responder a primeira questão, sobre como os trabalhadores conseguem os meios de produção, é preciso mais uma vez atentar-se ao atual contexto em que a economia solidária surge, para que não aparente ser um movimento apartado da realidade concreta. Nesse sentido, no caso Brasileiro, a economia solidária surgiu “no bojo da grande crise do desemprego em massa e bancarrota da indústria” (SINGER, 2000a)

Assim, uma das formas pelas quais os trabalhadores conseguiram os meios de produção foi assumindo a massa falida das suas ex-empresas, constituindo as fábricas recuperadas (FRs). Importante frisar que esse processo de obtenção dos meios de produção não se dá de forma pacífica, e sim por meio de lutas.

Nesse sentido, ao se deflagrarem em sua situação de desemprego, provocado por meio da falência da empresa a qual estavam ligados, os trabalhadores, constituindo os credores prioritários, assumem a massa falida, tornando-se donos do empreendimento.

Conforme as experiências históricas têm demonstrado, essas aludidas iniciativas de recuperação de empresas falidas têm se formalizado

organizacionalmente e juridicamente em cooperativas de produção, que pelos seus princípios fundamentais, proporciona um “abrigo” para tais iniciativas (SINGER, 2000a).

Não obstante, esse processo de construção de empreendimentos solidários, que como pode ser observado, não deixa de ser uma resposta ao desemprego, é a iniciativa dos próprios trabalhadores de se associarem para produzir de forma coletiva. Nesses casos, para que o empreendimento se concretize, os trabalhadores entram com cotas de “capital”, ou ainda, conseguem por meio de instituições apoiadoras.

Assim, é importante notar que em ambos os casos a iniciativa parte dos próprios trabalhadores²⁴, que utilizam da cooperação e/ou do mutualismo, como uma forma de enfrentar a situação de desempregados e/ou da concorrência capitalista.

Da mesma forma, ou seja, buscando uma forma alternativa de trabalho e renda de forma coletiva/cooperada e não concorrencial, são algumas iniciativas que surgem no setor rural, como é o caso das cooperativas nos assentamentos para a produção coletiva dos assentados – neste caso, é inegável a luta de classe, que começa contra o grande latifúndio, e continua contra a produção em escala e escopo, ou seja, contra a concorrência capitalista.

Com isso, fica claro que as iniciativas de produção coletiva dos trabalhadores surgem em diferentes setores, e com diferentes formatos, mas o que une todas essas experiências, não importando se são formais ou informais, se juridicamente constituídas em cooperativas ou associações, se pequenas ou grandes, é o princípio da “autogestão”, ainda que em sua versão *stricto sensu*.

No que concerne aos valores que esses empreendimentos suscitam, a saber, a solidariedade, a cooperação, o mutualismo e o coletivismo, estes não podem ser interpretados com sentido de altruísmo, de caridade, e sim, como uma nova relação social em construção. Nesse sentido, basta pensar no termo cooperação, que já foi bastante discutido no texto. Segundo Motta (1981):

Na nossa sociedade atual o termo “cooperação” tem um valor positivo, geralmente incluindo a idéia de espontaneidade, caráter voluntário e tolerância. Não é este sentido de “cooperação” aqui empregado. Para nós cooperação significa apenas que vários indivíduos trabalham juntos para

²⁴ É importante ressaltar que os empreendimentos solidários devem ser supra-familiares, pois, embora não exista um número mínimo para que o empreendimento seja de economia solidária, é complicado pensar o princípio norteador da autogestão na produção familiar.

um determinado objetivo, no mesmo processo de produção, ou em processos diferentes mas conexos (MOTTA, 1981, p. 16).

Da mesma forma deve ser entendido o conceito de solidariedade nos empreendimentos de economia solidária. Não obstante, o que ocorre muitas vezes é que a idéia de solidariedade está ligada à idéia de caridade ou doação, o que provoca muita confusão para as pessoas que não aprofundam a questão.

Assim, solidariedade²⁵, enquanto valor e princípio, deve ser entendida como o “envolvimento e *compromisso político horizontal*, envolvimento este que significa a conscientização de que o sucesso de cada um depende do sucesso coletivo de todos” (BENINI, 2003, p. 13, grifos meu).

Com isso, conhecido os principais fundamentos que orientam os empreendimentos solidários, assim como o contexto em que surgem e sua forma organizacional, passa-se então para uma primeira tentativa de conceituar o aludido conceito. Para Singer:

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou tendem a ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadoria) com o princípio da socialização destes meios. (...) A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, (...)” (SINGER, 2003, p. 13).

Como pode ser observado, para Singer (2003), a economia solidária é considerada como um modo de produção alternativo ao capitalismo. Contudo, sendo uma das questões fundamentais desse trabalho refletir sobre o aludido caráter “alternativo”, assim como sua relação com o modo de produção capitalista, na sua atual reestruturação produtiva, faz-se necessário investigar melhor o conceito de economia solidária, assim como seu surgimento histórico, para em um segundo momento, analisá-la a partir de categorias mais amplas.

Já construído os fundamentos teóricos e os princípios norteadores da economia solidária, e os fundamentos do “terceiro setor”, pode-se observar que o princípio central da economia solidária, a autogestão, em nenhum momento é colocado pelo “terceiro setor”. Assim:

²⁵ Etimologicamente, a termo solidário está ligado a algo sólido. Assim, lança-se mão aqui da reflexão que uma relação sólida só pode ser construída entre iguais, de forma horizontal, sendo que a única relação sólida que se constrói de forma vertical, entre desiguais é a da subordinação.

A economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor, que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. Igualmente não se confunde com as chamadas “empresas de responsabilidade social” que negam em sua forma de atuação os princípios da autogestão e da intercooperação, reproduzindo mecanismos que mantêm a subalternidade do trabalho em relação ao capital e a concentração da riqueza socialmente produzida (MANCE, 2007, acesso 19/10/2007).

2.2.1 As origens da economia solidária: o cooperativismo enquanto resistência.

Conforme coloca Singer (2002), a economia solidária surge no contexto da fase inicial do capitalismo industrial, no início do século XIX, como uma reação dos trabalhadores face à exploração ocorrida nas fábricas. Assim, uma das formas de lutas encontradas pelos trabalhadores naquele contexto foi a livre associação, como forma de resistência e até mesmo de sobrevivência (SINGER, 2002).

Na dimensão teórica, os focos de pensamento de economia solidária, naquele contexto, estavam ligados às correntes dos pensadores e intelectuais que, sendo críticos das atuais condições de trabalho e relação social, formularam modelos – leia-se: idealizaram – de sociedades mutualistas, cooperativistas e solidárias.

Esses pensadores, conforme já colocado, foram denominados anos depois como sendo “socialistas utópicos” por Marx e Engels, pois embora estivessem carregados de boas intenções, concebendo uma sociedade mais justa e igualitária, eles não apresentavam uma formulação objetiva de como transformar a sociedade da época na idealizada, e pareciam carecer de uma visão a partir da totalidade.

Entre os principais teóricos, – não obstante a importância política e militante dos outros ditos socialistas utópicos, influenciando movimentos sociais *a posteriori*, assim como correntes ideológicas, como o anarquismo²⁶ – Robert Owen (1773-1858), que ficou conhecido como pai do cooperativismo, foi o que mais se destacou, militando incansavelmente pelo projeto de cooperativismo (SINGER, 2002).

Proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark, o britânico Robert Owen, já na primeira década do século XIX, demonstrando um tratamento generoso,

²⁶ Uma crítica que se faz aqui ao pensamento anarquista, não obstante seja uma corrente de pensamento que reflita sobre a “autogestão”, é que mesmo a autogestão, que aparenta ser antagônica a qualquer tipo de governo, carece de governo para que se realize. A questão fundamental não é somente a negação do governo, da mediação, e sim pensar e instituir formas de auto-governo, de auto-mediação e, fundamentalmente, que envolvam e/ou caminhem rumo à totalidade reprodutiva.

limitou a jornada de trabalho nos seus empreendimentos e proibiu o emprego de crianças, tornando-se objeto de grande admiração e respeito, e adquirindo fama de filantropo (SINGER, 2002).

Uma importante curiosidade sobre a proteção aos trabalhadores realizada por Owen, o que adianta algumas teorias administrativas, foi o aumento da produtividade ganho devido ao gasto em bem estar do trabalhador (SINGER, 2002).

Visitantes do mundo inteiro vinham a New Lanark tentar decifrar o mistério de como o dinheiro gasto com o bem-estar dos trabalhadores era recuperado sob a forma de lucro, ao fim de cada exercício (SINGER, 2002, p. 25).

Conforme resgata Singer (2002) sobre aquele contexto, a revolução francesa provou um longo ciclo de guerras na Europa, que só chegaram ao fim com a derrota de Napoleão Bonaparte, em Waterloo, na data de 1815. Nesse contexto, a economia da Grã-bretanha entra em depressão, que conforme diagnóstico acertado de Owen, era causada pelo desaparecimento da demanda por produtos necessários à guerra, o que provocou desemprego e diminuição da renda dos que estavam direta ou indiretamente envolvidos com a produção material necessária à guerra (SINGER, 2002).

Sensibilizado com a causa, em 1817, Owen apresenta uma plano ao governo britânico propondo que os fundos de sustento aos pobres fossem utilizados para a compra de terras e na construção de Aldeias Cooperativas, das quais em cada uma viveriam 1200 pessoas, trabalhando por conta própria (SINGER, 2002).

No projeto de Owen, que utilizou cálculos cuidadosos de quanto teria de ser investido em cada Aldeia Cooperativa, havia a tentativa de mostrar que com o aludido projeto, haveria uma economia de recursos, por meio da inserção dos pobres à produção, o que em pouco tempo, levaria à desnecessidade de subsídios para os ex-pobres. Assim Singer coloca (2002).

O raciocínio econômico de Owen era impecável, pois o maior desperdício, em qualquer crise econômica do tipo capitalista (devido à queda da demanda total), é a ociosidade forçada de parte substancial da força de trabalho. Há um efetivo empobrecimento da sociedade, que se concentra nos que foram excluídos da atividade econômica. Portanto, conseguir trabalho para eles é expandir a criação de riquezas, permitindo a rápida recuperação do valor investido. Isto foi demonstrado de outra forma por John M. Keynes, (...), demonstrando a veracidade da tese de Keynes, antecipada 119 anos antes por Owen (SINGER, 2002, p. 26).

Contudo, Owen não obteve apoio. Conforme coloca Cole (*apud* SINGER, 2002), quanto mais Owen explica o seu projeto cooperativista, mais claro ia ficando que não se tratava simplesmente de baratear os custos dos pobres, “mas de uma mudança completa no sistema social e uma abolição da empresa lucrativa capitalista” (COLE *apud* SINGER, 2002, p. 26).

Desiludido com a não aceitação de seu projeto na Grã-Bretanha, Owen parte então para os Estados Unidos, no ano de 1825, permanecendo até 1929, “com a intenção de erguer num meio social mais novo, e por isso menos deteriorado, uma aldeia de Cooperativas que seria um modelo da sociedade do futuro” (SINGER, 2002, p. 26), e que seria imitado por pessoas de “boa vontade” pelo mundo.

Não obstante sua tentativa no “novo” continente, durante esse período, marcado com o surto do sindicalismo, muitas cooperativas foram criadas pelos seus discípulos, fatos esses desencadeados pela revogação do “Combinations Acts” (SINGER, 2002, p. 27), que proibiam qualquer tipo de organização dos trabalhadores como “atentado à livre concorrência” (SINGER, 2002, p. 27). Conforme Cole (*apud* SINGER, 2002, p. 29):

Muitas das sociedades cooperativas que foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos 30 (do século XIX) eram desta espécie, originadas ou de greves ou diretamente de grupos locais de sindicalistas, que haviam sofrido rebaixa de salários ou de falta de emprego. Algumas destas cooperativas formam definitivamente patrocinadas por sindicatos; outras foram criadas com a ajuda de sociedades Benéficas cujos membros provinham do mesmo ofício. Em outros casos, pequenos grupos de trabalhadores simplesmente se uniam sem qualquer patrocínio formal e iniciavam sociedades por conta própria (COLE *apud* SINGER, 2002, p. 29).

Nesse sentido, o owenismo foi ganhando cada vez mais expressão nos movimentos dos trabalhadores na Inglaterra, tanto na construção de sociedades cooperativistas, como na luta política/econômica sindical. Sobre isto, coloca Engels:

Todos os movimentos sociais, todos os progressos reais, que surgiram na Inglaterra, estão ligados ao nome de Owen. (...) Ele presidiu o primeiro congresso em que trade unions (sindicatos) de toda a Inglaterra se uniram numa única grande central sindical (ENGELS, *apud* SINGER, 2002, p. 29).

Apesar da importante participação política e prática de Owen, na sua luta por uma sociedade mais justa e igualitária, por meio de seu projeto cooperativista, além de sua militância em questões relacionadas ao trabalho, como a redução substancial da jornada de trabalho para 8 (oito) horas, foi a experiência dos Pioneiros

Eqüitativos de Rochdale, no ano de 1844, que ficou imortalizada como a mãe de todas as cooperativas.

Tratava-se de uma cooperativa de consumo, fundada por 28 operários qualificados de vários ofícios, sendo a metade deles orientados pelo projeto de Owen. No que concerne à motivação da cooperativa, Singer (2002) aponta que pode ter sido a derrota da greve dos tecelões em 1844. Entre os legados imortalizados desta experiência, conforme coloca Singer (2002), está a carta de princípios universais do cooperativismo, quais sejam:

1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir; 3º) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas aos membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6º) os produtos vendidos na cooperativa seriam sempre puros, isto é, não adulterados; 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões políticas e religiosas (SINGER, 2002, p. 40).

Entre os princípios, o que pode se destacar como sendo o mais importante, a base da autogestão, é o primeiro, que, por meio de cada “cabeça um voto”, “garante a primazia do trabalho sobre o capital na cooperativa” (SINGER, 2002, p. 40).

Conforme coloca Singer (2002), nos anos que se seguiram à constituição da cooperativa de consumo dos Pioneiros de Rochdale, uma série de cooperativas de produção foram constituídas, sendo que fazia parte dos objetivos dos Pioneiros, “constituir uma colônia comunista, em que grande parte das necessidades de consumo seriam satisfeitas com o trabalho dos membros” (SINGER, 2002, p. 40).

Nesse sentido, para os Pioneiros, a proliferação das cooperativas de consumo, para atenderem aos seus objetivos, deveria ser acompanhada de cooperativas de produção, para que desta forma cada vez mais os associados estivessem livres da concorrência capitalista, assim como fortalecidos enquanto classe social. Conforme coloca Singer (2002) sobre o esquema dos Pioneiros:

O armazém cooperativo era apenas o início da construção deste projeto, que deveria ser seguido por um segundo passo, qual seja a fundação da cooperativa de produção. Se estas últimas fossem bem-sucedidas, absorveriam a totalidade dos sócios da cooperativa de consumo e então poderia ser dado o terceiro passo, construir a Aldeia Cooperativista, em

que todos poderiam viver lado a lado, produzindo e consumindo em comum (SINGER, 2002, p. 40).

Contudo, o que ocorreu foi que o número de cooperativas de produção não conseguiu acompanhar o número de cooperativas de consumo, ou ainda, o número de cooperados no consumo cresceu muito mais que o número de pessoas cooperadas na produção, o que fez, com o passar dos anos, que a idéia de Aldeia fosse perdendo cada vez mais força no movimento cooperativista (SINGER, 2002).

Não obstante o crescimento não proporcional das cooperativas de consumo frente às cooperativas de produção, o projeto de uma nova sociedade a partir da multiplicação das cooperativas de consumo continuou a conquistar adeptos, uma vez que a “distribuição” estava na mão de pequenos capitalistas, até conhecer o seu maior inimigo, o varejo capitalista como concorrente. (SINGER, 2002). Assim:

Infelizmente estes sonhos esbarraram numa realidade hostil quando o cooperativismo de consumo começou a entrar em crise, praticamente no mundo inteiro, depois da Segunda Guerra Mundial. Muito antes disso, um varejo capitalista começou a se desenvolver nos Estados Unidos, onde o cooperativismo de consumo só atingiu dimensões ponderáveis em 1920. Descobriram que as vendas em massa poderiam reduzir drasticamente os custos de intermediação mediante a mecanização e a automação de muitas operações (SINGER, 2002, p. 40).

Assim, o varejo capitalista, fortalecido cada vez mais por mecanismos tecnológicos e pela produção e consumo em massa, que reduziam cada vez mais o seu custo, foi colocando as cooperativas em uma situação de concorrência, se tornando cada vez maiores para poderem sobreviver, o que resultou no enfraquecimento dos princípios norteadores do cooperativismo, assim como todo o projeto ideológico. (SINGER, 2002).

2.2.2 A “autogestão” e o cooperativismo: suas identidades e seu movimento de degeneração.

O que é um cooperativismo de tipo burocrático? Em que medida tal realidade afasta o movimento cooperativista da sua proposta originária de “autogestão”?

Singer (2002) chama a atenção para a tendência histórica de degeneração, por parte de muitas cooperativas, dos seus princípios autogestionários, transformando-se numa realidade de participação muito mais formal do que efetiva.

Assim, para dar conta das contradições suscitadas historicamente a partir das mudanças ocorridas no seio do cooperativismo, é que se denomina aqui um outro tipo de cooperativismo, conceituado aqui de “cooperativismo de tipo burocrático”.

Neste tipo de organização, mesmo que estejam inscritos os mesmos princípios da origem do movimento cooperativista, sua realidade de gestão e repartição do poder e dos ganhos é apenas formal, não havendo envolvimento e participação ativa dos sócios-membros, além de uma crescente utilização de trabalho assalariado ou trabalho contratado, gerando uma realidade de poucos sócios e muitos subordinados (heterogestão burocrática).

A “autogestão”, ainda que em seu sentido restrito – *stricto sensu* –, é um tipo de cooperação cuja relação central é o não antagonismo entre os participantes de um dado processo produtivo, por isso ela é considerada, por diferentes autores que estudam tal tema, como algo diferente ou contrário ao sistema capitalista de organização do trabalho. (MOTTA, 1981).

Não obstante, no sistema heterogestionário tradicional, típico do sistema capitalista, que tem como característica marcante a divisão do trabalho no máximo de pequenas tarefas possíveis; divisão entre os que coordenam/dirigem dos que executam/ trabalham e, conseqüentemente a fragmentação do conhecimento dos processos de produção e a fragmentação das relações de trabalho entre as pessoas, cada trabalhador relaciona-se mecanicamente com os demais colegas, dentro da estreita necessidade de execução das suas tarefas.

Uma proposta de trabalho “autogestionário” tem então como característica marcante a recuperação dos laços de solidariedade ainda dentro dos processos produtivos, por meio da transparência da gestão, divisão de poder e dos ganhos e enriquecimento de tarefas por meio de uma participação ativa dos sócio-trabalhadores. É importante ainda ressaltar que esses laços de solidariedade significam uma aliança sócio-econômica entre iguais (produtores livremente associados) e não caridade entre desiguais (classes abastadas e classes oprimidas).

Com o exposto acima, fica mais fácil perceber que mesmo o movimento cooperativismo pode sofrer inúmeras variações na sua forma concreta de gestão e repartição do poder interno. O problema é que muitas vezes tais variações tendem a aproximar uma cooperativa mais de uma forma de trabalho burocrático, típico do

capitalismo, do que ser uma alternativa de “autogestão” (que daria uma especificidade real ao cooperativismo em relação ao trabalho assalariado).

Rios (1989) coloca uma questão chave para entender de que maneira o cooperativismo burocrático se distancia da “autogestão”, ao indagar sobre a relação entre a diferenciação das classes sociais e a proposta niveladora do cooperativismo originário (de cunho “autogestionário”):

Na realidade, longe de superá-la, a diferenciação classista se reproduz no cooperativismo, contradizendo a ideologia niveladora. **A cada classe sua cooperativa. Existe, pois, um cooperativismo dos ricos e um cooperativismo dos pobres.** Isto significa que, ao invés de as diferenças entre as classes diminuírem, ao contrário, se acentuam. Isto ocorre pela concentração de riqueza, do prestígio social e do poder político aumentada pelas cooperativas das classes dominantes. (RIOS, 1989, p.10, grifos meus)

A tendência de degeneração das cooperativas para um tipo de cooperativismo mais burocrático significa, entre outras coisas, que ainda há muitos obstáculos e que possivelmente faltam instrumentos para fazer da sua proposta uma alternativa real e concreta de trabalho (de tipo não subordinado).

2.2.3 Tendências e estratégias: da função social para a função capitalista

Conforme exposto no item acima, existe uma tendência de degeneração do projeto cooperativista. Da mesma forma, não há uma diferenciação essencial entre os diferentes projetos de cooperativas no ambiente institucional, sendo todas amparadas pela mesma Lei 5.764/71.

Nesse sentido, cita-se Dal Ri e Vieitez (1999) para elucidar uns dos pontos culminantes no processo de formação da superestrutura e, de solidificação da formação latifundiária no ambiente agrícola brasileiro:

O governo militar (1964-1984), contrário às pretensões populares de reforma agrária, implementou uma política que visava à modernização do campo com base no desenvolvimento de empresas capitalistas agroindustriais voltadas para a exportação. Nessa conjuntura, as cooperativas agrárias constituíram-se em canais de repasse de um grande volume de recursos subsidiados, do setor público para o privado (DAL RI, 1999, p. 16).

Dessa forma, as cooperativas agrícolas estão constituídas por “sócios de diferentes portes, que cooperam, sobretudo, tendo em vista a distribuição e comercialização” (DAL RI & VIEITEZ, 1999, p.15).

É importante ressaltar que no caso da agricultura, as cooperativas proporcionam ganhos de escala importantes, tanto no que concerne a realização de compras de insumos como das vendas das colheitas. “A cooperativa de compras iguala os pequenos agricultores ou varejistas aos grandes” (SINGER, 2002, p. 84).

Assim, ela pode aumentar as vantagens para os produtores agrícolas que se encontram isolados, que podem, por meio da cooperativa, e conseqüentemente do ganho de escala e da cooperação, agregar maior valor aos seus produtos.

A questão a ser levantada nesses casos, é que estando os produtores separados, em outras palavras, produzindo isoladamente, a cooperação e/ou a cooperativa que se constitui acontece apenas na esfera da comercialização, grosso modo, na hora da compra e venda.

Assim, uma peculiaridade dessas cooperativas é o número de funcionários assalariados para realizar suas atividades, uma vez que os sócios cooperados possuem, conforme colocam Dal Ri e Vieitez (1999), Bialoskorski (2000), e Zylbersztajn (2002) um duplo papel: de proprietários de terras e de “gerentes” na organização cooperativa. Com isso, cita-se Zylbersztajn elucidar o problema:

Na raiz da organização cooperativa está o fato de que o **trabalhador é também proprietário dos recursos produtivos**. Isto o induz a estruturar a sua atividade produtiva como um capitalista e, ao mesmo tempo, participar de uma sociedade gerida pelos princípios da cooperação, qualificada como cooperação benigna. Nos casos em que tem a gestão conduzida pelo próprio cooperado, a cooperativa perde algumas vantagens advindas da especialização (ZYLBERSZTAIN, 2002, p. 03, grifos meus).

Outro importante ponto que deriva dessa dupla funcionalidade do cooperado, que pode ainda ser percebido no texto de Zylbersztajn (2002), seria uma omissão ou silêncio sobre a classe dos “verdadeiros” trabalhadores.

Com isso, ao citar que “o trabalhador é também proprietário dos recursos produtivos”, indaga-se aqui a que “tipo” de trabalhador seria o colocado por Zylbersztajn: seria um trabalhador empregado – proletário/assalariado – da cooperativa? Seria ele um trabalhador cooperado? Ou seria um tipo de empresário (conhecido na literatura marxista como pequeno-burguês, contrastando como uma

classe distante da dos trabalhadores), em que atua como proprietário em duas dimensões distintas: na cooperativa e na sua propriedade rural?

Ainda sobre o problema do controle e sobre a natureza das cooperativas agrícolas – extremamente burocráticas –, parte-se de uma reflexão que, além da separação entre propriedade e controle, proposta por Bialoskorski (2000) e Zylbersztajn (2002), já existe a separação entre o controle e a execução, sendo então claramente observado uma estrutura de classes antagônicas nesse ambiente organizacional, quais sejam: os proletários (grosso modo, operários assalariados), os tecnocratas (trabalhadores gerenciais) e os cooperados (essencialmente capitalistas, donos de uma aparente empresa socialista – a cooperativa).

Desta forma, cita-se Pinho (1977), que com poucas palavras retoma e reforça a doutrina e os legados do movimento cooperativo: “Trata-se, pois, de uma sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins socioeconômicos” (PINHO, 1977, p. 14).

Entretanto, conforme coloca Zylbersztajn, a preocupação com lucro está cada vez mais nítida no que concerne às propostas de mudanças nos arranjos dessas organizações:

Ao mesmo tempo que os princípios cooperativistas representam o elo de ligação entre as organizações no mundo cooperativista, esses mesmos princípios delimitam as estratégias passíveis de serem adotadas pelas organizações cooperativas, criando um contraste com as organizações de outra natureza, em especial, as firmas que têm finalidade de lucro com as quais as cooperativas freqüentemente concorrem (2002, p.1, grifos nossos).

Quanto às cooperativas constituídas pelos produtores agrícolas com a finalidade essencial de compra e venda, ressalta Singer (2002):

(...) o cooperativismo de compras e vendas não se constitui num modo de produção alternativo ao capitalismo exatamente porque não estende a democracia e a igualdade à totalidade dos que trabalham nele. Ele preserva a divisão de classes, separando os pequenos produtores, como proprietários do capital cooperativo, dos trabalhadores que lhes prestam serviços de intermediação e de produção em troca de salários. E isso vale tanto para cooperativas de caminhoneiros, taxistas, médicos, catadores de material reciclável²⁷ etc (SINGER, 2002, p. 88).

²⁷ “O caso dos catadores de lixo merece uma menção especial, devido a seu significado social. Recolher material reciclável entre os dejetos é o meio de vida que resta aos que a exclusão social degradou ao máximo. Eles não têm outras alternativas a não ser, talvez, atividades criminosas e a mendicância. Uma grande parte dos que moram na rua ou nos lixões se dedica a catar material

Nesse sentido, essas cooperativas, denominadas aqui de “cooperativas de tipo burocrático”, em nada podem ser classificadas como empreendimento de economia solidária, pois o princípio fundamental da “autogestão” não é observado, e o antagonismo entre os proprietários e os não proprietários permanece como essência.

2.3 O dilema de Rosa Luxemburgo: “a troca domina a produção”.

As críticas de Rosa Luxemburgo são muito mais ricas e complexas do que aqui apresentadas. Contudo, dado os objetivos deste trabalho, remete-se diretamente à visão da autora quanto ao papel das cooperativas enquanto organização dos trabalhadores e as mudanças qualitativas que podem promover, uma vez que elas estão ligadas às origens da economia solidária.

Quanto às cooperativas, e antes de tudo, às cooperativas de produção, são elas pela sua essência um ser híbrido dentro da economia, capitalista: a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista. **Mas, na economia capitalista, a troca domina a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, da completa dominação do processo de produção pelos interesses do Capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa.** Praticamente, exprime-se isso pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado, de empregar a força de trabalho segundo as necessidades do mercado ou de atirá-la na rua, em suma, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem a uma empresa capitalista enfrentar a concorrência das outras. Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, ver-se os operários na necessidade contraditória de governar-se a si mesmo com todo o absolutismo necessário e desempenhar entre eles o mesmo papel do patrão capitalista. É desta contradição que morre a cooperativa de produção, quer pela volta à empresa capitalista, quer, no caso de serem mais fortes os interesses dos operários, pela dissolução. (LUXEMBURGO, 2005, p.80-81, grifos meus).

Diante da contradição apontada na citação acima, é que surge o dilema do cooperativismo, que as cooperativas ou são frustradas economicamente ao manter a ideologia fundadora, ou, ao crescerem como empresas, perdem suas características

reciclável. Sendo extremamente pobres, são explorados pelos sucateiros, que lhes adiantam dinheiro para poderem subsistir em troca de entrada do material coletado a preços vis. (...). Sendo entidade econômica e política, a cooperativa representa os catadores perante o poder público e dele reivindica espaço protegido para armazenar e separar o material recolhido, e financiamento para processar parte do material separado, agregando-lhe valor. A cooperativa é uma oportunidade de resgate da dignidade humana do catador e de desenvolvimento da auto-ajuda e da ajuda mútua, que permite constituir a comunidade dos catadores” (SINGER, 2002, p. 89).

iniciais, caracterizando um cooperativismo do tipo burocrático, conforme apontado na seção anterior.

Não obstante, estando a cooperativa – no caso, autêntica e “autogestionária” – ligada ao mercado capitalista, tendo então que concorrer e produzir de acordo com as exigências do mercado, o próprio princípio da “autogestão” acaba sendo limitado, pois a organização da produção, assim como a amplitude da tomada de decisão ou, em essência, o poder dos trabalhadores, que se vêem na contradição de governarem a si mesmos como capitalistas – tomando as mesmas atitudes, grosso modo, “usando o chicote em si mesmos” – para conseguir competir no mercado, acaba introduzindo tecnologias e padrões de organização e gestão tipicamente burocráticos.

Nesse sentido, a “autogestão” fica comprometida por ser apenas restrita – autogestão *stricto sensu* –, tendo os trabalhadores que se “adaptarem” às condições do mercado, ao padrão produtivo e mercadológico, às tecnologias dominantes que, conforme já abordado, não atuam neutramente, mas como instrumentos de dominação do trabalhador.

Assim, as cooperativas – no caso, as autênticas ou “autogestionárias” – isoladas, ou empreendimentos de economia solidaria – que em essência são a mesma coisa –, por apenas atuarem inseridos no sistema capitalista e não “contra” e/ou “como sistema” enquanto totalidade, não conseguem avançar ou romper com o dilema como por Rosa Luxemburgo (2005).

A solução para o dilema “a troca domina a produção” colocado por Rosa Luxemburgo (2005), se encontraria na junção de diversas cooperativas, das mais diversas áreas, dando origem a uma espécie de rede cooperativa ou solidária, como defende Euclides Mance (2000), por exemplo.

Dessa forma, as cooperativas de produção resolveriam o seu dilema ao encontrarem um mercado isolado da competição capitalista nas cooperativas de consumo, que seriam responsáveis por articular as diversas produções, formando assim cadeias produtivas solidárias. Conforme coloca Mance:

Outras redes mais complexas, entretanto, que integram organizações solidárias de crédito, consumo, produção, comércio e serviços, passaram a refletir sobre as melhores estratégias de expansão e consolidação dessas redes, chegando-se a percepção da necessidade de remontar solidariamente as cadeias produtivas. Essa progressiva remontagem possibilita à economia solidária converter-se paulatinamente no modo de

produção socialmente hegemônico e não apenas em uma esfera de atividade econômica de segunda ordem, paleativa ou complementar, destinada apenas a atender populações pobres ou marginalizadas pelos movimentos dos capitais (MANCE, 2005, p. 26).

A questão que se coloca diante desta saída consiste na limitação das cooperativas de consumo. De acordo Luxemburgo (2005), a dependência da cooperativa de produção à cooperativa de consumo estaria limitada a um mercado local e restrito, o que implicaria em:

Todos os ramos mais importantes da produção capitalista: indústria têxtil, mineira, metalúrgica, petrolífera, como a indústria de construção de máquinas locomotivas e navios, estão de antemão excluídos da cooperativa de consumo e, por conseguinte das cooperativas de produção. Eis porque, sem em conta o seu caráter híbrido, as cooperativas de produção não podem ser consideradas uma reforma social geral, pela simples razão de pressupor a sua realização geral, antes de tudo, a supressão do mercado mundial e a dissolução da economia mundial atual em pequenos grupos locais de produção de troca, constituindo no fundo, por conseguinte, o retrocesso da economia do grande capitalismo a economia mercantil da Idade Média (LUXEMBURGO, 2005, p. 82-83).

Até mesmo entre os intelectuais da economia solidária, a saída do isolamento em redes não é unanimidade. Para Singer (2002) o isolamento poderia acomodar os empreendimentos solidários em uma situação de inferioridade tecnológica:

Então a forma mais provável de crescimento da economia solidária será continuar integrando mercados em que compete tanto com empresas capitalistas como com outros modos de produção, do próprio país e de outros países (SINGER, 2002, p.120).

Em defesa da economia solidária, em seu artigo Economia Solidária: um modo de produção e distribuição, Paul Singer (2003) apresenta o dilema colocado por Rosa Luxemburgo (2005) “a troca domina a produção” e responde:

A argumentação de Rosa Luxemburgo é mais antagônica à gestão capitalista, mas não é consistente. Ela desconhece ou despreza a resistência que os trabalhadores oferecem ao absolutismo do capital e que limita as arbitrariedades que este tenta praticar. Já na época em que ela escrevia (1899), os trabalhadores estavam organizados nas fábricas e tinham capacidade de se opor à intensificação do trabalho e a alterações unilaterais da jornada de trabalho (SINGER, 2003, p. 17).

Singer (2003) considera, então, que a resistência dos operários impediria o capital de superexplorar o trabalho. Não obstante, como ele introduziria na citação

acima às mortes por exaustão nos canaviais brasileiros, nas indústrias japonesas, entre outros casos ocorridos em pleno século XXI?

Como afirmar que a resistência dos trabalhadores impede a intensificação do trabalho, quando fica cada vez mais claro a busca incansável dos países periféricos em alcançar o chamado “custo chinês”, para conseguirem sobreviver à concorrência dos mais “eficientes e baratos”. A argumentação de Singer (2003) continua:

Se as condições de trabalho na fábrica eram duras, elas sempre seriam menos duras na cooperativa por duas razões fundamentais: na fábrica capitalista os empregados têm de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm, o que lhes permite se auto-explorar menos; além disso, os cooperados têm a liberdade de escolher quando e como trabalhar para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção (SINGER, 2003, p.17).

Daí surge a liberdade dos cooperados, a opção de se auto-explorarem ou não, ou como afirma Singer, a possibilidade de se *auto-explorarem menos*. Os cooperados realmente não possuem obrigação de gerarem retorno ao “capital” investido. Possuem, contudo, necessidade de gerarem retorno não só para seu sustento, como para a viabilidade do próprio negócio.

Neste caso, a liberdade consiste em desenvolver o empreendimento e aumentarem sua renda à custa de forte auto-exploração, ou se auto-explorarem menos e, em contrapartida, terem um retorno menor ou nulo. Dando seqüência em seu argumento, Singer ainda questiona quais seriam as alternativas aos trabalhadores se não a economia solidária:

Ficarem desempregados, eventualmente sobreviverem de bicos ou voltarem a trabalhar para capitalistas. Em condições evidentemente piores do que as da auto-exploração (SINGER, 2003, p.17).

Assim, conclui que, como grande parte das cooperativas são originadas a partir de empresas capitalistas falidas, “de modo que os trabalhadores conhecem as condições de trabalho que a competição no mercado impõe. Não é crível que passem a considerá-las insuportáveis quando se tornam os donos de seus meios de produção” (SINGER, 2003, p.18).

Singer (2003) ainda se defende e ataca Rosa Luxemburgo em defesa da economia solidária, colocando que “*é comum ouvir que economia solidária apenas compete com o capital, mas não o elimina*” e conclui sobre este argumento:

A conclusão é falsa sob todos os pontos de vista. Primeiro porque o capital só pode ser eliminado quando os trabalhadores estiverem aptos a trabalhar a autogestão, o que exige um aprendizado que só a prática proporciona. De outro modo, o que colocar no lugar da gestão capitalista? Certamente não um planejamento geral que centraliza todas as decisões econômicas nas mãos dum pequeno número de especialistas. Segundo, porque a economia solidária melhora para o cooperado as condições de trabalho, mesmo quando essas continuam ainda deixando muito a desejar. Afinal de contas, assumir o poder de participar das decisões e, portanto, estar informado a respeito do que acontece e que opções existem é um passo importante na rendição humana do trabalhador. Terceiro: o surgimento e o fortalecimento da economia solidária reforça o poder de luta de todos os trabalhadores assalariados contra a exploração capitalista, no mínimo porque diminui o exército de reserva (SINGER, 2003, p. 18).

Ainda no mesmo texto, Singer (2003), em nota de rodapé, coloca com clareza que, em sua visão, não se trata de apenas uma alternativa ao desemprego, mas uma alternativa ao próprio sistema, sendo o processo de economia solidária uma forma de transição do modo de produção capitalista ao socialismo autogestionário.

Este é provavelmente o principal papel da economia solidária na luta pelo socialismo. A autogestão generalizada da economia e da sociedade – que constituiu a essência do programa econômico e político do socialismo – só conquistará credibilidade quando houver a prova palpável de que ela não é inferior à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas. A construção de empreendimentos solidários é o método mais racional de obter tal prova. A alternativa seria apostar na crise geral do capitalismo, que forçaria a maioria a aceitar o socialismo, mesmo que seja como mal menor (SINGER, 2003, p. 28).

2.4 Na busca por uma conceituação de autogestão *lato sensu*: as suas principais congêneres.

A primeira definição daquilo que não é “autogestão”, está em uma forma de administração empresarial que se chama *Participar*. E isto “não é autogerir; é simplesmente participar de uma atividade que já existe, que tem sua própria estrutura e finalidade” (GUILLERM & BOURDET, 1976, p.19).

É um “executante” de um conjunto maior que é obrigado a “acompanhar”, um operário não-qualificado privado de iniciativas, do saber, de memória, um operário “instrumentalizado”, “heterogerido”, ou seja, gerido por outro.

Nesse sentido, heterogestão é então o contrário de autogestão e supõe uma adesão voluntária do trabalhador ao vender sua força de trabalho, que torna “interessante” a *participação nos lucros* na empresa, distribuindo com ações no lugar

de aumentos salariais, mas ainda assim mantendo a “integração da classe operária no sistema capitalista” (GUILLERM & BOURDET, 1976, p. 22). Da mesma forma:

(...) quando o patronato “outorga” a participação, é por causa das “disfunções” do taylorismo, ou, mais simplesmente, das dificuldades tecnológicas resultantes do trabalho em cadeia. Não parece mais rentável mecanizar inteiramente o trabalho humano. É preciso que os operários se interessem pelo que fazem, para que a adesão subjetiva se produza (GUILLERM & BOURDET, 1976, p. 21).

A Co-gestão, segundo modo de gestão empresarial aqui apresentado, permite mais que o simples interesse na participação dos lucros, permite “ter uma palavra a dizer na própria organização da empresa” (GUILLERM & BOURDET, 1976 p.23).

Há na co-gestão uma participação por objetivos, que através de meios específicos busca atingir determinados fins. Assim, ainda que estes fins sejam definidos pelo proprietário, o trabalhador tem uma “certa autonomia” para movimentar-se e realizar as tarefas necessárias. Conforme coloca Guillerm e Bourdet (1976):

Em vez de reduzir o operário a um simples papel instrumental, a participação em sentido amplo, incluindo uma co-gestão, consiste em reintegrar – ainda que muito parcialmente – a iniciativa e a “criatividade” operárias nos processos de produção. As tarefas, simplificadas e muitas vezes reduzidas a alguns elementos repetitivos do taylorismo, são “alargadas” ou, melhor dizendo, “enriquecidas”; ocorre às vezes que, no âmbito de “equipes autônomas de trabalho”, uma certa latitude é permitida aos operários, no sentido que eles próprios escolham os melhores meios de atingir os fins propostos (GUILLERM & BOURDET, 1976, p. 23).

Com isso, a “participação nos lucros”, combinada com a co-gestão – que proporciona “liberdade” para a realização dos objetivos – favorece a “integração” dos operários na produção, não pondo em cheque o poder patronal, ao contrário, tornando os operários cada vez mais eficazes e “interessados” no trabalho.

Conforme coloca ainda Guillerm e Bourdet (1976), a co-gestão dos meios produtivos pode evoluir para a co-gestão da direção, onde permite a presença de representantes dos operários nos conselhos administrativos, com direito a deliberações.

Outra forma político-organizacional no que concerne à relação entre capital e trabalho é o “controle operário”, sendo que este está, conforme coloca Guillerm e Bourdet (1976), em um nível superior – no rumo à autogestão – comparado com a co-gestão.

Trata-se de uma “intervenção conflitual que arranca do patronato concessões das quais resulta uma melhoria das condições de trabalho, ou uma ligeira atenuação das formas de exploração” (GUILLERM & BOURDET, 1976 p.25). Nesse sentido, não é uma concessão patronal, mas sim uma conquista operária, da qual se consegue impor uma vontade coletiva de gestão dos próprios operários.

(...) não se tratava, desta feita, de tirar vantagem de uma “permissão concedida” pelo patronato, nem mesmo de vantagens outorgadas por sua inteligência benevolente, mas de autênticas conquistas, de “presas tomadas do inimigo”. Ao assumirem o controle das normas e das cadências, os operários, nesse caso, impuseram sua vontade coletiva ao patronato, e, assim, “se autogestionaram” mais autenticamente do que quando deviam “partilhar” o poder de decisão com o patronato (GUILLERM & BOURDET, 1976 p.25).

Os autores não consideram isto “autogestão” porque o controle somente se exercia sobre pontos precisos que não “questionam o salariado nem o papel dirigente dos capitalistas, que visaria a suprimir totalmente o antagonismo, pelo aniquilamento de uma das partes” (GUILLERM & BOURDET, 1976, p. 25).

O controle operário, não é “autogestão”, porque mantém a relação capital-trabalho, mantendo também o antagonismo de classe dentro da empresa, mesmo que tenha conseguido dar o seu próprio ritmo nas normas internas e ter conquistado direitos reclamados.

Para os autores citados nessa seção, Guillerm e Bourdet (1976), a última forma e que mais se aproxima da “autogestão” é a cooperativa, mesmo se tratando de cooperativas autênticas, onde os trabalhadores são os cooperados, ou seja, levando em consideração apenas as experiências onde os trabalhadores eram os donos dos meios de produção, onde tinham o “controle” das decisões²⁸.

Não obstante já tenham sido colocadas as contradições que a cooperativa autêntica – aquela onde está presente a autogestão *stricto sensu* – traz ao modo de produção capitalista, seguindo a perspectiva de se chegar ao conceito proposto de autogestão *lato sensu*, faz-se necessário voltar ao tema “cooperativa”.

Conforme colocado, sem que aqui esteja se utilizando de um raciocínio linear, lógico, pode-se perceber que as três dimensões colocadas nesta seção, quais sejam, a participação, a co-gestão e o controle operário, saindo da primeira para a última, que existe um “empoderamento” do trabalhador.

²⁸ Apenas para frisar a afirmação, o sentido de “controle” das decisões diz respeito apenas a uma dimensão restrita, ou no argumento aqui defendido, de uma autogestão *stricto sensu*.

Contudo, o aludido “empoderamento” é limitado, pois os trabalhadores não são os donos dos meios de produção, ou seja, ainda estão na mesma lógica de dominação, sendo obrigados a vender sua força de trabalho, continuam sendo uma mercadoria.

Assim, se cooperativa autêntica pressupõe que os trabalhadores são também os donos dos meios de produção, ou seja, que existe uma outra relação social dentro da produção, que não existe separação entre o trabalhador e a propriedade dos meios de produção, de concepção e execução, ou seja, que existe uma autogestão *stricto sensu*, restrita principalmente porque *não ultrapassa os muros da fábrica* e é influenciada constantemente pela totalidade capitalista, ela pode ser considerada como um avanço aos trabalhadores.

Nesse sentido, conforme Marx escreveu no livro III de *O Capital*, as cooperativas representam uma brecha para os operários, uma saída que supera a lógica entre capital e trabalho em um primeiro momento, contudo, não consegue ganhar força. Conforme Marx (*apud* GUILLERM & BOURDET, 1976, p. 28).

Quanto às cooperativas obreiras, elas representam, no interior do antigo sistema, a primeira brecha nele feita, conquanto reproduzam necessariamente, e por toda parte, em sua organização real, todos os defeitos do sistema existente. Todavia, nas cooperativas, o antagonismo entre o capital e o trabalho foi sobrepujado, mesmo que de forma ainda imperfeita: organizados em associação os trabalhadores são o seu próprio capitalista, isto é, utilizam dos meios de produção em lugar do valor do seu próprio trabalho (MARX *apud* GUILLERM & BOURDET, 1976 p.28).

Não obstante, Marx estava atento para o fato de que as cooperativas deveriam adquirir uma dimensão nacional, e não ficar restritas a “ilhotas” de “autogestão”, submetidas às leis anárquicas de concorrência. Nesse sentido, Marx anuncia uma questão fundamental, qual seja: a da generalização.

Por excelente que seja em seus princípios, e por mais útil que se mostre na prática, a cooperativa dos trabalhadores, se circunscrita a um círculo estrito, se apenas alguns trabalhadores fazem esforços em proveito de sua pequena felicidade em seu benefício, então esta cooperação jamais será capaz de deter os monopólios que crescem em progressão geométrica; não será capaz de libertar as massas, sequer de aliviar de maneira perceptível o fardo de sua miséria. (...) Para que as massas trabalhadoras sejam alforriadas, a cooperação deveria adquirir amplitude nacional, e em conseqüência, será preciso favorecê-la com meios nacionais (MARX, *apud* GUILLERM & BOURDET, 1976 p.28-29).

Nesse sentido, pode-se perceber que a cooperativa isolada a qual Marx estava se referindo, ou a autogestão *stricto sensu* aqui colocada, deveria adquirir uma dimensão maior por meio de sua generalização. Importante reflexão deixada por Marx é que para adquirir amplitude nacional, é preciso fortalecê-las com meios nacionais, o que sugere que a classe trabalhadora não deve perder de vista a dimensão da luta política, grosso modo, que não deve prescindir do poder do Estado.

Sendo assim, para que o argumento do presente trabalho faça algum sentido, é fundamental então questionarmos minimamente sobre: O que é essencialmente a autogestão que ultrapassa os muros das fábricas? Quais são os seus requisitos? Por que construir um conceito de autogestão *stricto sensu* e de autogestão *lato sensu*?

Para responder a essas questões, e conceituar o que aqui está colocado como autogestão *lato sensu*, recorre-se aqui ao próprio Marx, em suas aludidas considerações sobre as experiências cooperativistas do seu contexto. Assim, Marx coloca:

Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um artil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, conseqüências inevitáveis da produção capitalista — que será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo “realizável?” (MARX, 1871, acesso 20/10/2007).

Com isso, conforme as citações de Rosa Luxemburgo e de Karl Marx, não é possível pensar em autogestão no capitalismo, a não ser como uma forma restrita, que aqui está sendo conceituada de autogestão *stricto sensu*. Logo, a autogestão está impedida de se realizar plenamente, está “restrita” pelo macro sistema socioeconômico instituído pelo capital, ou seja, está limitada ao dilema “a troca domina a produção” evidenciado por Rosa Luxemburgo.

No que concerne à generalização a uma esfera nacional, num cenário no qual as cooperativas não estão mais sujeitas à anarquia do mercado (uma utopia no atual momento histórico), estaria constituído a autogestão *lato sensu*. Grosso modo, os trabalhadores seriam os donos dos meios de produção e de decisão, planejando a produção de forma autogestionária e em dimensão nacional. Assim:

Vê-se assim que, no princípio, não há diferença entre cooperativa e autogestão; mas que, historicamente aparece uma diferença de natureza: a extensão ou, antes, a generalização do sistema cooperativo não se pode fazer sem abolir o Estado, substituir por uma organização nacional de tipo radicalmente novo". (...) “enquanto as cooperativas existem bem ou mal a mais de um século, sem contestar seriamente o sistema capitalista, o que chamamos autogestão é outra organização nacional (ou, melhor ainda, uma federação de nações de vocação mundial) que suprime o capitalismo e o estatismo em benefício de um conjunto autogestionado de cooperativas igualmente associadas segundo um plano elaborado pela soma de necessidades e desejos (GUILLERM & BOURDET, 1976 p. 30).

Para clarear melhor a questão aqui levantada, buscar-se-á na história concreta as experiências e/ou as tentativas de organizações de trabalhadores que ultrapassaram os muros das fábricas – ultrapassando a dimensão produtiva, e sentido rumo à totalidade –, e que tinham como perspectiva uma mudança radical da sociedade.

3. Participação e participações: os caminhos e descaminhos de uma nova organização social – a autogestão *lato sensu*.

Para que não se corra o risco do idealismo na busca da construção da categoria autogestão *lato sensu*, e buscando ser a reflexão/construção aqui proposta em sintonia com a ciência da história, apresentam-se aqui algumas tentativas de autogestão *lato sensu*, para que sirvam de referências para as reflexões aqui levantadas.

Nesse sentido, entender os fatores que determinaram a formação das aludidas experiências, assim como os motivos e as causas às quais permitiram o sucesso – mesmo que temporário – e o fracasso dessas experiências, ajudará na construção teórica aqui proposta.

É importante destacar que as tentativas de autogestão *lato sensu* aqui ressaltadas foram momentos concretos, e não ideologias suscitadas por elites esclarecidas e/ou de vanguarda, constituindo-se em práxis, nas quais se buscava mudanças qualitativamente profundas, grosso modo, sistêmicas, e com atores conscientes, em suas relações sociais. Sobre isso, destaca Tragtenberg (1987):

Uma real “participação” exige a auto-organização e autodeterminação de massas, muito difícil de realizar na estrutura hierárquica rígida, tanto das organizações social-democráticas como bolchevistas, na medida em que pretende-se fazer tudo “pelos” trabalhadores “sem” os mesmos, ou melhor,

a hegemonia exercida pelos “aparelhos” partidários ou sindicais em “nome” dos produtores (TRAGTENBERG, 1987, p. 23).

De acordo com a citação acima, e segundo a proposta de buscar na história os elementos que constituem a autogestão *lato sensu*, tem-se aqui como um dos fundamentos e/ou premissa que:

O poder de qualquer classe dominante nutre-se da confusão e da indecisão dos dominados. Razão pela qual nenhuma sociedade fundada na autogestão social pode estruturar-se com base num golpe ou pela conquista de algum “Palácio” ou de ações que possam “galvanizar as massas” ou em “nome do povo”. Se falham, tais tipos de ações só criam mártires e mitos e intensificam a repressão. Se tem êxito, conduzem simplesmente a mudança da exploração e da dominação exercida daí em diante por “novos patrões” (TRAGTENBERG, 1987, p. 23).

Assim, conforme coloca Tragtenberg (1987), não se trata de apenas conquistar e nacionalizar os meios de produção, é necessário também *socializar os meios de decisão*. “O problema não é somente produzir mais pão, mas saber quem dirige a padaria” (TRAGTENBERG, 1987, p. 24). Em suma, coloca Tragtenberg (1987):

A autêntica consciência implica na produção de uma coerência básica, em que estejam claramente explicitadas as relações entre meios e fins. Essa exigência é totalmente contrastante com a da organização de congressos sobre “participação”, “controle operário” ou “autogestão” onde burocratas pontificam; da mesma maneira como consideramos irracional a desonesta postura daqueles que falam da libertação e da autogestão exercida pelos trabalhadores e na prática mantêm a crença que os líderes são indispensáveis às propostas de mudança social (TRAGTENBERG, 1987, p. 27).

Não obstante a busca pela não dominação seja oriunda de tempos remotos, o que levou Marx a escrever que “a história de toda a sociedade não é senão a história da luta de classes” (MARX, *apud* GUILLERM & BOURDET, 1976 p.33), e serem numerosas as experiências e/ou tentativas de autogestão *lato sensu*²⁹, apresenta-se aqui, para melhor esclarecer o argumento aqui desenvolvido, quatro casos concretos, quais sejam: a Comuna de Paris, Os conselhos operários na

²⁹ Conforme coloca Nascimento (2007), não foram poucas as tentativas/experiências de autogestão: a Comuna de Paris; a revolução Soviética 1917-1921; a Comuna Spartacus, Berlin 1919; a República dos Conselhos Operários, Hungria 1919; os Conselhos Operários de Turim, Itália 1919-1920; a autogestão na Revolução da Espanha, 1936-1939; as teses de Pulacayo na Bolívia, 1946; autogestão Yugoslava, 1950; a Revolução dos Conselhos, Hungria 1956; a Comuna de Shangai, China 1966; etc.

URSS, as coletivizações espanholas de 1936/1939 e a experiência iugoslava, para fortalecer a teoria.

3.1 A Comuna de Paris: os 71 dias que marcaram a França.

Os anos que se seguiram na França, após a revolução burguesa de 1789, foram de intensas reivindicações por parte dos trabalhadores. Conforme colocam Guillerme e Bourdet (1976), não obstante a Revolução Francesa de 1789 tenha comportado uma mobilização popular, ela resultou em uma “nova minoria dominante, uma nova classe que tentava, aliás, a maior parte do tempo, dissimular essa monopolização, apresentando-se como portadora do interesse geral” (GUILLERM & BOURDET, 1976 p.106). Conforme aponta Marx sobre as mudanças engendradas naquele contexto:

No século 19 desenvolvia-se, transmitido pela Idade Média, “o poder centralizado do Estado, com os seus órgãos onipresentes: exército permanente, polícia, burocracia, clero, magistratura”. Graças ao desenvolvimento do antagonismo de classes entre capital e o trabalho, “o poder do Estado assumiu cada vez mais o caráter de uma força pública organizada para a servidão social, de um instrumento de despotismo de uma classe” (MARX apud LENIN, 2007, p. 59-60).

Naquele contexto, já a alguns anos à frente e em meio a ainda fragmentação da burguesia, Luis Bonaparte, “que usurpou o poder explorando a guerra de classes na França e o perpetuou mediante guerras periódicas no exterior” (MARX, 2007, acesso 31/10/2007), envolvido em atritos constantes com a Alemanha, relacionados à sucessão espanhola, declara guerra contra a Prússia em julho de 1870. (FONTANA, 2001).

Alguns meses depois, os exércitos de Luis Bonaparte são derrotados em Sedan e o imperador é aprisionado. Em 4 de setembro de 1870, os operários de Paris proclamam a República. Não obstante, um Governo Provisório é instituído em defesa nacional, o qual Louis Adolphe Thiers se elege como novo presidente. De forma resumida, atentando ao objetivo de conhecer as mudanças qualitativas engendradas na Comuna, Fontana (2001) coloca a sequência de fatos e lutas travadas pelos trabalhadores:

No dia 4, em Paris os trabalhadores invadem o Palácio Bourbon e forçam a Assembléia Legislativa a proclamar a queda do Império de Napoleão III. À

noite, a Terceira República é proclamada. Um governo provisório de defesa nacional é estabelecido para continuar o esforço de guerra e para remover os prussianos da França. Na seqüência de outras derrotas diante dos prussianos em 27 e 31 de outubro, o governo francês decide abrir negociações de paz. Em 31 de outubro operários e seções revolucionárias da Guarda Nacional tomam o Hôtel de Ville (sede do governo burguês). Sob a pressão dos trabalhadores o governo promete renunciar e convocar eleições nacionais – o que não intencionava realizar. Os trabalhadores assim enganados acabam vítimas das artimanhas do governo, que restabelece sua dominação” (FONTANA, 2001, acesso 31/10/2007).

Segue então a instauração de uma guerra civil na França. De um lado, Louis Adolphe Thiers – então maior autoridade do Governo Provisório – que se instala em Versalhes, e de outro, em Paris, a administração encontrava-se nas mãos do Comitê Central da Guarda Nacional, que era formada essencialmente por proletários. Conforme descreve Fontana (2001) sobre os acontecimentos que se seguiram:

À 28 de janeiro Paris sitiada pelos prussianos e esfomeada capitula. Depois de uma série de concessões aos vitoriosos (na prática, traição ao povo) o governo francês de Thiers, em 18 de março tenta desarmar os operários (da Guarda Nacional), mas fracassa. Começa uma guerra civil entre povo/operários de Paris e o governo instalado em Versalhes. Em 26 de março um conselho municipal é eleito, e a 28 proclamada a Comuna de Paris. Tanto sua composição quanto suas resoluções mostram um caráter marcadamente proletário. The London Times de 29 março descreve os acontecimentos como uma revolução em que predominou o proletariado sobre as classes ricas, o trabalhador sobre o seu patrão, o trabalho sobre o capital (FONTANA, 2001, acesso 31/10/2007).

Assim, embora Paris estivesse cercada pelos exércitos prussianos, aliados ao Governo Provisório reacionário de Louis Adolphe Thiers, a Comuna foi instalada em 26 de março de 1971, dando início a uma série de medidas radicais que concernem à administração da esfera pública. Conforme descreve Fontana (2001, acesso 31/10/2007):

A Comuna suprimiu o serviço militar obrigatório e o exército permanente, substituindo-o pelo povo armado. Isentou os pagamentos de aluguel de moradias durante o período da guerra; suspendeu a venda de objetos empenhados nos estabelecimentos de empréstimos (mais tarde ordena a supressão das casas de penhor, pois estas eram uma forma de exploração dos operários); decretou a separação da Igreja do Estado; estabeleceu um teto salarial para os funcionários públicos que não deveria exceder ao dos trabalhadores; destruiu símbolos do chauvinismo e de incitação do ódio entre as nações (a bandeira da Comuna era a bandeira da República mundial); ordenou a ocupação das fábricas fechadas pelos patrões e organizou o reinício de suas atividades pelos operários organizados em cooperativas; declarou extinto o trabalho noturno dos padeiros. A Comuna, porém, não teve força ou clarividência para tomar e nacionalizar o Banco

da França, o que a deixou economicamente nas mãos de seus inimigos (FONTANA, 2001, acesso 31/10/2007).

No que concerne à dimensão política, a Comuna começou a substituir a velha máquina do Estado por uma democracia mais completa, pela substituição radical das instituições burocráticas e aparelhadas por instituições de tipo fundamentalmente diferentes. Tratava-se de uma transformação da democracia burguesa para a democracia operária, para a autogestão em seu sentido mais utópico, para a autogestão *lato sensu*. Conforme ainda escreve sucintamente Fontana (2001, acesso 31/10/2007):

Precaveu-se a Comuna contra abusos burocráticos e carreirismos de seus próprios funcionários e mandatários, declarando-os demissíveis, a qualquer tempo. Pretendia-se evitar que o poder governamental, como tradicionalmente ocorre, se transformasse de servidor da sociedade em seu senhor. Preencheu todos os cargos administrativos, judiciais e do magistério através de eleições, mediante o sufrágio universal, conferindo aos eleitores o direito de revogar a qualquer momento o mandato concedido (FONTANA, 2001, acesso 31/10/2007).

Conforme Nascimento (2007), “a Comuna foi o acontecimento mais importante da luta pela auto-emancipação dos trabalhadores no século XIX” (NASCIMENTO, 2006, acesso 31/10/2007). Conforme coloca Marx (2007), a Comuna de Paris tinha em sua essência o fato de ser produto da própria classe trabalhadora, e por ser “a forma política por fim descoberta, pela qual se podia realizar a emancipação econômica do trabalho” (MARX *apud* NASCIMENTO, 2006, acesso 31/10/2007). Conforme ressaltam Guillerme e Bourdet (1976):

Paralelamente a esse autogoverno dos produtores, a Comuna foi, em grande medida, um autogoverno do povo – um “Governo bem barato” (Marx). **Ao mesmo tempo em que abolia o patronato e o salariado, ela abolia também o Estado e sociedade civil.** As “medidas” para abolição do Estado são divulgadas e inscritas em sua legislação; as que referem à abolição da sociedade civil não puderam, a falta de tempo, ser objetos de “decretos”. Disso ficou-nos, porém alguma coisa: a abolição da esfera civil é crítica da vida cotidiana; e, desse ponto de vista, “a Comuna foi a maior festa do século XIX (GUILLERM & BOURDET, 1976 p.106, grifos meu).

Mas onde foi que a Comuna falhou? Não obstante que Paris estava sitiada por prussianos e por tropas do Governo Provisório reacionário de Louis Adolphe Thiers, Engels (2007) relata um erro estratégico da Comuna:

O mais difícil de compreender é, sem dúvida, o sagrado temor com que aqueles homens se detiveram respeitosamente nos portões do Banco da França. Foi esse, além do mais, um grave erro político. Nas mãos da Comuna, o Banco da França teria valido mais do que dez mil reféns. Teria significado a pressão de toda a burguesia francesa sobre o governo de Versalhes para que negociasse a paz com a Comuna (ENGELS, 1891, acesso 31/10/2007).

Em suma, a Comuna de Paris foi uma das mais profundas tentativas de autogestão *lato sensu* que o século XIX presenciou. A Comuna de Paris, “unia concretamente, na práxis revolucionária, franceses e estrangeiros, meninos e velhos, homens e mulheres, soldados e operários, vida pública e vida privada, teoria e prática” (GUILLERM & BOURDET, 1976, p. 113).

3.2 Os conselhos operários de 1917-1923: o poder de decidir em disputa

Os *soviets* – conselhos em russo – operários surgiram espontaneamente em Petersburgo, na Revolução Russa, no ano de 1905, embora tenha surgido esboços desta forma de organização durante a Comuna de Paris. Conforme colocam Guillerm e Bourdet (1976), os *soviets* regularam o ritmo da revolução durante todo o ano de 1905. (GUILLERM & BOURDET, 1976).

Conforme coloca Nascimento (2007), os conselhos suscitaram inicialmente com as comissões de greves e delegados dos trabalhadores, e seguiu tomando uma dimensão cada vez mais ampla. Assim, coloca Nascimento (2007):

O Conselho de Petrogrado (capital da Rússia) foi eleito por 200.000 operários, composto com base territorial (bairro) e industrial (fábrica), abrangia 226 delegados operários eleitos por 96 fábricas e 5 sindicatos, mais 3 delegados eleitos de cada um dos partidos socialistas: Bolchevique, Menchevique e Socialista revolucionário (NASCIMENTO, 2007, acesso 31/10/2007).

Não obstante o movimento dos conselhos operários terem sido suprimidos pelo Czar Nicolau II ainda no ano de 1905, encerrando a Revolução Russa anos mais tarde, na Grande Revolução de Outubro de 1917, os conselhos dos operários retornam.

É importante ter em vista que naquele contexto, a Rússia tinha, um pouco antes da primeira guerra mundial (1914-1918), a maior população da Europa, e se encontrava “atrasada” face às economias na qual a produção capitalista já havia se anunciado há algum tempo.

Com a queda do Czar Nicolau II em março de 1917, é instituído um Governo Provisório, governado pelo latifundiário Georgy Lvov, de ideias liberais. Não obstante, concomitantemente, os *soviets* de Petrogrado reivindicam o poder e a legitimidade para governar.

Anos mais tarde, na conhecida Revolução de Outubro, o movimento do partido bolchevista, sob liderança de Lenin, cerca a capital, e destitui o Governo Provisório. Paulatinamente, os *soviets* são burocratizados por uma série de medidas e decretos realizados pelo partido. A autogestão das empresas estava se burocratizando. A democratização dos meios de decisão seguia perdendo sua força.

No decreto sobre “O Controle Operário”, em novembro de 1917, o Partido Bolchevique colocou os comitês de fábrica na dependência dos Sindicatos. O 1º Congresso dos Sindicatos, em janeiro de 1918, tentou esvaziar a atividade dos comitês na gestão das fábricas. Com a formação de um “Conselho da Economia Nacional”, iniciou-se o fenômeno de “captura burocrática” das organizações operárias, com o objetivo de absorver os comitês de fábricas, e, em seguida, a absorção dos sindicatos pelas estruturas burocráticas dos Ministérios do Estado (NASCIMENTO, 2007, acesso 31/10/2007).

Com isso, os conselhos operários começaram a definir e não o Estado “socialista”, enquanto aparelho repressivo, como esperado pelos adeptos da teoria da ditadura do proletariado e do definhamento do Estado. Com o fim dos *soviets*, não fazia mais sentido em falar de ditadura – poder – dos trabalhadores. Conforme Mészáros problematiza (2002), apesar da importância histórica da experiência russa no decorrer do século, o “socialismo real” foi uma instituição pós-capitalista, mas não foi uma instituição pós-capital:

Os países pós-capitalistas, com a URSS à frente, mantiveram intactos os elementos básicos constitutivos da **divisão social hierárquica do trabalho** que configura o domínio do capital. A expropriação dos expropriadores, a eliminação jurídico-política da propriedade, realizada pelo sistema soviético, deixou intacto o sistema do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 16, grifos meus).

Nesse sentido, de acordo com Mészáros (2002), a questão fundamental, a essência do capital – que conforme já colocado no texto, deve ser entendido como uma relação social – diz respeito justamente à estrutura hierárquica do trabalho e das relações de produção, sendo então impossível pensar em uma sociedade para além do capital se esta estrutura não for substituída pela autogestão dos produtores livres e associados.

Não obstante os conselhos operários suscitados na revolução russa, seu crescimento e definhamento ser um assunto muito mais complexo do que o exposto aqui, os *soviets* foram um exemplo de como é possível pensar a autogestão – não só em sentido restrito, mas *lato sensu* – a partir dos próprios trabalhadores, e que estes podem e devem ser os sujeitos históricos de ações revolucionárias e qualitativamente libertárias.

3.3 As colonizações Espanholas de 1936-1939: lições.

De acordo com Tragtenberg (1987), a Guerra Civil espanhola de 1936-1939 foi uma guerra da classe operária contra o levante fascista militar e contra o regime político dos republicanos. Tratou-se de uma revolução na contra mão das revoluções em curso, devido ao processo de contra-revolução nos outros países, onde os trabalhadores eram dominados pelos stalinistas e pelos reformistas.

Naquele contexto, o problema agrário era um dos problemas fundamentais da Espanha. Com uma superfície de 505.000 quilômetros quadrados, e com 24 milhões de habitantes, a Espanha possuía uma densidade demográfica relativamente baixa comparada com os países europeus (TRAGTENBERG, 1987).

Porém, no que concerne à concentração econômica, trata-se de um país essencialmente agrário, com o predomínio de grandes latifúndios. Conforme coloca Tragtenberg (1987), “as classes dos grandes latifundiários, que embora abrangesse 2,04% do pessoal cadastrado, possuía 67,15% das terras cultivadas” (TRAGTENBERG, 1987, p. 32).

De acordo ainda com Tragtenberg (1987), os camponeses, que constituíam a grande maioria da população, cerca de 60% tinham uma existência vegetativa, o que em condições de miséria, pôs em movimento o campesinato espanhol contra a Guarda Civil – que era um instrumento repressivo do Estado – e a burguesia latifundiária.

As noções de resistência aos latifundiários, de solidariedade camponesa, encontraram sua expressão, no ano de 1936, em duas entidades revolucionárias, a FAI e a CNT. A federação Anarquista Ibérica compunha-se de federações regionais integradas por federações com base no município (comarca), assemelhadas às Bolsas de trabalho francesas e às Câmaras de Lavoro italianas, porém, apresentando maior solidariedade intersindical e grande autonomia frente o governo (TRAGTENBERG, 1987, p. 33).

Sobre a CNT – Confederação Nacional dos trabalhadores –, conforme coloca Tragtenberg (1987), em 1936 ela agrupava um milhão de aderentes, em uma população de 24 milhões e, conforme sua declaração de princípios lutava pela realização do comunismo libertário, caracterizado pela autogestão social.

Conforme apontam Nascimento (2007) e Tragtenberg (1987), em 1936 formase uma aliança inédita na história, constituída por comunistas, socialistas e anarquistas, que consegue uma significativa vitória eleitoral. Assim:

No dia 19 de julho de 1936, um grande acontecimento: a vitória eleitoral da FRENTE POPULAR; milhares de iniciativas foram surgindo: comitês locais nas regiões e províncias, como novos órgãos de poder. Barcelona é o símbolo deste movimento de conselhos e comitês de trabalhadores. Os restaurantes, hotéis de luxo, cabarés, foram requisitados pelas organizações operárias e tornam-se ‘comedouros populares’. Cada comitê tinha sua imprensa e sua emissora de rádio. Com exceção da Catedral, várias Igrejas foram queimadas; dezenas de milhares de fuzis foram distribuídos nas cidades. As portas das prisões foram abertas. Em todas as cidades existiam comitês populares, eleitos quase sempre em assembléias gerais, como no caso das fábricas. (...). Estes comitês tinham um traço comum: apropriação do poder local, com funções executivas e legislativas. Em Barcelona, o conselho das milícias foi criado após a dissolução da Força Pública e do Exército. O poder real estava nas mãos dos operários armados e dos comitês populares. (NASCIMENTO, 2007, acesso 31/10/2007).

Em geral, os Comitês operários ou de camponeses formavam-se no campo e na cidade de uma região. Atuavam eliminando e/ou subordinando as juntas municipais. Eliminavam o aparato estatal local (burocrático, policial, militar, fiscal), e assumiam todo o poder local, organizando ou reforçando a Milícia para combater os militares fascistas. Faziam parte dos comitês várias organizações políticas e sindicais. Conforme Nascimento, “Os Comitês surgiram em várias regiões, por exemplo: em Aragão, a Coletividade Agrícola aglutina 400.000 camponeses; no Levante, 500.000 camponeses; em Nuova Castilha, 230.000” (2007, acesso 31/10/2007).

Conforme Nascimento (2007) e Tragtenberg (1987), a experiência na Espanha apontava para uma autogestão que abrangia as dimensões políticas e econômicas, por meio de instituições e mediações criadas pelos próprios trabalhadores e camponeses. Assim:

Na Espanha, durante a revolução de 1936-39, as coletividades libertárias foram donas de sua produção, de seu excedente econômico, em que as assembléias exerceram a democracia direta, nomeando os comitês e designando delegados por setores ou por grupos de trabalho, atuando com

plena liberdade, independentemente do Estado (NASCIMENTO, 2007, acesso 31/10/2007).

Nesse sentido, conforme Tragtenberg (1987), o princípio básico que distinguia as colonizações de outras formas organizações suscitadas por meio de movimentos revolucionários, era a forma de propriedade e de controle, que estavam sob o domínio dos verdadeiros sujeitos da revolução – os trabalhadores.

Ocorrida durante um período de intensa agitação mundial, as colonizações espanholas – os trabalhadores – não conseguiram resistir frente à repressão, tanto da burguesia, que reclamava pela democracia burguesa, quanto aos interesses dos principais atores da grande guerra mundial. Assim:

Enquanto isso, Hitler enviava a divisão Condor, cujos aviões dizimavam cidades abertas, e Mussolini mandava sua marinha cercar os portos espanhóis, além da infantaria para apoiar as tropas de Franco. O resultado é conhecido. Utilizando como ideologia o mito da “cruzada”, apoiado por Hitler, Mussolini e pelas velhas classes dominantes, juntamente com a cisão das esquerdas espanholas, (...), Franco vence a guerra civil. Inaugura-se um longo período ditatorial que durou meio século (TRAGTENBERG, 1987, p. 50).

Conforme aponta Mintz (2002), talvez a principal lição da revolução espanhola seja sem dúvida que “a autogestão é uma necessidade que aparece cada vez mais nos conflitos patrões/empregados” (MINTZ, 2002, p. 88). Mintz (2002) continua sua reflexão sobre a revolução espanhola com a seguinte pergunta: “Como explicar que a autogestão surja em casos tão dessemelhantes quanto a Espanha de 1939, a França em 1968 e a Polônia em 1970?” (MINTZ, 2002, p. 88).

Respondendo a essa questão, Mintz (2002) aponta que mesmo sendo as condições sociais e econômicas diferentes, da mesma forma que os períodos históricos, o fator essencial era a vida dos trabalhadores e o ambiente de trabalho. Assim:

Os trabalhadores, confrontados todos os dias no trabalho, desejam controlá-lo. Cada momento de crise oferece-lhes uma possibilidade de materializar suas reivindicações obscuras, pois elas mesclam o sonho de uma vida melhor à concretude da mudança social. Tendo em vista que o trabalho é o primeiro obstáculo a resolver, naturalmente os trabalhadores encontram a solução de organizar eles próprios as tarefas, a autogestão (MINTZ, 2002, p. 88).

3.4 A experiência iugoslava de autogestão: outras lições.

De acordo com Nascimento (2007), os primeiros passos no rumo da experiência autogestionária iugoslava foram criados durante a insurreição popular da guerra de libertação (1941-1945), que criou novos órgãos revolucionários de poder: os comitês populares de libertação. “Estes comitês populares, com uma dinâmica de democracia direta e de “autogoverno”, eram responsáveis pela gestão dos bens e da economia pública dos territórios liberados” (NASCIMENTO, 2007, acesso 31/10/2007).

É importante ressaltar que naquele contexto, mais precisamente em 1945, em que a Iugoslávia se libertava dos nazistas, “existia um Estado que forjava o curso da guerra dos guerrilheiros, e esse Estado era stalinista, Estado totalitário de partido único” (GUILLERM & BOURDET, 1976 p. 131), onde cabia aos dirigentes do partido a direção exclusiva das empresas e das economias em geral. “O povo era explorado pela nova classe, como em qualquer regime de capitalismo burocrático” (GUILLERM & BOURDET, 1976 p. 131).

Torna-se evidente que, malgrado essa exploração pelo capitalismo de Estado (sutilmente banalizado de centralização pelos teóricos do regime), a população foi, nos primeiros tempos, favorável a expropriação dos padrões privados (em geral colaboradores) e à sua substituição pela burocracia do Partido, que se apresentava como patriota (e que o era efetivamente) e socialista. Ali, como na Tcheco - Eslováquia e na Polônia, a burocracia mereceu largo assentimento das massas operárias e, durante alguns anos, desempenhou papel “progressista” (reorganizando a economia sobretudo manutenção da independência do país) (GUILLERM & BOURDET, 1976, p. 131).

Mas era justamente a sua relativa independência política – que se dava por meio de um acordo entre Stalin e Churchill – que estava sob ameaça. Conforme apontam Guillerm e Bourdet (1976), sendo o interesse americano econômico, e não especificamente de uma estratégia militar, caso a ameaça soviética realmente efetivasse, a Iugoslávia de Tito teria que se defender sozinha, como fez contra “o enorme poderio nazista mediante uma guerra de guerrilhas” (GUILLERM & BOURDET, 1976 p. 132).

Contudo, naquele contexto a burocracia de Tito perdia pouco a pouco a popularidade que ganhara no período entre 1941 a 1945. A estagnação econômica e a exploração dos trabalhadores – no sustento dos dirigentes comunistas –, era cada

vez mais visível, e a burocracia do Partido dirigente, a divisão entre dirigentes e dirigidos era nítida (GUILLERM & BOURDET, 1976). Conforme apontam Guillerm e Bourdet (1976), a burocracia tinha que reconquistar as massas. Assim:

As massas estavam contra Stalin, mas elas também estavam passivas. A burocracia devia, por conseguinte, conciliar as massas e, em primeiro lugar, a classe operária. Os decretos sobre a autogestão de 1950 ressoldaram os operários e “sua” classe dirigente (GUILLERM & BOURDET, 1976 p. 132).

Não obstante os decretos servirem de manobra política, e terem sido instituídos pela burocracia – de cima para baixo –, a pressão dos operários e de alguns comitês de fábricas que se originavam espontaneamente, traduziam que os trabalhadores já não aceitavam não participar e ter controle sobre as atividades produtivas na qual estavam inseridos. Conforme escrevem Guillerm e Bourdet (1967):

Todavia, se a burocracia podia conceder a (co)-gestão das fábricas aos operários, não podia permitir nem a gestão da economia (suprimir a planificação centralizada) nem a da política (suprimir o exército, a polícia, o partido – ou seja, o Estado). Não só a burocracia mantinha a dualidade de antiproletária entre a economia e a política mas, no setor de liberdade que deixava ao proletariado no seio da economia, ela se reservava a parte do leão (ou do rei): a gestão central, ao nível das Repúblicas como ao nível da Federação. Jamais se viu, no curso da história, nenhuma classe dirigente, por maior que seja sua boa vontade, operar um suicídio coletivo – negando-se como classe: semelhante noção de suicídio a uma classe é uma monstruosidade sociológica (GUILLERM & BOURDET, 1976 p. 133).

Assim, os decretos instituídos pela burocracia do partido, na verdade, instalavam um tipo de co-gestão operária, que se aproximava de uma autogestão em sentido amplo – autogestão *lato sensu* –, o que era possível devido à especificidade dos conselhos e o sistema democrático instituído por eles, mas que ainda assim, estavam subordinados ao poder de Estado que pertencia a burocracia do partido.

Dessa forma, “as funções opressivas do Estado, exército e polícia estão longe de ser afetadas pelo vírus democrático” (GUILLERM & BOURDET, 1976, p. 135). Conforme estudo estatístico de Albert Meister (*apud* GUILLERM & BOURDET, 1976, p. 135-136), a infiltração política do partido único nas instituições criadas pelos trabalhadores era consideravelmente grande.

A percentagem de seus membros é de 31,2 % nos conselhos operários, de 41,5% nos comitês de administração, de cerca de 60% nos organismos comerciais, e de 83% nos conselhos de bairro. (...). Malgrado as “conferências de unidades de trabalho”, quanto mais se procura chegar à cúpula, mais o controle se aperta. Só se respira com certa liberdade na base (MEISTER apud GUILLERM & BOURDET, 1976, p. 135-136).

A questão então para os iugoslavos – que contavam com uma democracia na base, por meio dos conselhos operários, mas que se “perdia” nas camadas mais altas da pirâmide –, era como iniciar o definhamento do Estado, como suprimir a burocracia partidária, como ampliar a autogestão para a dimensão econômica, para a planificação da economia.

Uma coisa com a qual os iugoslavos contavam era com a experiência soviética que, em nome da burocracia partidária, tinha instituído a direção das empresas a uma direção única, da qual, como visto na seção sobre os *soviets*, foi um dos fatores de burocratização da democracia direta que se instituíam.

Como visto, a Iugoslávia parecia estar dividida em duas classes: de um lado os trabalhadores, e de outro a burocracia partidária, que contava com os dirigentes e o poder do exército. Conforme apontam Guillerm e Bourdet (1976) sobre os acontecimentos e possibilidades de mudanças:

Além de um exército e de uma polícia, o Estado iugoslavo dispõe de uma administração “todo-poderosa”. A primeira etapa para o definhamento do Estado poderia ser a autogestão das comunas ou distritos, fazendo assim a Iugoslávia uma federação de unidades territoriais autônomas (centralizadas por um parlamento – congresso – das comunas), um pouco a maneira como a Comuna de Paris queria reorganizar a França e reconstruir a unidade da nação. De 1950 a 1965 parece que se caminhou formalmente neste sentido: maior autonomia das comunas, ou seja, ao mesmo tempo, independência destas em relação aos Estados e o reforço de seu poder econômico mediante uma simbiose dos conselhos comunais e dos conselhos operários um terço dos delegados de uns no âmbito dos outros, e vice versa) (GUILLERM & BOURDET, 1976, p. 139).

Não obstante, em 1965, por meio de uma reforma instituída pela burocracia do partido, que constituída em dar mais liberdade às empresas, grosso modo, “a supressão quase total do planejamento, “economia socialista de mercado”” (GUILLERM & BOURDET, 1976, p. 142), a instauração da “ditadura” da mercadoria, da lei da oferta e da demanda, da lei do valor com todos os seus males: “desigualdades espantosas, trabalho infernal, frenesi de consumo, criação permanentes de necessidades, “danos”, destruição da natureza, etc.” (GUILLERM & BOURDET, 1976, p. 143).

Em suma, apesar de a autogestão processada na Iugoslávia seja um tema muito mais complexo do que o exposto aqui, principalmente no que concerne à disputa de poder entre base e burocracia, das instituições criadas pelos trabalhadores e a articulação que elas alcançam, entre as diversas lições que a experiência iugoslava deixa, pode ser vista na passagem do texto de Guillerme e Bourdet (1976):

Não devemos lançar uma conclusão: limitemo-nos a verificar a conquista histórica da autogestão iugoslava no que ela tem de mais universal: a saber, que durante longo período a entrega das fábricas aos operários, longe de desfechar uma regressão econômica, foi acompanhada de uma taxa de crescimento “à japonesa” (7% por ano, exatamente para a Iugoslávia e 8% para o Japão). A abolição do taylorismo, com a divisão do trabalho, as cadências e tudo o que esse método provoca (mestria, cronômetro, policiais diversos) não fez baixar a produtividade (GUILLERM & BOURDET, 1976, p. 144).

3.5 Síntese das experiências e/ou tentativas de autogestão: as lições e o conceito de autogestão.

De acordo com as experiências supracitadas, no que concerne às tentativas de autogestão *lato sensu*, a saber; a Comuna de Paris, os *soviets*, as colonizações espanholas e a autogestão da Iugoslávia, ainda que sejam fatos que necessitam de um estudo muito mais profundo e abrangente do que o aqui exposto, a principal consideração que se lança mão é que não é possível pensar em autogestão *lato sensu* com a presença do Estado nos moldes tradicionais.

Nesse sentido, a autogestão *lato sensu* continua a ser uma utopia, ou seja, ainda não se realizou plenamente, mas apenas como tentativas. É importante, porém, ressaltar que o sentido de utopia aqui apresentado não significa algo impossível de se realizar, mas um caminho que se persegue, que ilumina a trajetória, que faz com que os grandes sonhos da humanidade, como o sonho de igualdade, liberdade e fraternidade não seja uma eterna ideologia, mas um projeto, uma perspectiva de vida, uma mudança radical rumo à emancipação humana.

Assim, diferente da autogestão *stricto sensu* – que não deixa de ser um avanço para os trabalhadores –, a autogestão *lato sensu* não se realiza abrangendo somente a esfera da administração de uma unidade produtiva ou, na melhor das hipóteses, abrangendo a economia de um país, mas sua generalização deve tomar

a dimensão de todas as estruturas sociais e econômicas, configurando assim num novo significado à esfera do político. Conforme arrisca uma conceituação, para Guillerme e Bourdet:

O que chamamos de autogestão é outra organização nacional (ou ainda, uma federação de nações de vocação mundial) que suprime o capitalismo e o estatismo em benefício de um conjunto de cooperativas igualmente associadas segundo um plano elaborado pela soma de necessidades e dejetos. (...) a autogestão é uma transformação radical, não somente econômica, mas política, levando-se em conta que ela destrói a noção comum de política (como gestão reservada a uma casta de políticos) para criar um outro sentido à palavra política: a saber, a manipulação, sem intermediários e em todos os níveis, de todos os “seus negócios” por todos os homens (GUILLERM & BOURDET, 1976, p. 30-31).

Assim, pensar a autogestão é, a rigor, negar o trabalho alienado, o trabalho abstrato, a mercadoria, a lei do valor, transformar a atividade produtiva alienada e estranhada em auto-atividade, promover a libertação das potencialidades humanas em sentido pleno, dar um salto qualitativo radicalmente novo, enfim, nessa perspectiva histórica, a autogestão efetiva (aqui conceituada de “autogestão *lato sensu*”) significa dar fim a pré-história e à crise da civilização e começar a verdadeira história.

4. A economia solidária na agenda das Políticas Públicas: instituições, fomento e marco jurídico no Brasil.

Não obstante não seja o objetivo deste trabalho fazer um levantamento de todas as instituições de fomento, assim como das políticas públicas que se inserem a partir das demandas criadas a partir da década de 90, faz-se necessário identificar e analisar as principais instituições, bem como a qualidade das suas intervenções (o que inclui problematizar o tipo de “autogestão” fomentada), para entender até que ponto a economia solidária está inserida na agenda de políticas públicas do atual governo, assim como sua luta inicial por um marco jurídico.

Como já relatado, o cooperativismo chegou ao Brasil no começo do século XX, trazido por emigrantes europeus. Em início, as principais cooperativas que se instalaram foram de consumo nas cidades, e agrícolas no campo. Conforme já colocado, as cooperativas de consumo, principalmente nas décadas recentes, não

resistiram à concorrência com as grandes redes de hipermercados e as cooperativas agrícolas, que em sua grande maioria, se tornaram grandes empreendimentos de agroindústrias.

É importante ressaltar que em ambos os casos, grande parte das pessoas que dirigiam e operavam não eram cooperadas e, desta forma, não se tratavam de empreendimentos autogestionários, ainda que fosse considerado um tipo de autogestão que, como já visto, operasse apenas restritamente, grosso modo, apenas dentro dos muros da fábrica.

Conforme coloca Singer (2002), a economia solidária (re) surge no Brasil com a crise suscitada entre as décadas de 1980 e 1990, quando ocorreu um grande aumento do contingente de desempregados e de falências de empresas. Conforme o próprio Singer (2002) aponta:

Com a crise social das décadas perdidas de 1980 e de 1990, em que o país se desindustrializou, milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando desemprego em massa e acentuada a exclusão social, a economia solidária reviveu no Brasil. Ela assumiu em geral a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades, mas sempre autogestionárias (SINGER, 2002, p. 122).

Sobre as instituições que surgiram no apoio e fomento de iniciativas solidárias, de acordo com Singer (2002), a Cáritas, entidade ligada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB –, foi uma das entidades pioneiras e de grande visibilidade ainda no início dos anos 80, por meio dos projetos denominados PACS – Projetos Alternativos Comunitários (SINGER, 2002).

Uma boa parte dos PACS destinava-se a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres de nossas metrópoles e da zona rural das diferentes regiões do país. Uma boa parte dos PACS acabou se transformando em unidades de economia solidária, alguns dependentes ainda da ajuda caritativa das comunidades dos fiéis, outros conseguindo se consolidar mediante a venda de sua produção no mercado. Há PACS que em assentamentos de reforma agrária, liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), confluindo com cooperativismo agrícola criado pelos trabalhadores sem-terra (SINGER, 2002, p. 122).

De acordo com as informações encontradas no site da Cáritas³⁰, de 2004 a 2007, cerca de 10 mil trabalhadores/as associados/as – cerca de 2 mil grupos – foram apoiados – por cerca de 600 agentes Cáritas de 120 entidades-membros –

³⁰ Disponível em: <http://www.teste.caritasbrasileira.org/programas.php?id=3> .

por meio do fortalecimento de redes de cooperação de produção, comercialização e consumo.

Uma conquista apontada por Singer (2002), foi a criação em 1991 da Anteag – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão. Conforme descreve Singer (2002), em meio à falência de suas empresas, a alternativa encontrada pelos trabalhadores foi assumir a massa falida e a transformação da antiga empresa capitalista em cooperativas autogestionárias. No que concerne à Anteag, ela mesmo surgiu pela iniciativa dos trabalhadores da empresa de calçados Markerli, de Franca, que entrou em processo falimentar (SINGER, 2002).

Outra importante associação que surgiu com a mesma atividade de fomento e apoio à transformação de empresas em crise em cooperativas de seus trabalhadores é desenvolvida pela União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo – Unisol (SINGER, 2002).

Uma peça de importante desse “quebra-cabeça” no contexto que se insere a economia solidária são as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITPC. Trata-se de incubadoras universitárias, que contam com a presença de professores, alunos de graduação e pós-graduação, tendo como objetivo dar apoio técnico, logístico e jurídico aos grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto.

Mas entre os fatos citados, a grande conquista até o atual momento histórico foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES –, no âmbito do Ministério da Trabalho – MTE – em 2003. Conforme coloca Mance sobre a seqüência de acontecimentos (2007).

Em nosso país, o crescimento da Economia Solidária enquanto movimento – ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas no que diz respeito a sua inserção nas cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno, cada vez mais se orientando rumo a uma articulação nacional, configuração de redes locais e uma plataforma comum –, dá um salto considerável a partir das várias edições do Fórum Social Mundial, espaço privilegiado onde diferentes atores, entidades, iniciativas e empreendimentos puderam construir uma integração que desembocou na demanda ao recém eleito presidente Lula pela criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Simultaneamente à criação desta Secretaria, foi criado na III Plenária Nacional de Economia Solidária o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), representando este movimento no país. Com estas duas instâncias, somadas ao processo de construção de um campo da Economia Solidária no interior da dinâmica do Fórum Social Mundial, podemos dizer que a Economia Solidária no Brasil

passou por um crescimento e estruturação muito grandes (MANCE, 2007, acesso, 31/10/2007).

No que concerne à atual arena de luta política em que se encontra a economia solidária, na busca por um marco jurídico e por legislações específicas, o grande desafio até o momento tem sido as contradições da Lei 5.764/71 para os empreendimentos solidários e as autênticas cooperativas “autogestionárias”, e a pressão política exercida pela Organização das Cooperativas do Brasil – OCB. Sobre as disputas entre a OCB e a economia solidária, coloca Mance (2007):

Há, contudo, uma outra corrente no campo do cooperativismo que propõe mudar a atual legislação no sentido de abranger o conjunto das experiências do campo da economia solidária. Este posicionamento leva ao estabelecimento de um determinado campo de conflito e de forças, introduzindo as questões em debate, como unicidade de representação e registro do sistema cooperativista e número mínimo de cooperados. Segmentos do movimento de economia solidária, defendendo a liberdade de organização e os princípios constitutivos da Economia Solidária, divergem do cooperativismo representado pela OCB (MANCE, 2007, acesso 31/10/2007).

Assim, muitos dos empreendimentos de economia solidária acabam ficando na informalidade, pois não possuem o número mínimo de 20 sócios, de acordo com a Lei 5.764/71, para formalização da cooperativa. Ainda sobre as divergências quanto às propostas e, principalmente, à ideologia, descreve Mance (2007):

Com efeito, muitas cooperativas vinculadas à OCB não adotam os princípios anteriormente referidos da economia solidária não se podendo, portanto, inscrever essa entidade nacional no campo da Economia Solidária. Por outro lado, uma parcela das cooperativas a ela associadas se identificam com a economia solidária e almejam que a OCB venha a assumir uma posição de compromisso com o avanço da Economia Solidária e com a sua própria autotransformação nessa perspectiva. Por outra parte, destaca-se ainda que diversas formas organizativas da economia solidária tais como grupos de trocas com moeda social, entidades solidárias de microfinanças e de comércio justo não se conformam aos parâmetros da legislação cooperativa (MANCE, 2007, acesso 31/10/2007).

Não obstante a luta que vem sendo travada entre a OCB e o conjunto de atores e instituições de economia solidária, também fazem parte das reivindicações dos atores envolvidos que outras leis relacionadas ao tema sejam modificadas para “recepcionarem” melhor as demandas suscitadas e construídas socialmente.

Assim, percebe-se aqui a necessária luta de criar/atualizar leis específicas trabalhistas, código civil, tributárias e previdenciárias para a especificidade de um

projeto de economia solidária; criar uma legislação, lei de falência, lei de licitação, reforma tributária, etc. Enfim, são uma série de mudanças para que as relações de trabalho não sejam ainda mais precarizadas ou mesmo para que se reverta tal tendência para outros patamares de relações sociais.³¹

Devido à amplitude que se pode observar no que concerne às mudanças jurídico-legais, para que o trabalho exercido por meio de empreendimentos solidários não seja mais precarizado – principalmente no que concerne às estratégias capitalistas de terceirização de funções sem muito valor agregado para cooperativas, com o intuito de reduzir custos e obrigações trabalhistas –, tem-se na seqüência algumas das propostas discutidas.

Conforme coloca Mance (2007), embora a luta que se dá em torno da Lei 5.764/71 seja o foco das atenções, outras disposições, são de suma importância. Destaca-se aqui: a Lei das falências, a Lei das licitações e as leis específicas de trabalho.

Sobre a Lei das falências, a questão discutida e a reivindicação almejada seria que o Estado facilitasse a aquisição de empresas falidas pelos trabalhadores sem que esses “herdem” o passivo – as dívidas – da aludida empresa.

No que concerne à Lei das licitações, faz-se necessário rediscutir a legislação em vigor 8.666, que impossibilita a compra e venda de produtos da economia solidária e estabelecer critérios diferenciados para os empreendimentos de economia solidária. Em outras reivindicações que estão sendo feitas, destaca Mance (2007):

Elaboração de uma nova legislação para empresas autogestionadas, considerando aspectos como o número de participantes, não-obrigatoriedade da unicidade da representação, acesso ao crédito, diferenciação tributária, mudança no caráter do benefício do INSS para quem é cooperado e ao mesmo tempo respeitando as diferentes concepções de cooperativismo (MANCE, 2007, p. 22, acesso 31/10/2007).

Assim, como colocado, devido ao crescimento dos empreendimentos de economia solidária, são demandas que devem ter nas pautas de discussões. Em suma, antes de passar para a análise e reflexão sobre os casos estudados diretamente – *in loco* –, para que sirva para algumas comparações, e dar uma

³¹ É importante não perder de vista que as cooperativas populares estão crescendo e, sendo funcionais ou não ao capital, elas devem ser regulamentadas, pois as chamadas “coopergatos”, que são cooperativas formadas muitas vezes por empresários para diminuir seus gastos e precarizar ainda mais as relações trabalho – não pagando FGTS, 13º salário, etc. – são uma realidade.

dimensão nacional de economia solidária, apresentar-se-á alguns dados quantitativos apresentados pela SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária.

4.1 Os números da economia solidária.

Todos os números apresentados nesta seção se referem aos números obtidos pelo mapeamento realizado pela SENAES, do qual se originou o Atlas da Economia Solidária 2005 e cristalizou o Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária – SIES³² –, que é um banco de dados eletrônico, com acesso ao público.

Sobre a disposição nacional, conforme demonstra a tabela 2, foram identificados 14.954 empreendimentos solidários em 2.274 municípios do Brasil (o que corresponde a 41% dos municípios brasileiros). Considerando a distribuição territorial, há uma maior concentração dos EES na região Nordeste, com 44%. Os restantes 56% estão distribuídos nas demais regiões: 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 12% na região Centro-oeste e 17% na região Sul.

Tabela – 2 Quantidade e percentual de EES por unidade da Federação/Região.

UF	Nº de EES	% EES	Nº de Municípios	% Municípios/Total de municípios
RO	240	1,6%	40	75%
AC	403	2,7%	20	87%
AM	304	2,0%	32	51%
RR	73	0,5%	14	88%
PA	361	2,4%	51	35%
AP	103	0,7%	13	76%
TO	400	2,7%	84	60%
NORTE	1.884	13%	254	56%
MA	567	3,8%	73	33%
PI	1.066	7,1%	83	37%

³² Disponível em <http://www.sies.mte.gov.br/>.

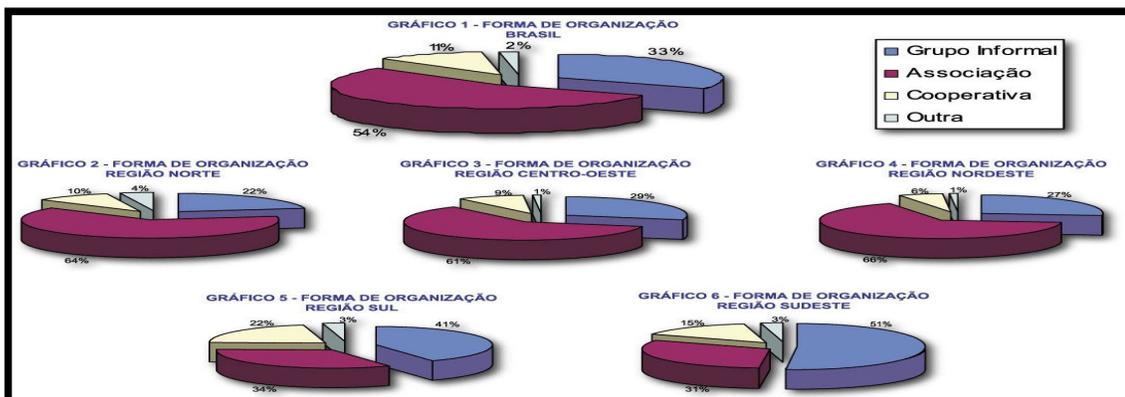
CE	1.249	8,4%	134	72%
RN	549	3,7%	77	46%
PB	446	3,0%	101	45%
PE	1.004	6,7%	129	69%
AL	205	1,4%	48	47%
SE	367	2,5%	63	83%
BA	1.096	7,3%	153	37%
NORDESTE	6.549	44%	861	48%
MG	521	3,5%	101	12%
ES	259	1,7%	59	75%
RJ	723	4,8%	82	88%
SP	641	4,3%	147	23%
SUDESTE	2.144	14%	389	23%
PR	527	3,5%	109	27%
SC	431	2,9%	133	45%
RS	1.634	10,9%	270	54%
SUL	2.592	17%	512	43%
MS	234	1,6%	25	32%
MT	543	3,6%	91	65%
GO	667	4,5%	127	51%
DF	341	2,3%	15	83%
CENTRO- OESTE	1.785	12%	258	53%
TOTAL	14.954	100,0%	2274	41%

Fonte: SENAES, 2005.

Quanto à forma de organização, os empreendimentos econômicos solidários estão distribuídos em: cooperativas, associações, grupos informais e outros (Sociedades Mercantis etc.). No Brasil, de acordo com a Figura 1, a maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação (54%), seguida dos Grupos Informais (33%) e Organizações Cooperativas (11%) e outras formas de organização (2%).

Esta distribuição é ainda diferenciada de acordo com as regiões, sendo que nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste predomina o perfil nacional, diferentemente das regiões Sul e Sudeste onde há uma menor participação das associações e maior participação dos grupos informais.

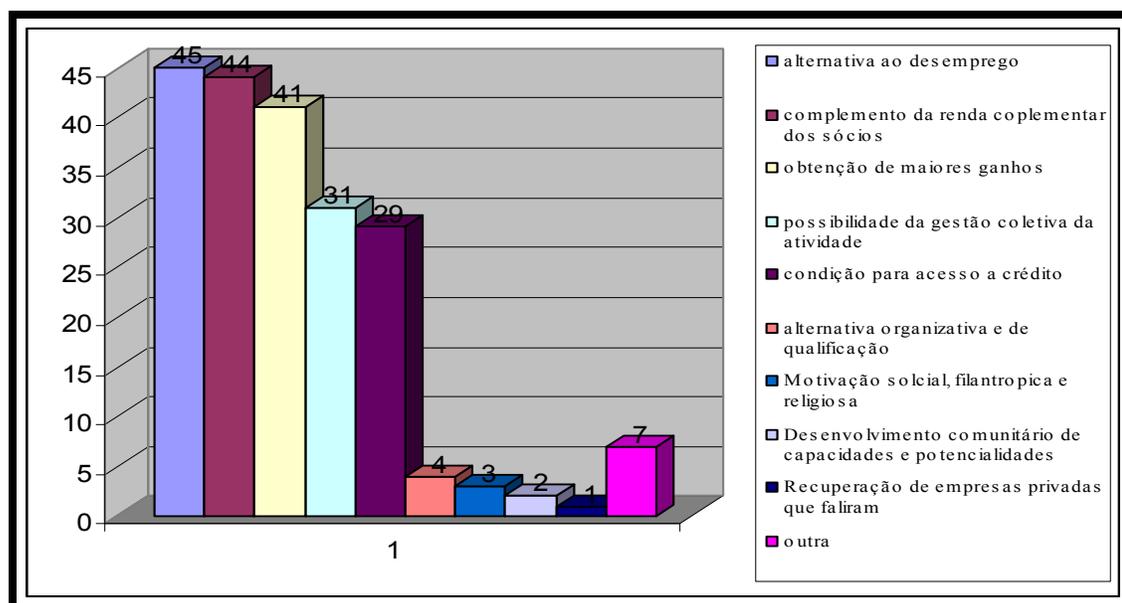
Figura 1 – Formas de Organização.



Fonte: SENAES, 2005.

Um outro dado importante observado no Atlas de Economia Solidária 2005 diz respeito aos motivos que levam a criação dos empreendimentos econômicos solidários. Conforme aponta o Gráfico 1, as três principais foram a alternativa ao desemprego (45%), complemento da renda dos sócios (44%) e obtenção de maiores ganhos (41%).

Figura 2 – Motivos para a criação dos EES no Brasil.



Fonte: SENAES, 2005.

Uma vez apresentado a abrangência da economia solidária de forma nacional, ou simplesmente, uma visão panorâmica do movimento a partir dos dados oficiais expostos, observados no Atlas de Economia Solidária 2005, ainda que tenham sido aqui “recortados” para melhor atender aos propósitos deste trabalho, o caminho agora segue com os casos estudados diretamente.

Nesse sentido, se até o momento da exposição aqui desenvolvida, procurou-se expor, dialogar e refletir com os interlocutores de forma teórica, segue-se agora para uma análise mais próxima do objeto, não obstante as impressões e discussões desenvolvidas continuem revestidas pela opção teórico-metodológica de apreender a realidade, de buscar a essência do movimento, de caminhar sempre amparado pela historicidade e pela totalidade.

SEGUNDA PARTE

METODOLOGIA DE PESQUISA

A natureza da pesquisa aqui apresentada é estritamente qualitativa, ainda que se utilize de dados quantitativos e inferências estatísticas em alguns momentos, sendo entendidos aqui como ferramentas e dados de apoio no tratamento do objeto de pesquisa estudado.

A opção pelo método qualitativo de pesquisa faz-se necessária devido aos objetivos e ao método de abordagem aqui empregado. Reforçando o que já foi colocado, a preocupação fundamental desta pesquisa é refletir sobre os aspectos substantivos que se inserem nos empreendimentos autogestionários, sobre suas possibilidades e seus limites.

Conforme Lazarsfeld (*apud* HAQUETTE, 2005), o método qualitativo é adequado quando a atenção se direciona: onde a situação qualitativa substitui as informações estatísticas relacionadas a épocas passadas; quando a evidencia qualitativa é usada para captar dados subjetivos, que são reprimidos e não facilmente articulados, como atitudes, motivos, pressupostos, etc.; situações nas quais simples observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento complexo de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submissão à observação direta.

Sobre o tipo da pesquisa, ou seja, se a pesquisa é compreendida como descritiva ou exploratória, algumas observações precisam claramente ser entendidas. A primeira observação é que a forma de abordar e apreender aqui desenvolvida foi a dialética, mais precisamente, o materialismo histórico e dialético.

Sendo assim, e entendendo que existem contradições epistemológicas nas diversas maneiras de explicar e representar os fenômenos da realidade, entende-se a pesquisa realizada como sendo exploratória, não obstante a abordagem que se desenvolve tenha como balizas fundamentais categorias amplas e históricas, sendo a análise do objeto de pesquisa realizada sempre levando em consideração a inter-relação do objeto com a totalidade reprodutiva.

Outra observação, é que ao utilizar-se da história para refletir sobre as determinações que colocam em movimento o objeto de pesquisa, utiliza-se também da descrição no espoco da pesquisa. Contudo, é importante ressaltar que não se

trata de uma descrição neutra, onde o pesquisador apenas “fotografa” a realidade, e sim, de uma exposição que busca a essência dos fenômenos, suas determinações, grosso modo, que busca desvendar – tirar o véu – dos acontecimentos.

Conforme colocam Cooper e Schindler (2003, p. 131), através da exploração “os pesquisadores desenvolvem conceitos de maneira mais clara”. Assim, por ser o objeto estudado um fenômeno atual, é importante destacar que algumas categorias já existentes são aperfeiçoadas e desenvolvidas para melhor explicar e demonstrar o posicionamento seguido.

Partindo então de categorias próprias de uma forma específica de abordagem, e ao considerar a pesquisa como sendo exploratória, devido ao fato de ser um fenômeno atual, para que não haja uma confusão epistemológica, uma última questão deve ser esclarecida.

O método de abordagem não se aplica apenas no tratamento do objeto de estudo e na análise dos resultados. Trata-se de uma abordagem que se verifica durante toda a exposição, ou seja, está presente em todo o trabalho, sendo o objetivo fundamental da exposição apresentar as principais determinações históricas que colocam em movimento as principais mudanças na base material e na superestrutura social.

1. Método de abordagem.

Partindo da forma de apreender a realidade, que a considera como essencialmente composta de contradições³³ e em permanente mudança, o método escolhido de abordagem do presente objeto de estudo – a economia solidária –, por conseguinte, foi o método dialético. Contudo, é importante definir e colocar a dialética em seu lugar, conforme Marx (1990, 2004), para que não se caia na armadilha do idealismo.

Dessa forma, entende-se aqui que o espírito, a consciência – a atividade abstrata em geral – não é o verdadeiro sujeito histórico, como fez Hegel (*apud*

³³ “O trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza ele produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (MARX, p. 80, 2004).

MARX, 2004) ao proclamar que o espírito era absoluto, e sim, que esse sujeito histórico só pode ser um, que é a própria *atividade* concreta do homem.

Nesse sentido, para Hegel, “o processo de pensamento – que ele transforma mesmo num *sujeito autônomo* sob o nome de idéia – é o demiurgo do real, que forma apenas o seu fenômeno exterior” (MARX, 1990, 22, grifos meus). Por outro lado, para Marx (1990), que foi discípulo de Hegel durante sua juventude, a dialética hegeliana está de cabeça para baixo, e precisa ser invertida. Com isso, inversamente de Hegel, “o ideal não é senão o material transposto e traduzido na cabeça do indivíduo” (MARX, 1990, 22).

Conforme explica Engels (*apud* LENIN, 2006) o fundamento da dialética é que o mundo não deve ser considerado como um complexo de processos de coisas *acabadas*, mas como um complexo de processos, “onde as coisas aparentemente estáveis sofrem, tal como seus reflexos intelectuais no nosso cérebro, os conceitos, uma ininterrupta mutação de devir e morrer...” (ENGELS *apud* LENIN, p. 18, 2006).

Sendo então, o modo de produção da vida material condicionador do processo de vida social³⁴, do processo de vida política em geral, e a consciência dos homens determinada pelo seu ser social (LENIN, 2006), é que se pretende investigar a economia solidária enquanto forma de organização de produção, inserida no capitalismo, analisando este modo de produção dominante, suas mudanças históricas e suas atuais necessidades enquanto sistema sócio-metabólico de reprodução. Assim, o caminho escolhido:

(...) portanto, não deriva de um acaso do caminhante sem rumo, mas de opção teórico-metodológica clara e explícita: aquela que concebe o real como uma totalidade concreta, saturada de determinações, mediações e particularidades interconectadas, que se entende a realidade social como um processo histórico, desenvolvido fundamentalmente mediante lutas de classes, portanto, com centralidade na categoria trabalho e nas contradições entre capital e trabalho, como um processo social que tanto tende a reproduzir sua dinâmica e estrutura (positividade) quanto contém sua negação, a possibilidade de transformação (MONTAÑO, 2003, p. 17).

Neste trabalho, a análise partirá de pressupostos de que a articulação cria unidades contraditórias, constituindo unidades de forças que se atraem e ao mesmo

³⁴ “A estrutura social e o Estado nascem constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas destes indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas tal como realmente são, isto é, tal como atuam e produzem materialmente e, portanto, tal e como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de sua vontade. (...) Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.” (ENGELS & MARX, 1993, p. 36-37)

tempo se negam. Para isso, o entendimento de algumas categorias fundamentais são imprescindíveis, permitindo uma análise que tenha fundamento metodológico e que possa explicar as diferentes formações históricas. Tais parâmetros de estudo estão explicitados na sub-seção: “Discussão das categorias fundamentais”.

2. Métodos de procedimento.

Como forma de procedimento, os métodos utilizados neste trabalho foram: o histórico, o comparativo e o método de estudo de casos. Dessa forma, pretende-se analisar o fenômeno por meio de sua construção histórica, sendo composto por uma síntese de múltiplas e complexas determinações. Conforme coloca Braverman (1987, p. 29), “toda a sociedade é um momento no processo histórico, e só pode ser apreendida como parte daquele processo”, devendo assim, o fenômeno – que no caso é a economia solidária – só pode ser entendido em um determinado tempo, espaço, e população.

Assim, o método histórico consiste em “investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje” (LAKATOS & MARCONI, p. 91, 2004), pois as instituições de cada época alcançaram sua atual forma por meio de alterações de suas partes, durante o decorrer da história, influenciadas pelos diversos contextos.

Já o método de estudo de caso, “se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se pesquisa profundamente” (GODOY, p. 25, 1995). Conforme coloca a autora Godoy (1995), o estudo de caso é apropriado quando existe pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados, e quando o foco de interesse se dá em fenômenos atuais, proporcionando a possibilidade de responder às questões de “como” e “por que” os fenômenos ocorrem.

Conforme Yin (2001, p. 19), o método de estudo de casos “representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em acontecimentos contemporâneos”. Ainda para o autor, o estudo de caso único não se difere dos estudos de casos múltiplos, sendo “duas variantes dos estudos dos projetos de estudo de caso” (YIN, 2001, p. 33).

No que concerne ao método comparativo, este pode ser entendido como o “estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades

ou povos” (LAKATOS & MARCONI, p. 92, 2004), tanto do presente, como do passado, ou entre existentes em momentos distintos da história, com o propósito de verificar similitudes e explicar divergências.

3. Casos estudados.

Em pormenores, a pesquisa utiliza-se de três casos distintos para analisar as diferentes variáveis que interessam a este trabalho, das quais cada estudo de caso proporciona uma melhor visualização. Dessa forma, os estudos de casos observados dizem respeito a empreendimentos econômicos solidários que existem em lugares, com histórias, e com tempo de formação, distintos.

Seguindo o mesmo caminho metodológico utilizado por Marx (1990), ao analisar o capitalismo no lugar onde se encontrava em sua fase mais avançada – uma chave para o entendimento das experiências menos avançadas – é que se elegeu para estudo o caso da Usina Catende Harmonia³⁵, localizada em Catende/Pe, por ser ela considerada por uma ampla literatura como o maior empreendimento de economia solidária do Brasil.

Nesse empreendimento solidário – a Usina Catende Harmonia –, as principais dimensões observadas foram: a história da formação da Usina, grosso modo, quais as principais determinações que levaram à sua existência; como é realizada a produção, focando a questão da propriedade individual e coletiva dos participantes; como está organizada a produção, focando a coordenação entre os produtores; como é a estrutura hierárquica do trabalho, focando a autogestão e os processos decisórios e estratégicos e; como é a relação desse empreendimento com empresas capitalistas e com o mercado em geral, focando as entradas e saídas de insumos.

O outro caso é a Cooperju – Cooperativa dos produtores assentados de Juncal – localizada em Naviraí/MS. Aqui, por se tratar de um empreendimento em processo de formação, que vem sendo acompanhado e incubado pela ITCP – Incubado Tecnológica de Cooperativas Populares – da UFMS, a observação que se dá é principalmente no que tange às dificuldades e ao processo de organização inicial.

³⁵ Para conhecer ou entrar em contato com a Usina Catende Harmonia, visitar: <http://www.catendeharmonia.com.br/>.

Nesse sentido, as principais dimensões observadas foram: a história da formação da Cooperju, grosso modo, quais as principais determinações que levaram à sua existência; quais os objetivos iniciais do empreendimento; qual a dimensão da participação de Instituições políticas e sociais no processo de formação e acompanhamento; quais as expectativas dos participantes em relação ao empreendimento; como é a relação desse empreendimento com empresas capitalistas e com o mercado em geral, focando assim as entradas e saídas de insumos.

O último caso estudado é um evento organizado pela ITPC/UFMS em parcerias com outras instituições, como a DRE – Delegacia Regional do Trabalho – e o Fórum Estadual de economia solidária. Trata-se de um evento intitulado “I Feira de Economia Solidária da UFMS”, realizado na própria UFMS, com objetivo de comercialização de produtores do Mato Grosso do Sul organizados nos “princípios” da economia solidária.

Neste evento, que contou com a participação de 40 (quarenta) empreendimentos econômicos solidários, as dimensões analisadas foram as mesmas dos dois primeiros casos, contudo, por se tratar de uma amostra considerável para o Estado, outras variáveis estão inseridas na análise, a saber: a renda dos produtores, analisando o “antes” e o “depois” do empreendimento; a inter-relação desses empreendimentos, focando a formação de redes; a motivação dos participantes, focando o que faz com que permaneçam nos empreendimentos e; as principais intenções e expectativas em relação à economia solidária.

Tabela 3 – Resumo das dimensões verificadas nos casos estudados.

Dimensões	Catende	EES da Feira	Cooperju
História do empreendimento	X		X
Realização da produção	X	X	
Organização da produção	X	X	
Estrutura hierárquica de trabalho	X	X	X
Processos decisórios	X	X	X
Comercialização	X	X	
Objetivos iniciais	X	X	X

Expectativas			X
Instituições de apoio	X	X	X
Renda	X	X	
Formação de rede	X	X	

Fonte: Elaborado pelo autor.

4. Instrumentos de coleta de dados.

Os dados e informações aqui apresentados foram coletados em dois momentos distintos, e também podem ser visualizados melhor em duas partes na exposição da pesquisa. Assim, na primeira parte, são apresentados os dados secundários, e na segunda parte, tratam-se de dados primários, embora também sejam apresentados dados secundários.

Sobre os dados secundários, que compõem o referencial teórico deste trabalho, da qual o presente autor buscou interagir de forma crítica e ativa, tratam-se de dados e informações encontrados em bibliografias consideradas aqui fundamentais. O principal objetivo desta etapa foi entender as categorias chaves e o movimento histórico, assim como as determinações mais fundamentais do movimento.

Já os dados primários, que são apresentados na segunda parte deste trabalho, foram coletados e observados *in lócus*, sendo o presente autor responsável diretamente pelas coletas, o que também proporcionou uma observação e contato direto com os casos estudados.

Na coleta dos dados primários, o principal instrumento de pesquisa utilizado foi o método de comunicação, ou seja, aplicação de questionários e entrevistas (MATTAR *apud* ACEVEDO & NOHARA, 2004). Uma curiosidade que ocorreu no decorrer da pesquisa de campo, é que o questionário aplicado (anexo 1) acabou servindo como um roteiro de uma entrevista. Assim, o que ocorreu foi que durante a aplicação do questionário surgiram várias questões e discussões sobre o assunto em pauta no questionário, o que acabou por se tornar uma entrevista semi-estruturada – o próprio questionário acabou se tornando uma espécie de roteiro de entrevista.

5. Análise dos dados

Sobre o tratamento dos dados observados e coletados, embora o método de abordagem dialético seja o principal eixo para as análises e reflexões, utiliza-se aqui da análise de conteúdo, para analisar os depoimentos e, principalmente, as conversas informais realizadas, uma vez que a própria entrevista e aplicação do questionário levou a uma série de outras indagações não previstas previamente.

Assim, utilizando-se da análise de conteúdo, que busca analisar profundamente as categorias e subcategorias encontradas durante o caminho escolhido (BARDIN, 1977), grosso modo, ir além da aparência dos discursos encontrados, a tentativa aqui desenvolvida foi a de analisar as posições dos entrevistados, isto por meio das categorias mais abrangentes desenvolvidas *a priori*, a partir da construção teórico-metodológica.

No que concerne aos dados quantitativos, quando possível, buscou-se compará-los com os números oficiais da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária –, servindo como um dos parâmetros para as discussões realizadas *a posteriori*.

Em suma, buscou-se aqui, a partir da análise dos casos, uma visão geral do movimento de economia solidária no Brasil e, com isso, fazer a inter-relação do aludido movimento com a totalidade, com o modo de produção capitalista, mesmo correndo o risco da “transcrição” de elementos e perspectivas do presente autor da pesquisa.

6. Síntese metodológica.

Em síntese, a metodologia aqui empregada pode ser entendida seguindo as seguintes orientações: uma abordagem dialética, que percorre toda a exposição do trabalho, buscando apreender sobre as principais determinações das grandes mudanças reprodutivas; uma pesquisa estritamente qualitativa, que busca entender aspectos subjetivos e qualitativos do objeto estudo e; uma pesquisa que utiliza métodos de procedimentos que buscam responder aos “por quês” da ocorrência dos fenômenos aqui estudados. A tabela a seguir resume a metodologia empregada:

Tabela 4 – Síntese metodológica.

Característica da pesquisa	Definição
Quanto à natureza	Qualitativa
Quanto ao tipo	Predominantemente exploratória
Quanto ao método de abordagem	Método dialético
Quanto aos métodos de procedimento	Estudo de casos, histórico e comparativo
Quanto aos instrumentos de coleta de dados	Dados secundários, questionários e entrevistas semi-estruturadas
Quanto à análise dos dados	Análise estatística, análise de conteúdo, inter-relação com a totalidade

Fonte: Elaborado pelo autor.

7. Discussão sobre as categorias fundamentais.

Como referências chave na problemática do objeto de estudo proposto, ressalta-se aqui desde já que os conceitos “emprego” e “trabalho” são categorias distintas, sendo que a categoria emprego pode ser entendida como uma construção histórica e determinada, e trabalho como sendo imprescindível para a própria existência humana, a “engrenagem” fundamental de todo o movimento histórico.

Sobre a categoria trabalho – que é central na abordagem aqui desenvolvida –, pode-se dizer que se trata de uma categoria que sempre foi alvo de discussões e reflexões, podendo ser entendida dialeticamente, ou simplesmente, contendo uma dupla dimensão: enquanto dimensão emancipadora e enquanto dimensão alienada, ou ainda, que cria e subordina concomitantemente.

Se o trabalho enquanto categoria central e fonte de valor é o que diferencia os homens dos animais, por meio da capacidade teleológica³⁶ dos homens, contudo, é também fonte de alienação e de desumanização (MARX, 2004). Pois sendo o trabalho não um fim em si mesmo, enquanto auto-atividade, auto-mediação, mas apenas um meio para outro fim, a saber, apenas um meio para o ser social poder

³⁶ Capacidade teleológica pode ser entendida como a prévia-idealização do agir, como a capacidade de pensar antes de agir, o que acaba por diferenciar os homens dos animais, sendo que estes agem e/ou laboram instintivamente. Exemplo: na construção de um vaso, a imagem do vaso pronto já está idealizada antes de se iniciar o trabalho.

“comer e reproduzir”, este ser está apenas produzindo para poder satisfazer necessidades puramente animais (MARX, 2004; MÉSZÁROS, 2006).

Assim, sendo impossível à vida humana e sua reprodução sem a produção material, sem o pôr em movimento do processo de trabalho, pode-se dizer que a aludida questão do trabalho – e, principalmente, a sua atual crise histórica – atinge toda a sociedade e sua reprodução sócio-metabólica.

O trabalho, enquanto categoria histórica, sempre acompanhou o homem, desde seu estado mais primitivo, ao mais avançado. Uma questão que vem sendo levantada –visto as mudanças socioeconômicas no decorrer dos últimos anos – é se a categoria trabalho é ainda central, tanto como *fonte de valor*, como enquanto *atividade emancipatória*.

Em Economia, alguns teóricos classificados como neoclássicos deslocaram o trabalho, entendido para os clássicos como fonte de valor – mesmo entre os de tradição positivista, como Adam Smith – para apenas um fator de produção, na forma aparente de mão-de-obra (MÉSZÁROS, 2006). Com isso, o valor das produções humanas – das mercadorias – para esses teóricos, passou a ser considerado apenas por sua utilidade – de caráter subjetivo –, e não mais pelo *quantum* de trabalho socialmente necessário, pelo trabalho em abstrato, conforme apontou Marx (1990).

Para os neoclássicos – que “atualizaram” o pensamento da economia clássica –, conforme colocava Alfred Marshall (*apud* HIGA, 2005), as relações sociais inseridas na racionalização do trabalho, tornam os trabalhadores mais qualificados, e o trabalho enfadonho e alienante estaria sendo eliminado, criando espaço para mais educação, lazer e exercício da “cidadania”.

Para Marshall (*apud* HIGA, 2005) quanto mais o avanço técnico reduzir o trabalho pesado a um mínimo, e esse mínimo for dividido em parcelas entre todos, “então se considerarmos as classes trabalhadoras como homens que não tenham trabalho excessivo a fazer, as classes trabalhadoras terão sido abolidas” (MARSHALL *apud* HIGA, 2005 p. 04).

Como pode ser observado para esse autor, principal representante da aludida escola neoclássica, a questão tecnológica é apresentada como uma força neutra, que tem um desenvolvimento autônomo frente às relações de produção. Conforme coloca Romero (2005), essa visão positivista e linear da história compreende a

questão tecnológica “para além das formações sociais de cada época, ou seja, para além da história” (ROMERO, 2005, p. 20).

De acordo com Furtado (1974), existe uma atitude ingênua que consiste em imaginar que o avanço tecnológico solucionará problemas de cunho estrutural, como se “a atual aceleração do progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los” (FURTADO, 1974, p. 20).

Da mesma forma que existe uma tentativa de “deslocar” a centralidade do trabalho enquanto fonte de valor, alguns autores, como Habermas (*apud* MONTAÑO, 2003), acreditam que a emancipação não deve resultar da transformação do trabalho heterônomo – principal forma de organização do trabalho no capitalismo – em auto-atividade, e sim, pela produção de “consensos”.

Para Habermas (*apud* MONTAÑO, 2003), a categoria central, responsável pelo salto ontológico do ser orgânico – aquele que reproduz o mesmo – para o ser social – aquele que reproduz “o novo” – não é o trabalho, e sim a esfera comunicacional, da intersubjetividade, grosso modo, da linguagem.

Assim, para Habermas, “o consenso e não a contradição e o confronto de interesses” (MONTAÑO, 2003, p. 95) seria o motor no processo de mudança social, o que leva a um claro esvaziamento das contradições entre capital e trabalho, entre proprietários e não proprietários. Com efeito, o que está implícito no pensamento de Habermas e de outros autores que deslocam a categoria trabalho da sua dimensão central, é a negação da luta de classes (ORGANICISTA, 2006).

Seguindo a roda da história, o que se vê – mesmo que na dimensão da aparência – no atual momento é uma diminuição do tempo e do espaço, a idéia de uma aldeia cada vez mais global e de um mundo cada vez mais unificado. Novos conceitos como desterritorialização e internacionalização são introduzidos, e a ideologia de um mundo sem fronteiras é pulverizada.

Trata-se então de um fenômeno antigo – a globalização –, mas com novas e complexas vestimentas. Este pode ser visto como uma grande fábula, pois esconde uma série de antagonismos de dimensões vultosas, entre eles, a incapacidade de resolver problemas fundamentais para a própria manutenção do sistema, como o desemprego (SANTOS, 2000).

Conforme aponta Mézáros (2007), a própria idéia de globalização é totalmente contraditória e inatingível. As contradições entre produção e controle, entre produção e consumo, entre produção e circulação, entre concorrência e

monopólio, entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, citando apenas algumas, operam com um potencial centrífugo, caracterizando o sistema do capital como incontrolável e anárquico.

Com isso, observado à aversão ao planejamento que o sistema do capital apresenta em sua totalidade, pode-se observar uma crescente transformação das forças produtivas, historicamente criadas por toda a humanidade em forças destrutivas, tendo como resultado grandes desperdícios e aumento das múltiplas contradições. Pode-se aqui ainda colocar, que o caminho predestinado do capital, de unificar o mundo por meio da regulação econômica livre e global, dada às contradições apontadas, cada vez mais se torna inatingível (MÉSZÁROS, 2007).

Se o capital, conforme aponta Mézáros (2007), têm em suas partes constituintes milhares de anos, ou seja, que antecede e transcende ao próprio sistema capitalista, uma importante consideração que pode ser feita neste espaço, é que a categoria capital não é simplesmente dinheiro ou meio de produção, trata-se de uma *relação social historicamente determinada*.

Com efeito, ao afirmar que o capital antecede – em algumas de suas partes constituintes, como o intercambio de mercadorias – e ultrapassa ao próprio capitalismo – como o Estado pós-capitalista soviético –, tem-se que sua base fundamental é a “subordinação estrutural hierárquica do trabalho ao capital, que usurpa totalmente, *o poder de decisão*” (MÉSZÁROS, 2007, p. 58, grifos meus).

O mais importante não é a modalidade sob a qual se dá a subordinação do trabalho ao capital, à relação social de determinada época histórica, seja em suas formas política – como foi o modo de produção escravista e o feudal – e/ou econômica – que é predominante no atual momento³⁷ –, e sim entender a razão de ser da relação, da subordinação, a saber, a extração do trabalho excedente e o poder decisório por uma classe dominante (MÉSZÁROS, 2007).

Conforme coloca Mézáros (2007), existem entraves políticos e contradições insuperáveis que impedem a realização da globalização em sua totalidade. Nesse sentido, não obstante exista uma globalização financeira, a própria idéia da “mão invisível” se torna um mito, pois “aquilo que realmente existe – e existiu durante longo tempo – está longe de ser universal e equitativamente benéfico, mas ao

³⁷ Conforme coloca Mézáros (2007), a forma de regulação econômica não atingiu o mundo inteiro. Países como a China e a Índia, e até mesmo a Rússia, atuam com forte regulação política, não podendo ser classificados como países capitalistas, e sim com uma regulação híbrida.

contrário, é um mercado mundial imperialisticamente dominado” (MÉSZÁROS, 2007, p. 52).

Feito essas supracitadas considerações sobre algumas categorias fundamentais deste trabalho, onde se defendeu a centralidade do trabalho e o entendimento da categoria capital sendo uma relação social, e tirado todo o véu que apontada para uma globalização democrática, o entendimento de algumas outras categorias chaves são fundamentais para que o leitor deste trabalho compreenda a opção teórico-metodológica aqui seguida, a saber: modo de produção e totalidade.

Conforme coloca Gorender (*apud* GAIGER, p. 04, 2007,) “modo de produção” constitui “uma totalidade orgânica e um processo reiterado de produção, distribuição, circulação e consumo de bens materiais”, todas estas fases distintas e, ao mesmo tempo, “interpenetradas no fluir de um processo complexo”.

Sendo assim, o conceito “modo de produção”, diz respeito à totalidade histórica, “dada pelo conjunto de relações que vinculam os indivíduos e grupos ao processo de produção, no sentido amplo de suas condições materiais de existência” (GAIGER, p. 04, 2007). Pode-se dizer que é formado pelo conjunto das forças produtivas e pelo conjunto das relações sociais de produção³⁸, na sua interação, num certo estágio de desenvolvimento (MARX, 1990).

E por totalidade pode-se entender a interconexão e interdependência dos elementos sociais. Em razão da totalidade, faz-se necessária a compreensão de todo o sistema sócio-econômico para analisar a ocorrência dos fenômenos sociais (MAUSS, 1974), que no presente estudo, é a economia solidária.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível que o objeto de estudo, a economia solidária – enquanto “modo de produção”, conforme coloca Singer (2002), ou como “forma de organização da produção”, conforme coloca Gaiger (2007) – seja estudada por meio de uma análise que reflita sobre as inter-relações e interconexões desta com o modo de produção capitalista, com a totalidade.

³⁸ As *relações sociais de produção*, conforme coloca Gaiger (2007), são definidas pelo “tipo de acesso e controle do indivíduos sobre os meios de produção, o papel que desempenham no processo de trabalho e os benefícios por eles auferidos na distribuição do produto final” (GAIGER, p. 04, 2007).

TERCEIRA PARTE

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS CASOS ESTUDADOS EMPIRICAMENTE.

1. Catende-Harmonia: da massa falida ao controle pelos trabalhadores.

A usina Catende-Harmonia constitui uma das experiências mais importantes de economia solidária no País. Formada em 1995, por iniciativa dos trabalhadores frente às demissões em massa e aos litígios trabalhistas, e localizada na Zona da Mata de Pernambuco, a usina Catende-Harmonia é, sem dúvida, uma experiência qualitativamente diferente de luta dos trabalhadores, contra os abusos e privilégios dos grandes fundiários.

Visto a amplitude e a ambigüidade dessa experiência nacionalmente reconhecida, e que de forma alguma está finalizada, os dados, impressões e relatos aqui apresentados não foram em sua totalidade coletados diretamente, não obstante ter se tratado de uma pesquisa realizada também *in lócus*, sendo aqui também utilizadas de fonte de informação pesquisas realizadas em período recente, com caráter acadêmico e institucional³⁹.

Em suma, antes de descrever a experiência dos trabalhadores de Catende-Harmonia na construção coletiva da autogestão, é importante mais uma vez destacar que, conforme demonstrou Marx (1990), as experiências mais avançadas servem como referencial para entender as menos avançadas, sendo assim, estudar a experiência de Catende-Harmonia é importante para, no mínimo, se ter um ponto de partida para os estudos de economia solidária, dado às variadas dimensões de luta que vem abrangendo, que vão de lutas judiciais ao grande desafio de se gerenciar uma empresa coletivamente.

Assim, trata-se de um projeto de luta coletiva dos trabalhadores, que busca a supressão da estrutura hierárquica do trabalho, a propriedade coletiva dos meios de produção e dos meios de decisão, a união entre planejamento e execução, união

³⁹ Entre as principais fontes de informações utilizadas aqui, encontra-se o “Plano de Gestão de sustentabilidade autogestionária para a usina Catende – Projeto Harmonia”. Tratou-se de um relatório, desenvolvido pela parceria da ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão – e do BNB – Banco do Nordeste do Brasil –, com o intuito de oferecer subsídios para a construção de um plano de desenvolvimento, gestão e consolidação da recuperação da Massa Falida da Usina Catende, indicando as condições de sua sustentabilidade jurídica, sócio-econômica, ambiental e de autogestão pelos trabalhadores.

entre os trabalhadores e seu produto de trabalho, em suma, pela autogestão, ainda que na sua qualidade *stricto sensu*. Trata-se ainda de uma experiência que surge no bojo da crise capitalista, como alternativa econômica, e que vem conseguindo sobreviver por mais de uma década, sendo então uma experiência rica de conteúdos para reflexões.

Nesse sentido, dado o caráter qualitativamente oposto das empresas capitalistas tradicionais que Catende apresenta, da contradição em sua forma de organizar economicamente a produção material e, da consciência coletiva que essa experiência vem proporcionando (demonstrando que é possível aos trabalhadores superar sua restrita condição de simples força de trabalho, para uma outra na qual sejam capazes de produzir autogestionariamente, ainda que no seio e sob a égide do capitalismo), faz-se necessário, antes de seguir com as reflexões, explicitar as considerações de Marx (1859) sobre as mudanças nas formações sociais:

Uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produções novas e superiores antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha. Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução. Nas suas grandes linhas, os modos de produção asiático, antigo, feudal e, modernamente, o burguês, podem ser designados como épocas progressivas da formação econômica e social. As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo social da produção, antagônica não no sentido de antagonismo individual, mas de um antagonismo que decorre das condições sociais da vida dos indivíduos; mas as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a resolução deste antagonismo. Com esta formação social encerra-se, por isso, a pré-história da sociedade humana (MARX, 1859, acesso 15/11/2007).

Em outra passagem de Marx (*apud* MÉSZÁROS, 2007), também está expresso a mesma idéia citada acima no que concerne às mudanças qualitativas nas formações sociais durante a história:

É preciso ter em mente que as novas forças de produção e as novas relações de produção não se desenvolvem a partir do nada, nem caem do céu, nem nascem tampouco do útero da idéia que a si mesma se põe; mas se formam no interior e em antítese ao desenvolvimento da produção existente e às relações de propriedade tradicionais herdadas. Se em pleno sistema burguês cada relação econômica pressupõe todas as outras em

sua forma econômica burguesa, e tudo o que foi posto é, portanto, também um pressuposto, então o mesmo se dá com qualquer sistema orgânico. Esse mesmo sistema orgânico, como totalidade, tem seus pressupostos, e seu desenvolvimento em direção à totalidade consiste precisamente em subordinar a si todos os elementos da sociedade, ou criar a partir dela os órgãos de que ainda carece; eis como historicamente se torna uma realidade (MARX apud MÉSZÁROS, 2007, p. 56).

Assim, se as novas e futuras formações sociais surgem no seio da antiga, sendo que essencialmente essa formação social, ou ainda, que sua produção material seja “tão boa quanto” a antiga, e levando em consideração a reflexão de Singer (2003) que, os empreendimentos de economia solidária, demonstrando competitividade, demonstram também que são capazes de pôr em movimento as forças produtivas, chega-se aqui a um outro ponto de reflexão, que diz respeito à consciência do trabalhador.

Nesse sentido, deixando por algumas linhas de lado a experiência aqui apresentada da usina Catende-Harmonia, não obstante também seja ela um dos pontos de partida para as reflexões e dúvidas teóricas aqui suscitadas, se as condições materiais estão dadas, grosso modo, se o avanço das forças produtivas se encontra em situação na qual se apresenta condições materiais para uma nova forma social seja processada, em suma, se as condições objetivas estão prontas, ou, como alertava Trotski (1938), já começam até a “apodrecer”, o que dizer sobre as condições subjetivas? Em suma, como se dá a *consciência coletiva*? Como se dá a consciência da classe trabalhadora, e de que forma pode vir a ser um projeto coletivo?

Trata-se de uma resposta que os referenciais teórico-metodológicos até o momento aqui estudados e analisados – ainda que de forma parcial – e os casos empiricamente desenvolvidos e estudados não conseguiram sanar. Contudo, algumas luzes para essas respostas parecem estar sendo acesas, ainda que venham a proporcionar uma visão não muito clara, o que em vista das possíveis reflexões acabam por constituir um ambiente de riscos para conclusões fechadas.

Assim, retoma-se aqui o questionamento de Guillerm e Bourdet (1976) sobre a questão da consciência de classe, a saber: pode-se considerar a classe trabalhadora espontaneamente revolucionária? Somente a contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção são suficientes para despertar no trabalhador a consciência revolucionária?

Sendo assim, se o capitalismo está criando uma condição de extrema contradição, de gritante miséria e fome em alguns lugares do planeta, ou ainda, uma situação que aponta para a barbárie, e considerando que a história da sociedade continua aberta, o que não se pode considerar verdadeiro é que essa situação de “revolta” leve a um tipo consciência coletiva de forma natural, pois velhas formas de dominação e subordinação como o fascismo⁴⁰ (MARCUSE, 1978), o totalitarismo, e o populismo, suscitaram em contextos com características de extrema contradição.

Com isso, exclui-se das considerações aqui colocadas a idéia simplificada do determinismo materialista e/ou econômico, ou seja, que o avanço das forças produtivas ao acentuar as contradições, levaria naturalmente a uma mudança qualitativa. Não se trata aqui de negar o papel histórico do modo de produção capitalista⁴¹, da regulação econômica, mas sim de acentuar a necessidade de instituir o “novo”, ainda que no “velho”, ou ainda, de criar as várias peças para um quebra-cabeça ainda sem um formato definitivo, e que se move constantemente⁴².

Trata-se então de admitir, não obstante as variadas experiências históricas terem sido laboratórios sociais – experiências essas que buscavam em muitos casos mudanças qualitativas –, a inexistência de instituições essencialmente antagônicas e, principalmente, estrategicamente articuladas e com fins politicamente claros.

Nesse sentido, a experiência de Catende-Harmonia parece fornecer pistas de uma consciência coletiva – na perspectiva de formar um projeto coletivo de autogestão –, que suscita a partir da própria ação coletiva, do agir coletivo – ação esta posta em movimento por determinações necessariamente concretas⁴³ –, e que cria novas necessidades.

Com essa perspectiva, ainda em relação à consciência coletiva – ou o que poderia ser ainda entendido aqui como solidariedade⁴⁴ –, esta parece suscitar por

⁴⁰ De acordo com Marcuse (1978) nem o espírito de Hegel nem a revolução de Marx se realizaram. As condições objetivas que acentuaram as contradições do capitalismo são as mesmas que proporcionaram formas novas e mais eficazes de coerção e coesão social.

⁴¹ A idéia que se defende aqui é que o determinismo materialista cria a necessidade, mas não necessariamente cria uma ação específica, e sim, uma multiplicidade de ações. Em se tratando de necessidades individuais, que são criadas e recriadas a cada dia, são praticamente infinitas. Não obstante, quanto mais a necessidade se dá de forma coletiva, mais a ação é singular.

⁴² Uma reflexão que pode ser feita sobre a discussão levantada, é que dado o movimento histórico, a própria ação antagônica ao movimento deve ser pensada em movimento, como um processo contínuo em mudança, que surge em determinadas condições, e a partir disso, cria novas necessidades.

⁴³ No caso de Catende-Harmonia, luta pela massa falida, pelos postos de trabalho, pela geração de renda, em suma, luta pela própria sobrevivência.

⁴⁴ É dessa forma que nesta pesquisa está se entendendo a categoria solidariedade.

meio de uma determinação necessariamente material, como uma forma de “sobrevivência”, ou ainda, como uma forma de “resistência”. E isso parece acontecer na usina Catende-Harmonia.

Assim, as palavras de um dos trabalhadores da usina, ao conceituar o que entendia sobre toda aquela experiência de luta pela recuperação da usina que vinha vivenciando, pelo desafio da autogestão da massa falida, pelo processo de construção da economia solidária, são esclarecedoras: “eu entendo o que estamos vivenciando *como uma resistência*⁴⁵”.

1.1 História da usina Catende-Harmonia: sucesso, falência e luta.

A cultura da cana-de-açúcar no nordeste brasileiro remonta a tempos coloniais. A monocultura realizada em escalas de exportação para a Europa, com força de trabalho escrava, sob o domínio dos donatários, dos “senhores de engenhos”, dos “coronéis”, e dos “tenentes” já no início da colonização do Brasil, demonstra como a colônia estava inserida no mercado mundial.

Conforme descreve Furtado (1970), não obstante o objetivo inicial dos portugueses fosse *a priori* a exploração e comercialização de metais preciosos⁴⁶, somente com a monocultura e a força de trabalho escrava que se forma uma base econômica na colônia, capaz de dar sustentabilidade à construção da nova colonização.

Entre os fatores de sucesso da empreitada agroindustrial no Brasil colônia, pode-se destacar: que os portugueses haviam já iniciado há algumas dezenas de anos a produção em escala relativamente grande do açúcar e, com isso, eram uns dos poucos que dominavam a técnica produtiva naquele momento histórico; haviam estabelecido relações comerciais com os holandeses, sendo que estes, eram especializados no comércio intra-europeu, além de existirem indícios de terem sido eles os grandes financiadores da produção; o grande conhecimento do mercado de escravos africanos, uma vez que sem essa força de trabalho, nenhuma produção em escala seria possível e; a precoce descoberta de metais preciosos realizada

⁴⁵ Lenivaldo Lima, trabalhador de Catende-Harmonia.

⁴⁶ O que não deixa de ser lógico, pois nessa fase mercantilista, a riqueza das nações era centrada nos metais preciosos.

pelos espanhóis, o que garantiu à empresa agrícola portuguesa o monopólio (FURTADO, 1970).

Anos mais tarde, com a revolução burguesa e a revolução industrial na Europa, e com a abolição da escravidão no Brasil, as condições e os mecanismos para o funcionamento do capitalismo estavam formados. A produção de mercadorias, a produção capitalista, baseada no trabalho livre, na liberdade contratual se inicia, mudando apenas a sua dimensão aparente da produção, permanecendo a mesma essência de exploração e subordinação de uma classe pela outra. Assim:

A abolição deixou para trás uma multidão de negros e índios, e de mestiços de todos os matizes, presos a formas arcaicas de exploração do trabalho. Formas servis ou semi-servis que persistem até nossos dias de muitos modos, e que alcançaram até mesmo pessoas de outras origens. A abolição abriu caminho para o trabalho livre, mas não necessariamente para a modernidade do trabalho assalariado. Gerou formas intermediárias de sujeição do trabalho ao capital que só lentamente foram sendo dissolvidas e substituídas, à custa de pesado ônus de suas vítimas (MARTINS, 2004, p. 12).

É nesse contexto, no ano de 1892, que surge a usina de cana-de-açúcar em Catende. Ainda no começo do século, é adquirida por Antônio Ferreira da Costa Azevedo, o qual era apelidado de “Tenente” e tinha fama de manter uma forte dependência/subordinação dos trabalhadores frente à usina.

Conforme documentos cedidos pela usina, é nos anos 40 e 50 que a usina encontra-se na sua melhor fase. Pode-se destacar que: foi a primeira usina nacional em toneladas de açúcar exportado; foi a primeira usina nacional a produzir álcool anidro; foi a primeira usina açucareira a instalar um laboratório químico no País; teve a primeira “planta integrada” vertical, que assegurava o suporte a cada etapa do processo de fabricação de açúcar, e também de seu escoamento, carregamento, armazenamento e exportação (era proprietária de uma rede ferroviária com mais de 150 quilômetros de extensão); foi a maior usina de açúcar na América do Sul, com um inovador projeto de irrigação, através de barragens e canais, e com uma usina hidroelétrica capaz de fornecer energia para a produção.

Mas um futuro de falência a esperava. Ainda no período da Grande Depressão (1929-1933), o governo criou o IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool –, espécie de autarquia federal, responsável por formular políticas públicas, pelos subsídios, pela comercialização interna e externa, que durante quase 60 anos,

assegurou a sobrevivência de várias usinas e a mordomia de uma aristocracia fundiária em declínio⁴⁷.

É no limiar da década de 1990, com a extinção do IAA, que o processo de falência de várias usinas toma uma proporção vultosa, chegando a 18 usinas, e levando a extinção de cerca de 150 mil postos de trabalho na região da zona da mata nordestina.

No que concerne à usina Catende, a situação se acentuou em 1993, quando ela demitiu, de uma só vez, mais de 2000 trabalhadores rurais, gerando uma situação de grande tensão, pois não saldou os passivos trabalhistas. É a partir desses litígios trabalhistas, e pelas determinações motivadas pelas necessidades objetivas e/ou materiais – sendo na essência uma luta em dupla dimensão: de sobrevivência e de classe –, que se dá o movimento.

Como reação à situação em que se encontravam os trabalhadores, pela defesa de seus direitos, pela garantia de trabalho, conforme já relatado, como uma forma de *resistência*, esses trabalhadores, mais precisamente, cerca de 2300, fizeram junto à Comarca de Catende, um inovador pedido de falência da Companhia Industrial do Nordeste Brasileiro – razão social da Usina Catende.

A luta judicial – que continua até os dias de hoje, cerca de 14 anos mais tarde – estava travada. Decretada no ano de 1995, foi a primeira falência judicial de uma usina nordestina. No que concerne aos objetivos da então iniciada luta, estavam: a defesa dos direitos dos trabalhadores e sua fonte de renda; evitar o fechamento da maior empresa da região, que afetaria direta e indiretamente 5 municípios e mais de 140 mil pessoas; assegurar a continuidade dos negócios envolvidos, via empresa recuperada dos trabalhadores credores, tornando os mesmos donos do patrimônio no final do processo de falência, e que fosse construído um modelo alternativo de gestão, de gestão coletiva, de autogestão.

Durante o período que se segue – do pedido de falência até os dias de hoje –, não obstante os obstáculos e desafios continuarem presentes, resultados positivos também foram colhidos. De acordo com o Plano de Gestão de sustentabilidade

⁴⁷ Conforme informações colhidas na usina Catende-Harmonia, “Acrescente-se que a comercialização do açúcar era protegida por mecanismos legais a cargo do IAA que, na prática, eximia o produtor de enfrentar a concorrência no mercado internacional. Em outros termos, praticava-se capitalismo sem riscos, o poder público arcando com os prejuízos advindos de fatores estruturais ou de eventos climáticos atípicos, como secas ou invernos rigorosos”.

Autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia, a Massa Falida conseguiu:

- Manter a Empresa funcionando, preservando 1.300 empregos diretos e gerando, em média, cerca de 1.400 empregos temporários, na quase totalidade do período com salários em dia;
- Gerar renda direta e indireta, nas safras e entressafras, sustentando a circulação de riquezas vitais à região, não obstante a situação deficitária não ter sido resolvida;
- Transformar milhares de assalariados rurais – que viviam em condições de semi-escavidão – demitidos e credores da falência, em agricultores familiares.
- Ampliar o plantio de cana própria e implantar um programa inédito de agricultura familiar na exploração de cana – programa “Cana de Morador”, que mobiliza, atualmente, mais de 2.200 plantadores familiares, dentre os trabalhadores demitidos pelos usineiros e credores preferenciais da falência.
- Manter e recuperar o parque industrial, inclusive com uma nova e moderna caldeira construída em 2002, com recursos próprios. Conseguiu também construir uma fábrica de ração e recuperar parte da frota de veículos – que vinha sendo “sucateada” –, além de outras providências ligadas à melhoria da produção e produtividade.
- Preservar o patrimônio arrecadado na Justiça, sendo que hoje, tem valor superior ao da época da sentença falimentar. As principais fases processuais da falência estão avançadas e próximas da conclusão. A ação revocatória para anulação das fraudes nos engenhos já foi proposta e aguarda julgamento.

No atual momento, a luta na dimensão fundiária – que compreende cerca de 27 mil ha, distribuídos conforme a tabela 3 –, parece estar mais avançada. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em outubro do ano de 2006, decretou a desapropriação de 24 imóveis rurais do complexo Catende, cerca 23 mil ha, beneficiando em torno de 4 mil famílias.

Tabela 5 – Distribuição das terras na Usina de Catende.

ÁREA TOTAL (em hectares)	27.670
Área para exploração com cana própria	11.100
Área para exploração com cana dos moradores	6.900
Área de floresta	3.000
Área de cercado e outras culturas diferentes de cana	2.200
Área com destino não definido	3.270
Área não aproveitável	1.200

Fonte: Plano de Gestão de sustentabilidade Autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia⁴⁸, 2007.

No que concerne à utilização das “terras de Catende”, esta se dá de duas formas: uma produção coletiva e; e uma produção familiar.

No primeiro caso, a relação entre os trabalhadores rurais e a usina não é muito diferente da relação entre as usinas tradicionais, com a diferença de que o excedente da produção não é apropriado por um número reduzido de proprietários. A esse processo de produção, se dá o nome de “cana própria”, compondo assim gastos que integralizam os custos da usina.

No segundo caso, a produção é realizada pela unidade familiar, por meio da ocupação dos engenhos, com autonomia do produtor, que se compromete a entregar a produção à usina, de forma semelhante como faz o fornecedor tradicional. O uso das áreas é negociado e autorizado pelo coletivo e pela Justiça. As atividades de plantio, corte e transporte são planejadas. Não é cobrado qualquer arrendamento pelo uso da terra, considerando que todos são credores e moradores.

Trata-se então do programa que se denominou “cana do morador”, que vem sendo responsável pela renda de grande parte das famílias. De acordo ainda com as informações obtidas em Catende, o programa “cana do morador” tem conseguido crédito por meio do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –, vinculado ao Banco do Brasil, e vem apresentando índice zero de inadimplência.

⁴⁸ Documento obtido diretamente na usina Catende-Harmonia.

Sobre o processo de tomada de decisão, o que se pode observar em Catende é o grande desafio de construir o novo no velho, de superar a organização burocrática pelo processo de autogestão. Nesse sentido, conforme relatou Kleiman (2006):

Assim, podemos dizer que a construção da autogestão tem se dado como uma história do conflito e síntese entre novas e velhas práticas, de novas e velhas estruturas, do velho com o novo. Nesse processo, o velho está presente como estrutura voltada à organização da produção, como a estrutura estável, confiável, como aquilo que responde ao que o ambiente externo precisa ver. Confiança do juiz de que os negócios estão sendo bem conduzidos e, portanto, o patrimônio ao menos está sendo preservado. Confiança dos agentes de mercado de que as operações econômicas feitas em nome da massa falida têm credibilidade para que possam visualizar, no futuro, o saldo de seus débitos passados ou mesmo para credenciar os novos gestores, os trabalhadores, para realizar novas operações. Confiança – e para nosso estudo, essa talvez seja a mais importante – dos próprios trabalhadores de que a nova gestão está sendo eficiente, em nome deles, mas com sua referência pautada, geralmente, nos padrões vividos no passado. Dentro dessa estrutura velha está a própria coordenação do campo e da indústria, onde a decisão do trabalho e a determinação das tarefas ainda é feita por gerências (KLEIMAN, 2006, p,14).

Ainda no que concerne à estrutura de poder, é importante destacar que nesse grande movimento social, vários atores e organizações de classe estão envolvidos ativamente, que vão de associações de moradores (que ocorre nos engenhos), sindicatos dos trabalhadores, à administração da Massa Falida, formando uma espécie de “conselho gestor”, sendo o principal órgão então instituído, representando o interesse do coletivo.

Sobre a situação econômica da usina, não obstante o setor sucro-alcooleiro estar passando por mudanças significativas, sendo uma das principais razões o reconhecimento mundial do etanol como uma *commodity*, se não fosse a situação de extremo endividamento deixado pelos antigos “donos”, a usina estaria funcionando no “azul”, chegando a operar, conforme demonstram as tabelas 4, 5 e 6, com desempenho operacional superavitário, na safra 2004/2005, com saldo positivo de R\$ 2.556.989,98 milhões.

Tabela 6 – Receitas operacionais.

PRODUTOS	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
Açúcar Cristal	533.898 sacos	R\$ 31,93	R\$ 17.047.636,14
Açúcar Demerara	305.080 sacos	R\$ 23,00	R\$ 7.016.840,00
Melaço	24.676.650 Toneladas	R\$ 189,52	R\$ 4.676.718,71
Outras Receitas	Bagaço/Sucatas/etc	-	R\$ 286.450,00
TOTAL			R\$ 29.027.644,85

Fonte: Plano de Gestão de sustentabilidade Autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia, 2007.

Tabela 7 – Despesas operacionais.

DESPESAS	TOTAL
Cana Morador / Fornecedor	R\$ 12.452.473,09
Salário Campo	R\$ 3.899.151,23
Salário Indústria	R\$ 3.510.175,19
Frete	R\$ 1.928.153,08
Insumos Agrícolas	R\$ 1.097.041,73
Insumos industriais	R\$ 579.900,89
Materiais Diversos	R\$ 1.327.936,93
Serviços e peças	R\$ 771.592,74
Outros	R\$ 903.956,99
TOTAL	R\$ 26.470.381,87

Fonte: Plano de Gestão de sustentabilidade Autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia, 2007.

Tabela 8 – Quadro comparativo.

RECEITAS	R\$ 29.027.644,85
DESPESAS	R\$ 26.470.381,87
RESULTADO	R\$ 2.557.262,98

Fonte: Plano de Gestão de sustentabilidade Autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia, 2007.

No que diz respeito à condição da luta no ambiente da superestrutura, no ambiente jurídico e institucional, o que parece ser o tripé da estrutura de poder no complexo da usina Catende são as seguintes organizações: uma sociedade anônima denominada Cia. Agrícola Harmonia, constituída em 1998 por mais de 2.000 mil trabalhadores credores no campo e na indústria; uma cooperativa de produção denominada Cooperativa Harmonia de Agricultores e Agricultoras Familiares, criada em dezembro de 2004 por mais de 2.200 trabalhadores (as) rurais credores que desenvolvem a agricultura familiar e que residem nas terras da Massa Falida da Usina Catende; e 48 associações de moradores, criadas progressivamente a partir da decretação da falência, em 1995, e nas quais se organiza, democraticamente, cada uma das comunidades de trabalhadores rurais que moram nas propriedades rurais da antiga usina.

Ainda no que diz respeito à administração e condução da usina e todo o processo falimentar, é importante salientar que nestes quase 10 anos, a usina opera sob administração judicial, em regime excepcional de continuidade dos negócios, requerida pelos credores trabalhadores. O Síndico até o final de 1997 foi o Banco do Brasil, sendo que, desde então, a Massa Falida é administrada formalmente por um síndico indicado pelos credores trabalhistas, indicação acolhida pela justiça falimentar.

Nesse sentido, ainda que a estrutura hierárquica do trabalho permaneça como a forma tradicional, sendo a participação dos trabalhadores na gestão ainda incipiente e sendo construída, pois, uma mudança de tal amplitude, constituindo uma instituição de poder qualitativamente nova e contraditória em meio à totalidade das organizações, a simples “não presença” do patrão já demonstra grande avanço para os trabalhadores. Assim, conforme a analogia de Marx sobre os administradores estarem a serviço da grande maioria dos trabalhadores:

Um regente não precisa absolutamente ser proprietário dos instrumentos da orquestra, nem faz parte de sua função de dirigente que ele tenha algo a ver com o salário dos demais músicos. As fábricas cooperativas fornecem a prova de que o capitalista como funcionário da produção tornou-se tão supérfluo quanto ele mesmo, no auge de seu desenvolvimento, considera supérfluo o latifundiário. (...) **Na fábrica cooperativa desaparece o caráter antitético do trabalho de superintendência, ao ser o dirigente pago pelos trabalhadores, em vez de representar o capital em face deles** (MARX, apud SCHMIT, 2005, acesso 15/11/2007, grifos meus).

Em suma, a experiência de Catende demonstra que o processo de construção da autogestão é acompanhado por intensas lutas, por desafios econômicos e organizacionais, e o que parece ser o maior desafio para grande parte dos trabalhadores, acostumados a trabalhar com um patrão “dando ordem”, é justamente superar o pensamento conservador de emprego, de patrão, e assumir o desafio de construir um projeto coletivo, qualitativamente diferente, e politicamente organizado, que caminhe no rumo da emancipação.

2. A cooperativa no assentamento de Juncal: a identidade coletiva em construção.

A presente seção, que analisa a constituição de uma cooperativa em um assentamento, decorre da participação do autor, membro da ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares –, na incubação, ainda que de forma precária, do empreendimento. Trata-se de uma experiência que se encontra em fase inicial e, por este motivo, não fornece muitas informações concretas, uma vez que a produção do empreendimento ainda não foi iniciada.

Não obstante, a opção de relatar, ainda que com poucas linhas, a aludida experiência, faz-se necessário evidenciar uma das pistas que aqui vem sendo seguida, principalmente no que concerne às determinações que levam a formação dos empreendimentos de economia solidária, ou seja, aos motivos que põem em movimento a ação coletiva dos trabalhadores.

Assim, sempre tendo como referência as categorias mais amplas para dar conta do objeto em discussão, cita-se aqui o relato de uma mulher cooperada sobre o que entendia sobre economia solidária e sobre autogestão: “Uma troca de conhecimento. Vendas em grupo com a produção e valorização das pessoas do meio rural. Uma forma de resistir ao mercado”.

Com isso, e levando em consideração que se trata de uma experiência que se inicia recentemente, pode-se perceber, assim como em Catende, que a necessidade mais uma vez vem sendo a força motriz do movimento, o fator “motivador” das pessoas.

A história da cooperativa e dos assentados remonta há tempos difíceis, em meio a lembranças envolvidas por lonas pretas e condições precárias de existência. É assim que deve ser entendida a história da cooperativa, que começa com longos dois anos de luta pela reforma agrária, pela triste história de grilagem e acumulação primitiva ocorrida no Estado de Mato Grosso do Sul, mais precisamente no município de Naviraí.

Mas mesmo vencido a luta pela terra, ocorrida já há quase 5 anos, as dificuldades não deixaram de existir. Como muitos eram oriundos do meio urbano, conciliar a difícil tarefa de aprender um novo ofício, com os precários meios de produção que tinham, não era uma tarefa nada fácil. Conforme os relatos de alguns assentados, a dificuldade de “acertar” a produção, a atividade produtiva, enfim, o produto a ser produzido, tem sido o grande desafio. De outra forma, pode-se dizer que tornar uma atividade desenvolvida em pequena escala sustentável, naquele assentamento, ainda continua a ser um desafio.

Assim, não obstante alguns dos assentados terem tido acesso a programas governamentais como o Pronaf, os relatos de alguns dos assentados de não estarem conseguindo pagar em dia o financiamento da produção, pode ser entendido aqui como um indício de grande dependência desses recursos – muitas vezes oriundos de fundos perdidos – que vem suscitando nos assentamentos.

E é nesse ambiente, de fragilidade produtiva e dependência financeira que se encontram a grande maioria. Assim, começaram a surgir os movimentos coletivos. O primeiro passo foi a criação de uma associação, com claro objetivo de fortalecimento político frente às instituições públicas, principalmente a prefeitura do município.

Mas era necessário uma outra forma de organização, que levasse em conta a produção, a geração de trabalho e renda, a geração de escala na produção, a compra de insumos, enfim, de fortalecer os vários empreendimentos familiares ali instalados e que não estavam/estão conseguindo, até o momento, “pagar as contas”.

Com isso, as dúvidas começaram a surgir. Dúvidas como o que produzir, como produzir, com que dinheiro produzir, pareciam não ter uma resposta clara, e o

consenso entre as mais de 100 famílias assentadas parecia estar longe. Nesse contexto, eles não viam outra alternativa a não ser recorrer à instituição mais próxima, a prefeitura de Naviraí.

Com essa demanda em suas “mãos”, a prefeitura – que vem demonstrando interesse em assumir o desafio de tornar sustentáveis os rendimentos dos assentados –, buscou a parceria com a UFMS, que por coincidência, havia a pouco tempo criado a ITCP, firmando assim a parceria junto com os assentados.

A partir disso, o processo de incubação do empreendimento coletivo foi iniciado. A primeira coisa a ser feita, atendendo então à política da ITCP da legalidade – de formalizar a proposta –, era então a formação de uma cooperativa, pois juridicamente não é a finalidade de uma associação a produção e comercialização.

Tratou-se de uma tarefa nada fácil – como demonstra a não aderência de quase metade dos assentados –, constituindo-se a cooperativa com apenas 45 sócios. Concomitantemente, também era necessário que se chegasse a um consenso sobre o que produzir, pois a cooperativa não poderia nascer sem um objetivo claro a ser perseguido.

Em meio às várias reuniões entre os assentados e os parceiros envolvidos, que se fazem permanente, uma vez que o projeto de incubação do empreendimento tem o prazo de 4 anos, as luzes começaram a se acender, e aquelas respostas que pareciam não ter solução, começaram a ser formuladas.

Como resposta e fruto das parcerias que começaram a se desenvolver, o INCRA, a pedido da ITCP, cedeu um lote para a construção de um alojamento para os acadêmicos e pesquisadores no assentamento, e com os materiais cedidos pela prefeitura, foi feito um mutirão. A partir disso, com menos de um mês, foi colocado em movimento algo que ainda não existia no assentamento, a cooperação, e vizinhos de terras que mal se conheciam, começaram a “trocar” conhecimento.

No que concerne às perguntas ainda não respondidas, sobre “qual o produto” e com “quais recursos” eles seriam produzidos, assim como para quem vendê-los depois, de forma muito satisfatória, foi estabelecido que a produção a ser realizada fosse de frango caipira, ficando com a prefeitura de Naviraí a responsabilidade de instalar e doar um matadouro no assentamento, e de comprar a mercadoria final para destinar à merenda escolar.

Sobre o recurso inicial para a construção dos barracões para a criação dos frangos – sendo que estes estão sendo construídos individualmente nos lotes dos cooperados, por meio de outro mutirão – a solução foi mais um financiamento, dessa vez por meio do Pronaf mulher, que liberou cerca de 3 mil reais para cada integrante.

Já a atividade produtiva, ou o “como fazer”, ficou sobre responsabilidade da ITCP, que até o momento vem mobilizando alguns acadêmicos e professores de diversos cursos – sendo o mais atuante o curso de veterinária – para ajudar na organização e orientação da produção, uma vez que nenhum dos cooperados conhece o processo produtivo.

Entre os avanços até o momento, pode-se destacar que a criação da cooperativa no assentamento está conseguindo criar ações coletivas que não existiam, ações estas, que aqui são entendidas como sendo determinadas pela necessidade, uma vez que a produção familiar realizada de forma isolada não consegue ganhar força suficiente ao ponto de se tornar sustentável aos empreendimentos ali instalados, levando a uma espécie de “parasitismo” aos programas sociais assistencialistas e aos financiamentos, que conforme colocado, não são saldados.

Uma reflexão que surge com a aludida experiência, ainda que esteja em fase inicial, é de que a dependência da cooperativa frente à prefeitura, que parece estar sendo criada, a partir do comprometimento da compra do insumo para a merenda escolar, pode suscitar em mais uma forma de “parasitismo”. Contudo, trata-se de uma reflexão incompleta, que apenas o tempo vai poder responder.

3. Os empreendimentos da I Feira de economia solidária da UFMS: uma outra economia?

A presente seção apresenta alguns números obtidos na “I Feira de economia solidária da UFMS”, realizada internamente na UFMS, e organizada pela ITCP. Tratou-se de um evento com o objetivo de comercialização e troca de experiências entre alguns dos empreendimentos de economia solidária do Estado de Mato Grosso do Sul.

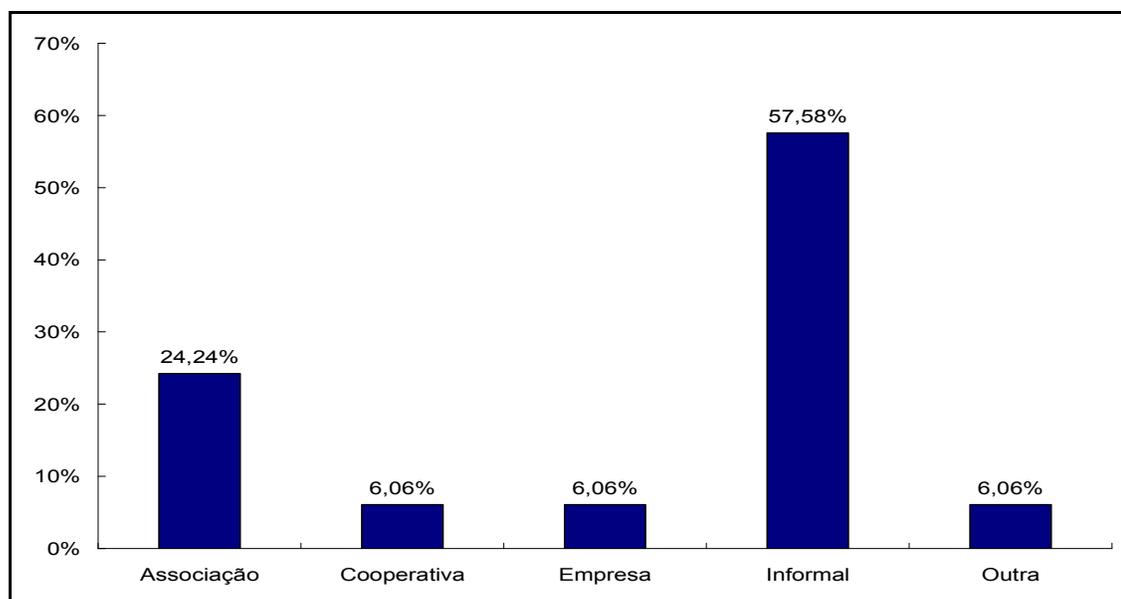
A participação dos empreendimentos no evento se deu por critérios de seleção – realizada pela ITCP –, sendo que a principal baliza para a participação foi

de que o empreendimento estivesse organizado de acordo com os princípios da economia solidária, grosso modo, que não existe nos empreendimentos a relação entre patrão e trabalhador.

Os números obtidos a partir dos questionários aplicados na Feira demonstraram uma maioria de empreendimentos urbanos, constituindo um percentual de 66,67%, sendo o restante, de 33,33% de empreendimentos rurais.

No que concerne ao tipo de organização dos empreendimentos, embora os números divulgados pela SENAES – conforme colocado na seção 4.1 – sejam de que a grande parte dos empreendimentos sejam associações, precisamente 61%, na presente pesquisa o maior percentual encontrado foi de empreendimentos informais, 57%, conforme demonstra a figura 3.

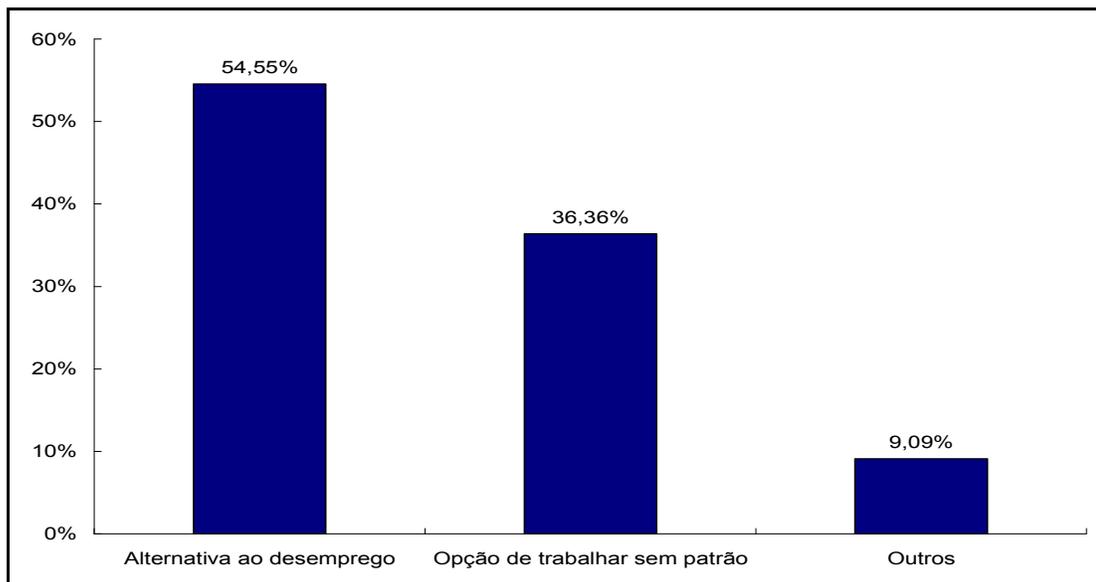
Figura 3 – Forma de organização dos empreendimentos da Feira.



Fonte: Dados coletados pelo autor.

Outro dado coletado, que diz respeito ao motivo da formação do empreendimento solidário, apresentou a “alternativa ao desemprego”, conforme demonstra a figura 4, como sendo o principal fator, sendo esta opção também apresentada como principal resposta pela SENAES.

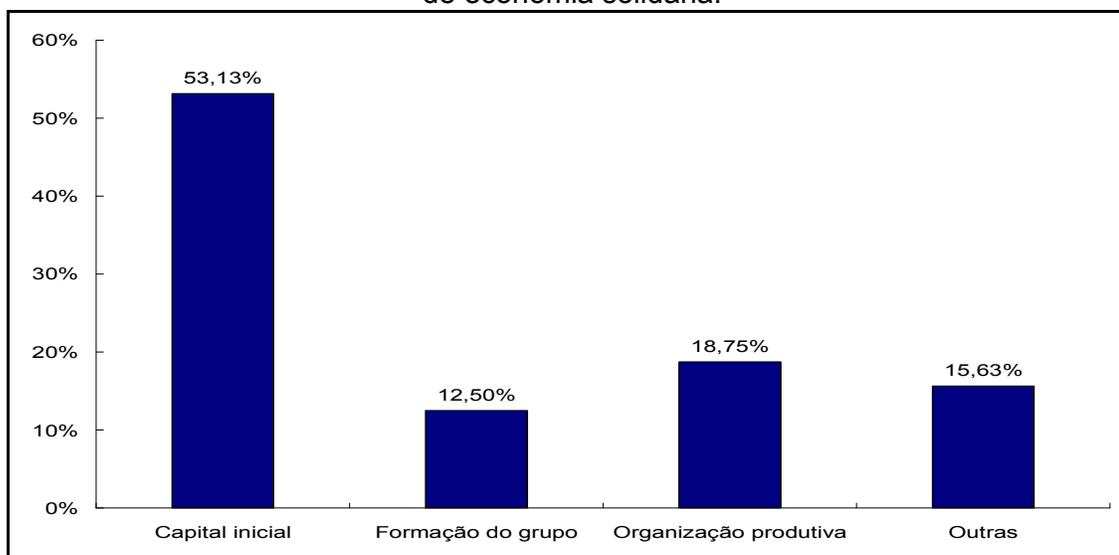
Figura 4 – Motivo para criação do empreendimento de economia solidária



Fonte: Dados coletados pelo autor.

No que concerne às dificuldades iniciais, a que obteve o maior percentual de resposta foi a dificuldade em constituir o “capital” inicial, chegando ao número de 53%, conforme demonstra a figura 5.

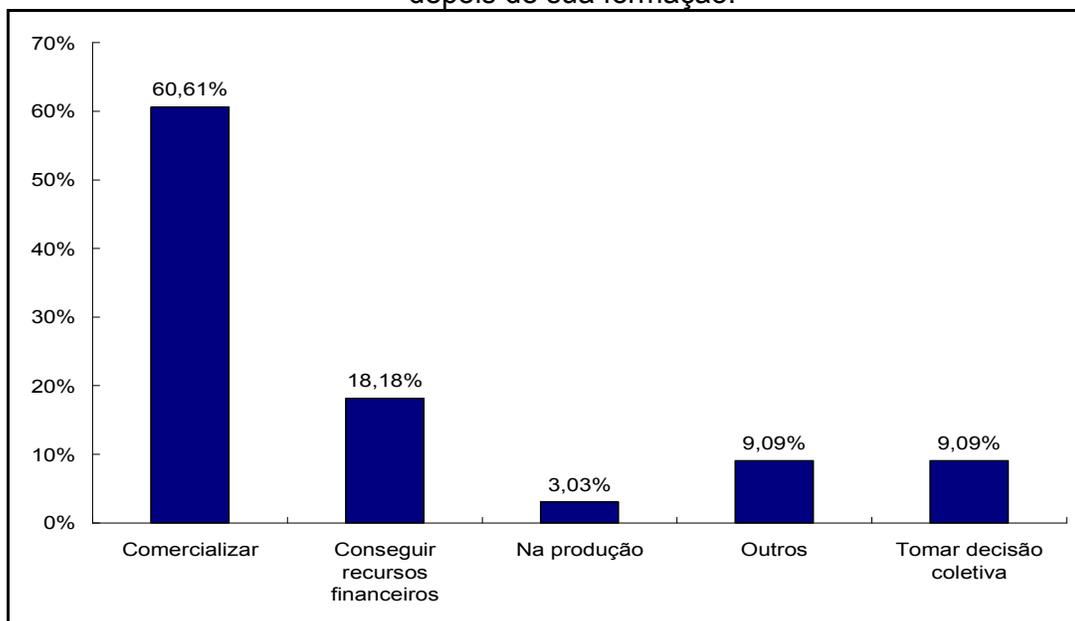
Figura 5 – Principais dificuldades na formação inicial dos empreendimentos de economia solidária.



Fonte: Dados coletados pelo autor.

Sobre as dificuldades encontradas *a posteriori*, ou seja, depois que o empreendimento já se encontrava produzindo, o maior percentual encontrado foi a dificuldade em comercializar, totalizando o percentual de 60% das repostas, conforme demonstra a figura 6.

Figura 6 – Principais dificuldades que os empreendimentos vêm passando depois de sua formação.



Fonte: Dados coletados pelo autor.

Outros dados que são tidos como relevantes observados na pesquisa, dizem respeito à formação de redes de empreendimentos de economia solidária e à renda dos trabalhadores.

Sobre a formação de redes, 84% dos empreendimentos responderam que não participam de nenhuma forma de rede, ou seja, que não comercializam e/ou trocam mercadorias com outros empreendimentos de economia solidária, o que sugere a forte relação com o mercado tradicional.

No que tange à renda dos trabalhadores, 87,5% responderam que aumentou com a formação do empreendimento de economia solidária, sendo que dos restantes, 6,25% responderam que permaneceu igual, e 6,25% responderam que diminuiu.

Por fim, uma última questão investigada, sobre a qual seria a escolha dos questionados, entre trabalhar como empregado, com um patrão, e no

empreendimento de economia solidária, a resposta unânime, totalizando 100% das respostas foi a preferência em trabalhar sem patrão, de trabalhar coletivamente no empreendimento de economia solidária.

QUARTA PARTE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Considerações finais: o novo começa no velho.

Seguindo a perspectiva de que o sistema do capital deve ser entendido como um sistema de controle “sociometabólico”, que transcende até mesmo ao modo de produção capitalista, devendo então ser considerado como “uma relação social”, e que tem como base fundamental a *estrutura hierárquica do trabalho*, para que se possa instituir uma mudança radicalmente e qualitativamente capaz de supra-sumir positivamente a aludida relação social, é necessário que se rompa com essa estrutura.

Com efeito, para que se possa romper com todas as *mediações da mediação* entre o homem e a natureza, com todas as formas de alienação do trabalho, é fundamental que essa estrutura hierárquica de trabalho seja transformada, e que se transforme em uma dimensão de auto-mediação, de auto-atividade, organizada pelos trabalhadores livremente associados e autogeridos.

É importante ressaltar que para se chegar a tais considerações uma opção teórico-metodológica foi seguida. Assim, como decorrência da forma de apreender a realidade aqui seguida, que buscou sempre o alinhamento com as balizas das categorias aqui consideradas fundamentais, das quais se destaca a visão da totalidade e a centralidade do trabalho, e buscando compreender as determinações históricas para o atual momento, o objeto estudado – a economia solidária –, foi abordado em sua interconexão com o a atual forma de reprodução sócio-metabólica, com o predominante modo de produção capitalista, com a inter-relação da economia solidária em relação à totalidade concreta – historicamente formada por múltiplas determinações.

Nesse sentido, o caminho escolhido foi aquele que se utilizou da ciência da história para entender e responder aos “porquês” das mudanças nas estruturas sociais, em suas formações mais profundas. Com efeito, por meio desse caminho, é que se considera aqui o surgimento da economia solidária como uma necessidade objetiva de produção material, e que começa a suscitar no bojo da crise da acumulação capitalista, como uma forma de resistência encontrada pelos

trabalhadores para enfrentar tal situação, grosso modo, como um solidarismo materialmente necessário.

No que concerne às condições subjetivas, à consciência coletiva, ou ainda, à consciência de classe – que acabaram sendo uma das grandes dúvidas durante o percurso deste trabalho –, do movimento estudado, a reflexão que se chega é que essas parecem surgir por meio de uma necessidade materialmente dada. Com efeito, percebe-se que a consciência coletiva suscitada se deu por meio de uma ação coletiva materialmente necessária – uma necessidade coletiva. Assim, a consciência coletiva formada por meio do agir coletivo se expressa mais claramente na práxis coletiva do movimento, sendo determinada por necessidades materiais, objetivas.

E é justamente assim que se entende aqui o surgimento do solidarismo econômico, do pôr em movimento da cooperação e ação coletiva, como sendo determinada por forças objetivas. Com efeito, pode-se entender a economia solidária como sendo uma forma de organizar a produção alternativa de resistência e sobrevivência. E justamente por ser determinada por condições objetivas⁴⁹, é que surge em grande maioria, nos elos mais débeis das cadeias produtivas, tornando-se formas de organização funcionais ao sistema.

Nesse sentido, a economia solidária pode ser considerada como uma *reação* (e não uma resposta, como considera Singer, pois ocorre de forma fragmentada, atendendo de forma imediata às necessidades dadas) à própria crise do sistema capitalista que, devido ao avanço das forças produtivas, do avanço da técnica e das condições gerais na produção, para manter sua acumulação, dispensa cada vez mais trabalho vivo, força de trabalho e, justamente por isso, vai perdendo sua fonte de mais-valia, levando a uma crescente queda da sua taxa de extração de mais-valia, ou seja, pela queda geral da taxa de lucro.

E é justamente nesse ambiente que os empreendimentos de economia solidária vão ganhando espaço. Suscitam então em casos onde a melhor opção – ou como ocorre frequentemente, como a única alternativa – é unir as forças, constituir uma força de trabalho coletiva, de lutar e resistir de forma coletiva, por razões, como

⁴⁹ Nesse sentido, quando diversos autores colocam na associação livre dos produtores a alavanca capaz de continuar movendo as forças produtivas, dever-se-ia acrescentar que a própria questão da liberdade ainda é determinada pelas condições materiais. A liberdade de se associar não se dá por opção, mas por necessidade.

já colocado, que levam em consideração a questão fundamental da sobrevivência humana, sendo esta a principal determinação.

Levando em consideração a contradição de coexistir pacificamente inserida no modo de produção capitalista, mesmo o trabalho não sendo empregado *diretamente* como força de trabalho reificada, como mercadoria, a economia solidária atende necessariamente ao mercado capitalista, o que acaba comprometendo, visto a situação de concorrência, a construção e a qualidade da autogestão realizada pelos trabalhadores.

Assim, tendo como referência o dilema lançado por Luxemburgo, de que a “troca domina a produção”, a grande contradição que se move para os trabalhadores é a de gerenciarem-se como patrões, de utilizar das técnicas e das ferramentas capitalistas para conseguirem competir e sobreviver ao mercado, em suma, de usarem o “chicote do patrão” em si mesmos.

Com isso, justamente por fazer parte da produção capitalista, integrando o circuito das redes produtivas e, por estar presente em seus elos mais débeis, a economia solidária assume um caráter de dupla alternativa: como fonte e geração de renda necessária para os trabalhadores e; como um tipo de organização, que por atuar nos elos mais débeis, acaba sendo funcional à manutenção da cadeia e/ou do sistema dominante. Com efeito, o capital, entendido como uma relação social de subordinação, mesmo não ocorrendo internamente em determinada organização, ocorre na relação desta com as outras pertencentes à cadeia produtiva.

É dessa forma que a autogestão se torna restrita e fica comprometida. Com isso, não obstante os trabalhadores terem as condições de organizarem a produção da forma que acharem mais adequada (pois são os donos dos meios de produção, são os “patrões” de si mesmos), essa organização acaba sendo determinada pelas forças que estão além dos muros da fábrica, pela estrutura social em sua totalidade.

Nesse horizonte, pensar em autogestão, somente no nível de uma organização, ou como aqui foi conceituada, como autogestão *strictu senso*, é pensar uma forma determinada de organização que atende às necessidades – muitas vezes de sobrevivência – dos trabalhadores e à produção de mercadoria para o mercado, ou seja, pode ser vista como uma forma funcional de organização ao mercado.

Mas a questão não pode ser vista simplesmente como sendo um movimento reacionário à classe trabalhadora, uma vez que é funcional ao sistema nesse estágio histórico que se encontra, mas, outrossim, como um movimento historicamente

determinado, criado pelas próprias necessidades materiais da reprodução sócio-metabólica e que pode conter outras facetas além da sua funcionalidade ao sistema econômico dominante.

É importante ressaltar que a força que coloca em movimento a economia solidária é a necessidade de produzir coletivamente, de cooperar e organizar a produção de forma autogestionária, mesmo conhecida todas as contradições. Disto, percebe-se a cadeia de determinações, onde a necessidade de produzir coletivamente – por questões de sobrevivência – acaba por determinar a ação coletiva, e esta, este agir coletivo, acaba resultando, por meio da práxis coletiva, em consciência coletiva, em consciência de classe. Assim, a reflexão que se chega aqui, é que a consciência se dá por meio da necessidade material, ou seja, que as condições subjetivas são formadas por necessidades objetivas.

Outra importante consideração é que a partir da formação do empreendimento, que conforme colocado, é determinado por condições objetivas, outras necessidades são criadas. Nesse sentido, é a partir da práxis do movimento que suscitam novas necessidades, que fica claro a carência e o “fardo histórico” de criar instituições qualitativamente novas, capazes de romper com o *status quo*, de romper com a relação social estabelecida em sua totalidade e de pôr em movimento a reprodução sócio-metabólica.

Entretanto, a afirmação acima não significa que as reflexões aqui desenvolvidas são puramente deterministas, como se a contradição e as necessidades que vão suscitando com o avanço das contradições, caminham naturalmente, levando a uma consciência coletiva. É importante não perder de vista que ambas as questões suscitadas, que criam a consciência coletiva, a necessidade e o agir coletivo, são objetos de manipulação.

Trata-se de uma manipulação que pode se dar de várias formas, mas que tem uma única essência: a continuação da exploração do trabalho por uma classe, a perpetuação da estrutura hierárquica de trabalho. Com efeito, pensando a terceira dimensão da alienação – do ser genérico, do homem em relação à humanidade –, a reflexão que se chega aqui é que não é possível romper com essa dimensão de alienação sem romper primeiro com a alienação da coisa, da atividade produtiva. Não é possível esperar qualquer noção de humanidade sem romper com o “estranhamento da coisa” e o “auto-estranhamento”.

Nesse sentido, se a reflexão aqui defendida é que uma necessidade coletiva – como ocorreu em Catende – leva a uma ação coletiva, e que a partir desta ação coletiva se tem uma “identidade coletiva”, uma consciência de classe. Partindo do oposto, quando a necessidade é individual – como é diariamente criada pelos meios de comunicação à serviço do capital –, o que ocorre é uma ação individual, o que sugere uma consciência apenas individual, imediata. Assim, quanto mais fragmentada a ação, menor é a consciência em termos de classe, em termos de humanidade.

Com efeito, se a autogestão se dá apenas de forma restrita, ou seja, apenas dentro dos muros da fábrica, e mesmo neste caso, ainda sofrendo determinações que atuam “de fora”, a sua potencialidade, principalmente enquanto dimensão de emancipação do trabalho se torna limitada. A reflexão que se chega é que só é possível existir autogestão como uma totalidade, como um sistema orgânico, como uma utopia para o atual momento histórico, como algo a ser construído.

Nesse sentido, a própria economia solidária deve ser entendida como algo em construção. Com efeito, o que existe são economias solidárias, empreendimentos de economia solidária, e não *uma economia solidária*. Com isso, não se considera aqui a economia solidária como um modo de produção, e sim, como uma forma de organização da produção, que suscita, como já colocado e discutido, por necessidades e determinações materiais. Da mesma forma, não se considera aqui a economia solidária como uma resposta da classe trabalhadora, e sim como uma reação à crise em que se encontra e em determinadas condições, ocorrendo de forma fragmentada e imediata.

Assim, pensando os limites da economia solidária no atual momento em que se encontra, o principal deles aqui considerado é a incontrollabilidade do sistema do capital, a heterogestão do mercado, que conforme já ressaltado, desqualifica qualquer tipo de autogestão que ocorra de forma restrita, fragmentada.

Sobre a questão da fragmentação, trata-se de ser uma das principais causas de sua funcionalidade ao sistema. Nesse sentido, devido à reestruturação produtiva em processo, de cariz flexível, os empreendimentos de economia solidária, inseridos nos circuitos das cadeias produtivas, são formas funcionais de organização, levando em muitos casos a uma acentuação da precarização do trabalho.

Outra reflexão que aqui se lança mão, concerne ao materialismo aqui desenvolvido. Assim, ao entender que a economia solidária deve ser entendida

como uma reação e não como uma resposta, chega-se ao ponto de que as determinações objetivas apenas criam as condições, e não necessariamente conduzem a uma consciência coletiva, a uma perspectiva histórica de humanidade.

Nesse sentido, e considerando o atual momento histórico das forças produtivas – que conforme já colocado, podem ser pensadas em forças ubiquamente destrutivas à servido da relação social de subordinação do trabalho existente –, esperar (“sentado”) que as condições materiais levem a uma mudança qualitativamente radical de forma natural, é arriscar a própria sobrevivência da humanidade. Com efeito, é necessário transformar e acentuar as contradições existentes dentro do sistema dominante, transformar as diversas reações e movimentos sociais existentes, concretos, em respostas articuladas da classe trabalhadora, em um movimento político qualitativamente distinto.

Em que pese os limites e desafios para a economia solidária aqui apontadas, a economia solidária traz alguns pontos positivos e coloca, a partir da sua dupla condição antagônica de ser funcional ao capital e uma relação social horizontal entre os trabalhadores, outras necessidades, outras demandas, que somente a partir do movimento, podem ser pensadas. Afinal, as carências somente podem ser pensadas e sanadas no percorrer da história, no caminho rumo à totalidade produtiva.

É importante ressaltar, conforme já discutido anteriormente, que as novas formações sociais começam a se formar inseridas na totalidade em que se encontram, como contradições. O que é a antítese do existente se transforma em tese, e o que era tese se desmancha no ar.

No que concerne ainda à alienação, não obstante a extração da mais-valia seja eliminada dentro dos muros da fábrica na organização autogestionária, sendo então o trabalhador dono do produto do seu trabalho, tomando decisões e organizando sua atividade na medida do possível, visto as forças de mercado: a predominância do modo de produção capitalista, ela é rompida apenas parcialmente, sendo a razão desta parcialidade a não generalização da autogestão – autogestão *lato sensu* –, predominando a anarquia do sistema sociometabólico de reprodução.

Nesse sentido, pensando a totalidade e levando em consideração a incontrollabilidade do sistema do capital, pensar a emancipação humana só é possível por meio da autogestão da totalidade produtiva, do rompimento entre as contradições entre produção e consumo, entre o nacional e o internacional, em fim, entre indivíduo e humanidade.

Com efeito, para que tais contradições sejam superadas, chega-se aqui então à reflexão da necessidade de planejar e controlar a produção, sendo que este planejamento deve ser realizado de forma que não reproduza a estrutura hierárquica de trabalho, de subordinação de uma classe pela outra. Nesse sentido, tem-se então da necessidade de se instituir um planejamento feito por todos, ou seja, uma auto-planificação da economia. Somente por meio dessa difícil tarefa em é possível pensar a emancipação.

Não se trata aqui de construir um caminho, mas apenas de apontar que não é possível emancipar o trabalho sem romper com as contradições colocadas pelo capital. Com efeito, a emancipação é o rompimento de todas as formas de mediações da mediação fundamental entre o homem e a natureza, em sua atividade, da força motriz de toda reprodução material e social, que é o trabalho.

Se o caminho da emancipação, ou seja, da autogestão *lato sensu*, é a autogestão *stricto sensu*, trata-se de uma resposta na qual somente a história poderá responder. Contudo, uma importante reflexão lançada aqui é que dificilmente a noção de humanidade, a perspectiva ilimitada e histórica de humanidade pode ser alcançada se o sujeito histórico estiver alienado em sua relação mais imediata. Com efeito, trata-se de uma *conditio sine qua non* romper com as duas primeiras facetas da alienação, a saber, o estranhamento da coisa e o auto-estranhamento, para se constituir uma perspectiva histórica de humanidade para a maioria das pessoas.

Nesse horizonte, a grande possibilidade que se move a partir dos empreendimentos de economia solidária, não obstante sejam conhecidos alguns dos limites sistêmicos que atuam imperativamente sobre os aludidos empreendimentos, é de romper, ainda que parcialmente, com algumas facetas da alienação, de criarem outras necessidades sistêmicas e coletivas, e principalmente, de serem provas concretas de que a autogestão, ainda que *stricto sensu*, é capaz de pôr em movimento a produção e, com essa perspectiva, que a autogestão *lato sensu* não deve ser entendida como uma utopia negativa, que não se realiza, mas sim com uma estrutura social a ser construída, capaz de romper com todas as facetas de alienação, de enterrar a pré-história de humanidade, constituída em grande parte por lutas de classe, e dar início à verdadeira história da humanidade.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.

ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.

ARRUDA, M. *Socioeconomia solidária*. In: CATTANI, A. D. (Org.) *A outra economia acontece*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAQUERO, M. *Capital social* In: CATTANI, A. D. (Org.) *A outra economia acontece*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

BIALOSKORSKI, S. *Agribusiness Cooperativo*. In: *Economia e Gestão de Negócios Agroalimentares*. ZYLBERSZTAJN, D. & NEVES, F. N. (Orgs). São Paulo: Pioneira, 2000.

BENINI, E. A. *Economia solidária, Estado e Sociedade Civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas?* In: DAL RI, N. M. & VIEITEZ, C. G. *Revista Organização e Democracia*. Marília: Unesp, 2003.

BENINI, E. A. *Políticas Públicas e Relações de Trabalho: estudo sobre o processo e natureza da denominada "Economia Solidária", enquanto política pública, a partir da investigação de alguns casos concretos*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: EAESP-FGV, 2004a.

BENINI, E. G. *Autogestão: investigando o gerenciamento de uma cooperativa*. *Trabalho de Monográfico de Conclusão de Curso*. Maringá: Cesumar, 2004b.

BOURDIEU, P. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CATTANI, A. D. *A outra economia: os conceitos essenciais*. In: CATTANI, A. D. (Org.) *A outra economia acontece*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

COOPER, D. R. & SCHINDLER, P. S. *Métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001.

DAGNINO, R. & NOVAES, H. *As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros*. 2005. Disponível em www.itcp.unicamp.br. e www.ecosol.org.br. Acesso em 06/06/07.

DAL RI, N. M. & VIEITEZ, C. G. *A economia solidária e desafio da democratização das relações de trabalho no Brasil*. In: DAL RI, N. M. (Org.) *A economia solidária e*

desafio da democratização das relações de trabalho. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

DAL RI, N. M. & VIEITEZ, C. G. *Editorial*. In: DAL RI, N. M. & VIEITEZ, C. G. *Revista Organização e Democracia*. Marília: Unesp, 2003.

DEJOURS, C. *A Banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DUPAS, G. *Economia global e Exclusão Social*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. 1880. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1880/sociutopsocien/index.htm> Acesso em 29/08/2007.

ENGELS, F. *A situação da classe operaria na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

ENGELS, F. MARX, M. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

ENGELS, F. *Princípios Básicos do Comunismo*. 1847. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios-comunismo-oe.htm> Acesso em 20/03/2007.

ENGELS, F. Introdução. In: MARX, K. *A guerra civil na França*. 1891. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/guerracivil.html> . Acesso em 20/10/2007.

FONTANA, R. *Comuna de Paris – 130 anos*. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/000/0fontana.htm> Acesso em 31/10/2003.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. *O Capitalismo Global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GAIGER, L. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. Disponível em: www.ecosol.org.br Acesso em: 02 de mar, 2007.

GODOY, A. S. *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais*. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, mai./jun.1995.

GUILLERM, A. e BOURDET, Y. *Autogestão: Mudança Radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

HIGA, W. *As redes de economia solidária: divergência entre cidadania e a inovação tecnológica*. In: *I Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina*, 2005, Londrina/Pr. Gepal - Ciências Humanas UEL, 2005.

- LAKATOS, M. A. & MARCONI, E. M. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Editora Atlas, 2004.
- LENIN, V. *As três fontes*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.
- LENIN, V. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.
- LISBOA, A. M. *Terceiro setor*. In: CATTANI, A. D. (Org.) *A outra economia acontece*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- LUXEMBURGO, R. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.
- KLEIMAN, F. *Lições de Catende: um estudo sobre a luta pela construção de uma autogestão na zona da mata sul de Pernambuco na década de 1990*. (Dissertação de Mestrado). Brasília: UnB, 2006.
- MANCE, E. A. *Redes de colaboração solidária*. In: CATTANI, A. D. (Org.) *A outra economia acontece*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- MANCE, E. A. *Políticas públicas para o desenvolvimento Econômico Solidário*. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textoeuclidesmance.pdf . Acesso em 19/10/2007.
- MAUSS, M. *Ensaio sobre a dívida: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. São Paulo: EPU/Edusp, 1974.
- MARCUSE, H. *Razão e revolução*. Paz e terra: São Paulo, 1978.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MARTINS, J. S. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- MARX, K. *Para a crítica da economia política*. 1859. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio_crit_eco_pol.htm . Acesso em 15/11/2007.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política. Capítulo VI (inédito)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Difel, 1985.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Lisboa: Progresso-Editorial, 1990.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, K. *A guerra civil na França*. 1971. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/guerracivil.html> . Acesso em 20/10/2007.

- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MÉSZÁROS, I. *O século XXI: Socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MÉSZÁROS, I. *A teoria da Alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo Editorail, 2006.
- MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorail, 2007.
- MINTZ, F. *Ensinos da autogestão espanhola*. In: MINTZ, F. *Autogestão e anarquismo*. São Paulo: Editora Imaginário, 2002.
- MOTTA, F. C. P. *O que é burocracia*. São Paulo: Editora brasiliense. 1981.
- MOTTA, F. C. P. *Organização e Poder*. São Paulo: Atlas, 1986.
- MOTTA, F. C. P. *Alguns precursores do participacionismo*. In: VENOSA, R. *Participação e participações: ensaios sobre autogestão*. São Paulo: Babel Cultural, 1987.
- MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2003.
- NASCIMENTO, C. Do “Beco dos Sapos” aos canais de Catende. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_becosapos.pdf Acesso em 31/13/2007.
- NOVAES, H.T. *Para além da apropriação dos meios de produção?: O processo de Adequação Sócio-Técnica em Fábricas Recuperadas*. (Dissertação de Mestrado). Campinas: Instituto de Geociências, Unicamp, 2005.
- OLIVEIRA, E. *Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo: Expressão popular, 2004.
- ORGANICISTA, J. H. C. *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.
- PINHO, D. *Evolução da ciência econômica*. In: PINHO, D. B. (coord.) *Manual de Economia*. São Paulo: Saraiva. 1988.
- PRADO, E. *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005.
- RIOS, G. S. L. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ROMERO, D. *Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, B. de S. *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SATO, L. & ESTEVES, E. *Autogestão: Possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo peculiar*. São Paulo: ADS-CUT, 2002.

SCHMIT, R. *Marx e o cooperativismo*. 2005. Disponível em: http://br.geocities.com/mcrost07/20050608a_marx_e_o_cooperativismo.htm. Acesso em 05/11/ 2007.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. Atlas da Economia solidária no Brasil. 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/empregador/economiasolidaria/conteudo/atlas.asp>. Acesso em 05/11/ 2007.

SILVA, F. L. G. *Gestão da Força de Trabalho e Capital*. In Estudos de Sociologia Faculdade de Ciências e Letras, São Paulo, UNESP, Campus de Araraquara, ano 2, n. 3, p.35-54, 1997.

SILVA, F. L. *Trabajo, “exclusión social” y “globalización”: repensando conceptos*. In: Contribuciones a la Economía. 2007. Disponível em: <http://www.eumed.net/ce/2007b/flgs-0705.htm>. Acesso em 27/09/ 2007.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. *Anteag: uma invenção Brasileira*. In: FARIA, A. *Construindo uma nova cultura nas relações de trabalho*. São Paulo: ANTEAG, 2000a.

SINGER, P. *Introdução a Economia Solidária*. São Paulo: Contexto. 2002.

SINGER, P. *Economia Solidária: um modo de produção e distribuição*. In: SINGER, P. & SOUZA, A. (Org.) *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, L. T. *Prefácio*. In: MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2003.

TRAGTENBERG, M. *Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939)*. In: VENOSA, R. *Participação e participações: ensaios sobre autogestão*. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

TROTSKI, L. Programa de transição: a agonia do capitalismo e as tarefas da IV Internacional. s/n, 1938.

VASAPOLLO, L. *Trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

VILLARROEL, G. *La herencia de los "Chicago boys"*. 2006. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/1/hi/spanish/latin_america/newsid_3192000/3192145.stm. Acesso em: 27 de set, 2007.

YIN, R. K. *Estudo de casos: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001.

ZYLBERSZTAJN, D. *Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas*. Working Paper nº 02/017. FEA. São Paulo: USP, 2002.

ANEXOS

ANEXO I – Questionário aplicado.

PRIMEIRA PARTE: Dados de cadastro.

1. Nome do Empreendimento:

2. Localização do empreendimento:

(...) Rural.

(...) Urbano.

3. Cidade:

4. Endereço

5. Contato.

5.1 Telefone fixo:

Celular:

5.2 E-mail:

6. Composição do empreendimento:

6.1 Número de trabalhadores cooperados/associados: (...).

6.2 Número de trabalhadores não cooperados/associados ou contratados (...).

7. Situação legal do empreendimento:

(...) Informal.

(...) Formal.

Se formal, que tipo de sociedade?

(...) Associação.

(...) Sociedade limitada.

(...) Cooperativa.

(...) Sociedade anônima.

(...) Outra

8. Quais os produtos que são produzidos/comercializados?

SEGUNDA PARTE: Formação Histórica do Empreendimento.

1. Qual foi o principal motivo levou à formação do empreendimento coletivo?

(...) Desemprego.

(...) Opção de trabalhar sem patrão,
de ser dono do empreendimento.

(...) Outra

2. Existiu apoio e/ou fomento de alguma entidade?

(...) Sim. (..) Não.

Se sim, de qual entidade?

(...) De entidade pública. (..) De entidade privada.
 (...) De entidade do terceiro setor (..) Outro.
 (ONGS).

Que tipo de apoio?

(...) Técnico – Instruções e (..) Financeiro – recursos e
 orientações na produção. financiamentos.
 (...) Jurídico – Instruções e (..) Outro
 orientações na legalização do
 empreendimento.

3. Quais eram as expectativas na etapa de formação do empreendimento?

(..) De que o trabalho sem patrão e (..) Apenas uma forma provisória de
 coletivo é mais motivador. trabalho.
 (...) De que o empreendimento iria (..) De aprender e compartilhar
 crescer. conhecimento.
 (...) De que o empreendimento não (..) Outra
 daria certo.

4. Quais foram as principais dificuldades?

(..) Na formação do grupo inicial. (..) Na organização do processo de
 trabalho.
 (...) Na formação do capital inicial. (..) Na escolha do produto a ser
 produzido.
 (...) Outra

TERCEIRA PARTE: Organização da produção/trabalho e processo decisório.

1. Quem organiza o processo de trabalho, principalmente no que diz respeito ao o que cada um faz?

(..) Uma diretoria eleita por todos os (..) Todos os participantes por meio
 participantes. de uma assembléia.
 (...) As pessoas mais informadas e (..) Alguma entidade que ajudou e/ou
 experientes. ajuda o grupo.
 (...) Outra

3. Quem toma as decisões mais importantes, no que diz respeito à renda de cada um, a compra de equipamentos, máquinas, instalações, e sobre o que deve ser produzido?

- | | |
|--|--|
| (...) Uma diretoria eleita por todos os participantes. | (...) Todos os participantes por meio de uma assembléia. |
| (...) As pessoas mais informadas e experientes. | (...) Alguma entidade que ajudou e/ou ajuda o grupo. |
| (...) Outra | |

QUARTA PARTE: Comercialização, distribuição e processos via mercado.

1. Como são feitas as compras (dos insumos utilizados na produção)?

- | | |
|-------------------------------|------------------------------|
| (...) Diretamente no mercado. | (...) Por meio de contratos. |
| (...) Por meio de trocas. | (...) Outra..... |
| | |

2. E as vendas (das mercadorias)?

- | | |
|-------------------------------|------------------------------|
| (...) Diretamente no mercado. | (...) Por meio de contratos. |
| (...) Por meio de trocas. | (...) Outra |

3. O processo de compra e de venda costuma se repetir com os mesmos fornecedores e compradores?

- | | |
|-----------------------|------------------|
| (...) Nunca. | (...) Raramente. |
| (...) Frequentemente. | (...) Sempre. |

4. Existe algum tipo de parceria?

- | | |
|------------|------------|
| (...) Sim. | (...) Não. |
|------------|------------|

Se sim, Descreva:

4. Vocês costumam comercializar (comprar ou vender) para empreendimentos coletivos – cooperativas ou associações – que aparentam ser iguais ao de vocês (empreendimentos solidários) ?

- | | |
|--|------------------|
| (...) Sim.
Se sim, qual a freqüência? | (...) Não. |
| (...) Sempre. | (...) Raramente. |
| (...) Frequentemente. | |

Se possível quantificar, qual o percentual?

- | | |
|-----------|------------|
| (...) 10% | (...) 20% |
| (...) 30% | (...) 40% |
| (...) 50% | (...) 60% |
| (...) 70% | (...) 80% |
| (...) 90% | (...) 100% |

QUINTA PARTE: Trabalho em empreendimento solidário X Trabalho em empresa privada.

1. Você já ouviu falar em Economia Solidária e Autogestão?

- | | |
|------------|------------|
| (...) Sim. | (...) Não. |
|------------|------------|

Se sim, como você entende esses conceitos?

2. Você já trabalhou em algum empreendimento com um patrão?

- | | |
|------------|------------|
| (...) Sim. | (...) Não. |
|------------|------------|

Se sim, se a renda for a mesma trabalhando como empregado – e com carteira assinada – e no grupo da qual você participa, qual você escolheria?

- | | |
|---------------------------------|-----------------------------------|
| (...) Trabalhar como empregado. | (...) Trabalha no grupo coletivo. |
|---------------------------------|-----------------------------------|

3. No que diz respeito a sua renda, como ela ficou depois de participar do empreendimento?

- | | |
|-------------------|----------------|
| (...) Ficou igual | (...) Aumentou |
| (...) Diminuiu. | |

4. Qual é a sua renda no empreendimento?

- | | |
|---------------------------------------|---|
| (...) Menos de um salário mínimo. | (...) Um salário mínimo. |
| (...) De um a três salários mínimos. | (...) De três a cinco salários mínimos. |
| (...) Mais de cinco salários mínimos. | |

4. Qual a principal dificuldade do grupo?

- | | |
|----------------------------------|--|
| (...) Na hora de comercializar. | (...) Na hora de produzir. |
| (...) Na hora de tomar decisões. | (...) Na hora de conseguir recursos financeiros. |
| (...) De achar parceiros. | (...) Outra |

MEUS SINCEROS AGRADECIMENTOS.
ELCIO BENINI. elciobenini@yahoo.com.br